

CEDI - P. I. B.
DATA 24/11/86
COD. 00D128

AS HIDRELÉTRICAS E OS ÍNDIOS

POR

MAURO LEONEL

JULHO/1986

I - O PLANO DE RECUPERAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA E SEU IMPACTO SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL

- Advertência
- Primeiro Levantamento 1
- Sistema Interligado Sudeste/Centro-Oeste/Sul 2
- PRS - 1989 - Mapas 4
- O setor de energia elétrica e as comunidades indígenas 5
- PRS, Plano 2000 e Plano 2010 8
- Meio Ambiente e Conama 10
- Consultoria 13
- Ação Civil Pública 14
- As Assessorias de Meio Ambiente 14
- Manual de Meio Ambiente 15
- A Funai e o Setor Elétrico 17
- Amazônia 21
- Direção, Hidrelétricas e Terras Indígenas 25
- O Conceito de Impacto 28
- O Setor Elétrico e as Agências Financeiras Multilaterais 29
- Recomendações 31

II - UHES DO PRS E OS ÍNDIOS
CONSIDERAÇÕES CASO A CASO 38

- Resumo do Impacto já conhecido das UHES do PRS e do Plano 2000 sobre comunidades indígenas 39
- UHE - Tucuruí (PA) e os Parakanã 48
- UHE - Tucuruí (PA) e os Parakatêjê 56
- UHE - Tucuruí (PA) e os Guajajara/Tenetejara 61
- UHE - Itaparica (BA) e os Tuxá 63
- UHE - Itaparica (BA) e os Pankararê 67
- UHE - Itaparica (BA) e os Pankararu 68
- UHE - Itaparica (BA) e os Truka 71
- UHE - Itaparica (BA) e os Atikum 72
- UHE - Balbina (AM) e os Waimiri-Atroari 74
- UHE - Ávila (RO) e os Aikanã-Latundê 82
- UHE - Ji-Paraná (RO) e os Tenharin, Gavião (Iconen)

Digut) e os Arara (Karo)	87
- UHE - Paredão/Mucajai (PR) e os Yanomami e Macuxi	92
- UHEs- Serra da Mesa e Cana Brava e os Avã-Anoeiro	100
- UHE - Viramundo/Cachocira Porteira e o P.I. Nha mundã-Mapuera	102
- UHE - Samuel (RO) e os Urueu-Wau-Wau e outros	109
- UHE - Manso (MT) e os Bakairi	114
- UHE - Itaipu e os Guarani do Ocoí-Jacutinga e do Paraguai	117
- UHE - Machadinho e os Kaingang	119

III - BIBLIOGRAFIA

122

O PLANO DE RECUPERAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA (PRS) E O
SEU IMPACTO SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL

CONSULTOR: MAURO LEONEL (BM)

MARÇO - ABRIL DE 1986

ADVERTÊNCIA: O autor é grato a todos os que o ajudaram. Este trabalho foi elaborado em cerca de 40 dias, sem a indispensável visita às áreas. É, assim, um texto de circunstância, um diagnóstico, sendo todas as contribuições bem-vindas, para corrigi-lo ou aperfeiçoá-lo. De caráter reservado, e para fim específico, provisório, não deve ser divulgado, no todo, ou em parte, sem a expressa autorização do autor que decidirá a ocasião oportuna em fase mais conclusiva.

MAURO DE MELLO LEONEL JR.
Rua Hilário Magro Jr. 445
(011) 813 5207 S. Paulo 05505

PRIMEIRO LEVANTAMENTO:

O PLANO DE RECUPERAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA (PRS) E O SEU IMPACTO SOBRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL

O PRS refere-se em particular às obras de geração de energia com início de dispêndio até 1989. Das treze barragens do Sistema Inter-Ligado Norte/Nordeste, pelo menos sete causam repercussões graves e diretas, inundando inclusive parcialmente áreas indígenas, a saber:

- UHE Tucuruí - (PA)
- UHE Itaparica - (BA)
- UHE Balbina - (AM)
- UHE Viramundo (C.Porteira) - (PA)
- UHE Ávila - (RO)
- UHE Jiparaná - (RO)
- UHE Paredão/Mucajaí - (RR)

Uma delas, embora não inunde área indígena, afeta um rio utilizado pelos índios em suas cabeceiras:

- UHE - Samuel (RO)

Duas outras ainda não foram suficientemente estudadas: UHE Coaracy Nunes (AP) e Curuá-Una (PA). Segundo a Eletronorte seriam distantes e não interferentes em áreas indígenas, o que vale confirmar. Note-se que das quatro usinas sob responsabilidade da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) apenas uma interfere em interesses indígenas: a UHE - Itaparica (BA). No caso da Eletronorte, ou coligadas sob sua orientação, de nove, sete atingem áreas indígenas. Ressalte-se que várias destas usinas ainda não são conhecidas em todos os seus aproveitamentos, como é o caso das UHE Tucuruí (PA), UHE Viramundo (AM), Paredão/Mucajaí (RR), pelo menos.

Das três usinas construídas por Furnas, até 1989, pelo menos duas, confirmadamente, interferem em grupos indígenas, a saber:

- UHE Cana Brava (GO)
- UHE Serra da Mesa (GO)

Uma delas merece ser melhor estudada: UHE-Corumbá I (GO), em todos os seus aproveitamentos, uma vez que a empresa não o fez. (Eletrobrás, 1986).

Sistema Interligado Sudeste/Centro-Oeste/Sul

Das chamadas coligadas, ou empresas estaduais, as obras previstas, até 1989, parecem eliminar efeitos negativos sobre áreas indígenas apenas no caso da Companhia Energética de São Paulo (CESP), em suas quatro obras. Quanto às demais, a UHE Ávila, de Rondônia-CERON, atinge área indígena, assim como a do Território Federal de Roraima - CER. A UHE-Manso, da CEMAT, também atinge área indígena (Funai - 1981, p. 6).

Recomenda-se que prossigam os estudos e plotação no mapa da UHE-Cachoeira Dourada, de Goiás - CELG, e das UHE - Nova Ponte, Miranda, Igarapava e Capim Branco, todas de Minas Gerais - CEMIG.

Quanto às do sul, pelo menos duas, confirmadamente, atingem áreas indígenas: UHE - Itaipu e UHE - Machadinho. Ressalte-se que no caso da UHE - Itaipu há questões mal resolvidas também com os índios do Paraguai. Das outras cinco UHE Segredo, Dona Francisca, Ilha Grande, Itá e Garabi, não se tem notícias de efeitos em áreas indígenas; a plotagem futura permitirá confirmação ou verificação de proximidade.

Um balanço provisório:

Das 34 usinas hidrelétricas previstas no PRS, quatorze, pelo menos, exigem pronta intervenção quanto à questão indígena, embora uma delas interfira no rio, e não na área indígena:

- Eletronorte UHE Tucuruí (PA)
- CHESF UHE Itaparica (BA-PE)
- Eletronorte UHE Balbina (AM)
- Eletronorte UHE Viramundo (PA)
- Eletronorte UHE Samuel (atinge o rio) (RO)
- CERON - Eletronorte UHE Ávila (RO)
- Eletronorte UHE Jiparaná (RO)
- CEMAR - Eletronorte UHE Paredão/Mucajaí (RR)
- Furnas UHE Serra da Mesa (GO)
- CEMAT - Eletronorte UHE Manso (MT)
- Furnas UHE Cana Brava (GO)
- Itaipu UHE Itaipu (PR)

Itaipu UHE Itaipu (PR)
Eletrosul UHE Machadinho (RS-SC) (14)

Continuam mal estudadas pelo menos oito:

Eletronorte - UHE Coaracy Nunes (AP)
CELPA UHE Curuá Una (PA)
CELG - UHE Cachoeira Dourada
CEMIG - UHE Nova Ponte (MG)
 UHE Miranda (MG)
 UHE Igarapava (SP-MG)
 UHE Capim Branco (MG)
Furnas - UHE Corumbá I (GO) (8)

Não seria mau, eliminando qualquer dúvida, plotar no mapa as usinas que aparentemente não atingem áreas indígenas, inclusive para verificação de distâncias, tais como:

CHESF - UHE Boa Esperança (PI-MA)
 UHE Pedra do Cavalo (BA)
 UHE Xingó (SE-AL)
 UHE Três Irmãos (SP)
CESP - UHE Taquaraçu (SP-PR)
 UHE Rosana (SP-PR)
 UHE Porto Primavera (SP-MS)
 UHE Segredo (PR)
Eletrosul - UHE Dona Francisca (RS)
 UHE Ilha Grande (PR-MS)
 UHE Itã (RS-SC)
 UHE Garabi (RS-ARG) (12)

Há barragens que atingem mais de uma área indígena, ou mais de um grupo coabitando na mesma área. No primeiro caso está a UHE Itaparica, e no segundo, Itaparica, Tucuruí, Balbina, Viramundo/Porteira, Samuel, Ávila, Ji-Paraná e Paredão-Mucajaí. Pelo menos no caso da periferia de Ji-Paraná há índios desaldeados, dispersos, sem assistência da Funai.

Cinco usinas interferem em grupos isolados, autônomos e sem contato (chamados "arredios" pelo indigenismo oficial): UHE Balbina, UHE Viramundo/Porteira, UHE Samuel, UHE Ávila e UHE Paredão/Mucajaí, mas com relativa distância. Duas, no entanto, interferem diretamente em grupos Avã-Canoeiro autônomos, ou seja, UHE Serra da Mesa e UHE Cana Brava (GO).

Há três usinas cujos efeitos sobre os índios devem ser estudados também em países vizinhos:

- UHE Itaipu (PR) - Paraguai
- UHE Itaipu (PR) - Paraguai
- UHE Garabi (RS) - Argentina

Finalmente, é curioso que se entre na era nuclear, em Angra dos Reis, deixando sem demarcação ou garantias os grupos indígenas da região, em Angra dos Reis e Ubatuba.

A verificar ainda a interferência de usinas abastecidas a lenha que poderão provocar desmatamentos em áreas indígenas, caso não sejam controladas:

- Rondônia (Lenha-Ex-Tapanã)
- Balbina (Lenha)

PRS - 1989

Mapas já feitos e enviados:

- Mapa Amazônia Legal RADAM - A completar
- UHE - Tucuruí - A completar
 - Marabá - localizar grupos sem contato
- UHE - Balbina - A completar outros aproveitamentos - localizar grupos sem contato
- UHE - Viramundo/Porteira - A completar outros aproveitamentos
- UHE - Samuel - Localizar grupos sem contato
- UHE - Ávila - Localizar grupos sem contato
- UHE - Jiparanã - Localizar grupos sem contato no Madeirinha
- UHE - Serra da Mesa - Localizar grupos sem contato Avá-Canoeiro.
- UHE - Machadinho - Área Indígena Ligeiro

Outros mapas já enviados - pós - 1989

- UHE - Rio Cotíngo - Área Indígena Raposa - Serra do Sol
- Complexo de Altamira - Áreas Indígenas da Bacia do Xingu
- UHE Santa Isabel - Áreas Indígenas Xambioá, Karajã e Santana do Araguaia
- UHE Salto dos Cayabis - Área Indígena Apiakã/Kayabi

Os mapas que acompanham este estudo, foram elaborados sob a coordenação do engenheiro agrimensor Aureo Araujo Faleiros, ex-diretor do DPI/Funai, que muito colaborou com seu conhecimento sobre as áreas indígenas do País.

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA E AS COMUNIDADES INDÍGENAS (*)

Pelo menos quatorze das usinas hidrelétricas do PRS atingem comunidades indígenas, seis delas em construção, e as demais em adiantada fase de projeto de execução para os próximos três anos. A estender este levantamento ao ano 2.000, mais de cinquenta grupos indígenas podem vir a ser atingidos por alagamentos parciais provocados por barragens do setor elétrico.

Por quê? Pela simples razão que na visão de mundo do setor encontra-se apenas palidamente incorporado o conceito de produção de energia como prestação de um serviço social de responsabilidade pública.

Os critérios de decisão e de localização das represas são determinados pela relação custo/benefício, pela definição técnica da potencialidade energética, sem o necessário equacionamento com o seu impacto social.

Este descolamento do setor elétrico de interesses e preocupações sociais, agravado nos últimos vinte anos, deve-se ao caráter autoritário que se lhe imprimiu. O resultado vem sendo um complexo de instituições com dinâmica própria e autonomia decisória quase completa. Setor de vital importância ao desenvolvimento industrial e à vida urbana, contou com disponibilidade de recursos, capacidade de organização e intervenção singular na sociedade brasileira. Lamentável que seu padrão de eficiência venha medindo-se apenas pela capacidade de captar e transmitir energia, e não também por conseguir fazê-lo a um custo social mínimo.

(*) Prêvia advertência: Trata-se de um texto provisório dada a iminência do acordo de empréstimo entre o Banco Mundial e o governo brasileiro para o Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS). Houve, assim, uma antecipação deste relatório de consultoria, antes mesmo de concluídos os estudos cartográficos, levantamentos caso a caso e entrevistas. Apesar de dificilmente poder-se chegar a conclusões que não estas, vale ressaltar que as recomendações e observações aqui contidas representam uma primeira versão, determinada pela premência das circunstâncias.

O hermetismo de décadas do setor, a ausência de articulação com as demais instituições do governo e da sociedade, trouxe-lhe uma ótica e uma lógica próprias, ao planejar, definir prioridades e soluções. O estímulo exacerbado ao sigilo no planejamento, e nas decisões, tornou-o vulnerável a pressões de interesses particulares das grandes construtoras, fornecedores e consultoras, em prejuízo de seu papel social. Sua impermeabilidade ao planejamento interinstitucional e multidisciplinar o conduz ao gigantismo, e ao isolamento, face às demais instituições do governo, do funcionamento democrático e do próprio consumidor. Resiste ainda a aprender de sua própria prática, e de experiências internacionais afins, contando com a solidariedade das empresas subcontratadas, que nele intervêm, quando não o conduzem, paralelamente, em uma malha de conexões manipuladas.

Salvo uma sólida decisão de reversão de tendência, apurada em mecanismos corretivos simultâneos e de grande envergadura, aumentar a capacidade financeira do setor elétrico significa, neste momento e circunstância, um grave prejuízo às comunidades indígenas, a ser evitado. Para tanto, é indispensável condicionar, estrita e discriminadamente, qualquer impulso financeiro, a profundas e concomitantes medidas de proteção à minoria indígena, dentro e fora do setor, a curto e longo prazo.

Tudo que atinge os índios, e a prática dos grandes projetos e financiamentos setoriais o tem demonstrado, é feito com grandes prejuízos também à sociedade majoritária. Estes mecanismos corretivos de longo alcance são também indispensáveis no relativo às populações ribeirinhas, e/ou a serem reassentadas, e às consequências sociais das importantes interferências no meio-ambiente físico, questões inevitavelmente interligadas. A otimização das potencialidades energéticas que busca o setor deve alcançar sua equivalência em objetivos e resultados sociais.

Para uma dimensão do peso do setor elétrico na vida nacional, basta ler-se a lista das duzentas maiores empresas do País (Visão, 29/8/1985) em 1984: em primeiro lugar, a Eletrobrás, seguindo-se em sexto a Companhia Energética de São Paulo (CESP); em 11º, Furnas Centrais Elétricas S/A; em 13º, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF); em 17º, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); em 19º, a Light Serviços de Eletricidade S/A; em 21º, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); em 27º, a Construtora Camargo Correa S/A;

em 29º, a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (Eletrosul); em 36º, a Construtora Mendes Junior S/A; em 43º, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS-CEEE); em 49º, a Eletropaulo; em 52º, a Construtora Andrade Gutierrez S/A; em 66º, a Construtora Odebrecht S/A; em 69º, a Nuclebrás. Nos últimos quinze anos estas empresas vêm mantendo posição semelhante. A Eletrobrás é a segunda empresa do País por lucro; a Construtora Camargo Correa, a oitava, e a segunda dentre as nacionais privadas ou mistas por patrimônio líquido.

Ao justificar a necessidade de um plano de recuperação setorial, em sua apresentação, a Eletrobrás reconhece a interferência de interesses privados: "os problemas se tornaram ainda mais delicados com a herança de grandes projetos", ou ainda: "diversas obras de usinas hidrelétricas com equipamentos adquiridos sem concorrência e em datas anteriores às desejáveis, etc.". (Eletrobrás - 1985). Algumas das grandes construtoras chegaram a antecipar-se anos sobre a disponibilidade financeira do governo, tornando-se este credor delas.

Tais fatos não ocorrem sem provocar um efeito perverso no conjunto do planejamento do setor, obscurecendo seus objetivos, permeados por outros interesses. Numerosos especialistas do setor advertem que várias obras do próprio PRS, consideradas irreversíveis, ademais dos danos sociais, representam clamorosos desastres técnicos, como nos casos das UHE Balbina e UHE Curuá-Una. Tal espiral está na origem de escândalos político-financeiros, como o "caso Capemi" em Tucuruí e denúncias sobre Itaipu.

A discussão sobre as alternativas é sistematicamente embaçada por uma ótica do gigantesco. As estatais do setor, suas consultoras e construtoras rejeitam por doutrina a hipótese dos pequenos aproveitamentos, alegando custos. A razão é constituírem organizações gigantes, estatais e privadas, criadas e equipadas para grandes obras, onde apenas se apresentam quatro ou cinco grandes construtoras, algumas controlando consultores, imbatíveis, e sempre as mesmas. A própria Eletrobrás apenas trabalha acima de 100MW. O custo é, assim, estimado como custo-obra, e não como custo social e a longo prazo. Resiste-se à diversificação, às alternativas e ao social.

É urgente um maior equilíbrio do setor elétrico com a sociedade. Numa aparência de discurso tecnológico, o que se escon

de é uma visão desenvolvimentista cega, uma ótica político-social que poderá levar o setor a um impasse, tornando-o "socialmente a cada vez mais injusto, politicamente inviável e economicamente um descalabro", na opinião de um engenheiro do setor, que prefere o anonimato.

O primeiro passo é o planejamento integrado, a melhor articulação com as instituições regionais e locais. Há uma sistemática prepotente de planejamento a ultrapassar, na própria visão do setor sobre instituições afins. O exemplo está na questão do uso múltiplo dos rios. O setor tende a esquecer-se de que, ademais de aproveitamentos energéticos, os rios servem a outras atividades produtivas, à navegação, controle de cheias, irrigação, abastecimento, diluição de efluentes, à vida dos animais, à pesca e ou, simplesmente, ao lazer do cidadão e à paisagem.

Ademais das instituições de mesma finalidade, o setor tem pouca integração com instituições fundamentais ao desenvolvimento regional, como o INCRA. Sua alta rentabilidade o coloca à frente de instituições deficitárias, ou a fundos perdidos a curto prazo, mas rentáveis a longo prazo, quando se pensa o custo futuro de distorções hoje previsíveis. Um exemplo é o custo do saneamento dos rios da cidade de São Paulo, estimado de US\$. 2,5 a 10 bilhões de dólares. Não seria impossível, num planejamento integrado, prever o rateamento de custos entre diferentes instituições, sócias de um mesmo empreendimento, ainda que minoritárias.

PRS, Plano 2.000 e Plano 2.010

Com grande capacidade financeira, e poderosa organização, o setor elétrico planeja bastante à frente da sociedade. O PRS lista as usinas (UHEs) em construção até 1989, período de aplicação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República. Trata-se de "expandir a capacidade de geração de energia elétrica de 44.050MW para 57,600MW" e "implantar 8 mil quilômetros de linhas de transmissão". (PND-1985 - p. 15).

No entanto, o próprio PND, elaborado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN - reconhece

gumentos na área de transmissão e distribuição e desajustes na sistemática dos fornecimentos especiais". (PND - 1985 - p. 167).

O PRS constitui apenas uma seleção dentre as numerosas UHEs previstas no Plano 2000, elaborado pela Eletrobrás em 1982. O próprio PRS esclarece: "Algumas usinas constantes dos programas de investimento devem ser encaradas como referências para consignação de investimentos no período 1985/1989, e não como definições, pois ainda poderão ser substituídas por opções mais econômicas". (PRS - Eletrobrás - 1985).

Em outras palavras: ciente de que os planos do setor elétrico contêm "distorções", mas incapaz de refazê-los em pouco tempo, o atual governo selecionou, dentre as cem usinas do Plano 2000, as trinta e quatro que pretende impulsionar em velocidade, através de maior volume de recursos financeiros. Os critérios não ficam totalmente claros. Foi explicado que se referem a uma combinação de projeções sobre a demanda futura, com critérios de ordem política, na redistribuição entre interesses regionais.

Vê-se no PRS e no I PND uma vontade de mudança. No entanto, ainda não foi possível concretizá-la. Os estudos preliminares para uma usina podem chegar a uma década, e as exigências de demanda obrigam a utilizar planos do anterior governo, embora reconhecidamente viciados. Operou-se apenas uma seleção de prioridades.

O que não significa que o Plano 2000 esteja superado. O PRS é apenas um reequacionamento de prioridades, mantidos os padrões típicos do setor. A Eletrobrás prepara, para os próximos meses, a divulgação de um plano 2010, onde permanecem presentes as usinas e aproveitamentos do Plano 2000 de 1982. Ou seja, melhoraram as intenções, mas planos e obras do setor elétrico estão condenados a caminharem na próxima década carregando um pesado passivo, cujas consequências onerosas devem ser estudadas e dimensionadas, em particular em termos de custos sociais.

Seria uma "política de avestruz" ignorar que o próprio PRS pode e deve ser redimensionado no curso de sua execução, o que significa rever-se a oportunidade em particular de suas grandes obras, idealizadas em padrões hoje em via de superação. Há no setor tendência a considerar qualquer estudo como irreversível.

... expandir a capacidade de geração de energia elétrica de 44.050MW para 57.600MW" e "implantar 8 mil quilômetros de linhas de transmissão". (PND-1985 - p. 13).

No entanto, o próprio PND, elaborado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN - reconhece

vel, e quanto mais longo e custoso, mais difícil de recuo. Trata-se de uma prática do fato consumado que há urgência em ultrapassar, apesar dos fortes interesses que a sustentam.

Pretende-se igualmente limitar as discussões às usinas previstas no PRS, quando elas são apenas pontos de um cronograma. Na verdade as consultoras, algumas de propriedade das próprias construtoras - parte interessada -, poderão estar estudando nos próximos três anos, com recursos do PRS, dezenas de outros aproveitamentos com vistas a torná-los igualmente irreversíveis, num círculo vicioso, que se deve tentar reverter. Quando o governo e agências financeiras internacionais, investem nas usinas e obras de transmissão do PRS, encontram-se na realidade cofinanciando o conjunto dos demais projetos, porque liberam recursos para obras como o complexo de Altamira e os estudos das Bacias do Xingu, Madeira, Jari, Trombetas, entre outros. É indispensável, por esta razão, que o caráter preventivo de um componente indígena em face do setor energético, dê-se sobre o total de sua programação a médio e longo prazo, não se justificando a tentativa de contê-lo no PRS, que é apenas o primeiro passo de um extenso cronograma. Caso contrário repetir-se-á, nas próximas décadas, a situação com que hoje se defrontam os índios e o conjunto da sociedade: improvisar efeitos corretivos e tapar buracos de desastres que podem ser evitados atentando-se às origens, desde os primeiros estudos de viabilidade. O contrário seria tapar o sol com uma peneira.

Meio Ambiente e Conama

Nos últimos três anos as questões ambientais fizeram sua entrada no setor elétrico, por três vias. Primeiro, na forma da Resolução nº 001, de 23/01/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que obriga ao "licenciamento pelo órgão estadual competente, e da Secretaria de Meio Ambiente em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente tais como"... "VI - Linhas de Transmissão de energia elétrica, acima de 230 Kv; VII - Obras Hidráulicas para exploração de recursos hídricos tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 100MW,..."

Para obtenção do licenciamento obriga-se à elaboração de um estudo e relatório de impacto ambiental, RIMA, prevenindo-se

efeitos sobre: "I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio-ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais". Tal resolução é inquestionavelmente um filtro capaz de contribuir para promover preocupações de ordem ambiental. Mas tem seus limites porque os órgãos estaduais competentes e a própria SEMA, são instituições com pouca disponibilidade de meios e quadros técnicos, sendo-lhes impossível acompanhar toda a gama de empreendimentos previstos na resolução. Não se prevê outra forma de acompanhamento senão a do proponente do projeto, a parte interessada, que ficará com as despesas e custos da contratação de "equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto", responsável técnica pelo estudo ambiental.

Estas medidas sugerem um convite à auto-regulação do setor elétrico, mas não chegam a resolver totalmente a grave questão do acompanhamento dos planos e obras já programadas, sobretudo em face das influências que vêm sofrendo das construtoras, fornecedores e consultoras subcontratadas. Pelo menos no caso da minoria indígena isto é flagrante: nem a Eletrobrás, nem a SEMA e muito menos as instituições estaduais competentes, em via de formação, estão ainda preparadas para avaliar os impactos sobre os índios. Ademais tais medidas não chegam a alterar a sistemática de decisão.

A independência da "equipe multidisciplinar" é um passo, não há dúvida, mas não está totalmente assegurada. É importante esclarecer quem a habilita: a própria SEMA, a Eletrobrás ou a consultora? No caso dos índios, será a Associação Brasileira de Antropologia, as organizações de representação indígenas, o Congresso Nacional? Enfim, a questão não parece resolvida. A resolução prevê "contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto", mas não esclarece como tal vigilância se fará relativamente às questões sócio-econômicas e à minoria indígena. De fato, a SEMA está mais preparada, no atual momento, à discussão e controle dos impactos físico-ambientais, do que às sócio-econômicas ou relativas à especificidade da condição indígena.

A própria independência da equipe multidisciplinar já se encontra em debate. O jornal A Crítica, de Manaus, em sua edição de 30/03/1986, revela a existência de um relatório de um

técnico do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPQ), Zeli Kacowicz, onde analisa as relações entre a Eletronorte e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), responsável por vários estudos de impacto ambiental, como nos casos das UHE Balbina e Samuel. Escreve o técnico: "Relatórios assépticos, frutos de convênios equivocados assinados pelo INPA, que não cumprem nem seus objetivos (previsão de problemas de operação das usinas hidrelétricas) e nem arranham a previsão de impactos ambientais decorrentes das construções das usinas propriamente ditas". Ou ainda: "este equívoco foi gerado pela "necessidade" que o INPA teve de assinar este convênio com a Eletronorte para, a partir dos poucos recursos repassados por esta empresa, dispor de capital de custeio para pagamento de suas contas de luz, água e telefone". E finaliza: "se não bastasse este mal estar a nível dos convênios, resta a imagem negativa que ficou do INPA para a comunidade, científica ou não, quando é usado pela Eletronorte para corroborar afirmações do tipo "nossas usinas não causam impactos negativos na Amazônia", como aconteceu recentemente em panfletos da Eletronorte a respeito da Usina de Tucuruí".

É difícil, no atual estágio deste estudo, avaliar se a análise das relações da Eletronorte com o INPA corresponde aos fatos. Mas há que se admitir que o custeio da equipe multidisciplinar pelo próprio proponente, e o privilégio financeiro de sua escolha, poderá interferir na independência dos estudos de impacto.

O funcionamento não integrado dos estudos, para pensar a conveniência e alternativas da obra como um conjunto, também preocupa os ambientalistas.

Mas a prática instituída pelo Comama, se traz a vantagem de convidar o setor elétrico à autoregulação, está longe de resolver as questões relativamente às populações a reassentar, os ribeirinhos, e em particular as comunidades indígenas.

Na maioria dos casos que se pode analisar, alguns antropólogos foram contratados por consultoras privadas, por orientação das estatais do setor. Sem garantias profissionais sólidas de qualquer ordem, seu trabalho solitário e eventual, ao invés de representar uma advertência crítica sobre a obra, tendem a justificá-la. Participam, com uma ou outra exceção, da ingrata tarefa de encontrar soluções para os índios, aí vistos como obstáculos a transpor, e indicar soluções, indenizações ou realoca

ção. Não são convidados a equipes multidisciplinares e muito menos aos mecanismos decisórios. As raras exceções referem-se a contratação de Museus ou cursos de pós-graduação em antropologia, mas quando os estudiosos conheciam as comunidades indígenas implicadas e ainda assim sem mecanismos garantidores da independência dos técnicos.

Consultoria

Os raros antropólogos convocados a estudos por consultoras privadas subcontratadas pelas empresas semi-estatais do setor elétrico, o foram após a definição do local do aproveitamento, indicado por considerações especificamente técnicas, de solo, potencialidade, etc... Apenas em um caso, o da Universidade Federal de Santa Catarina, a consulta foi feita sobre um amplo leque de possibilidades e sobre o conjunto de uma bacia, a do Rio Uruguai. Nos demais casos os critérios sociais foram relegados no processo decisório. Se houve consultorias, deram-se com o fato consumado, sem possibilidades de voltar atrás. Mais grave: buscou-se muito mais encontrar soluções para edificar no local definido, do que estudar opções.

A presença destas consultorias tornavam-se, portanto, puramente figurativas, destinando-se a caucionar decisões previamente tomadas. Há que se rever também o tratamento profissional destas contratações, sua ausência de padrão e de garantias. Outro aspecto é o do uso, frequentemente indevido, do parecer antropológico que perde sua unicidade e é transformado em resumos que não expressam as recomendações do autor do trabalho. A unicidade e a integridade destes pareceres devem ser garantidas como um princípio e o seu uso deve contar com o pleno conhecimento e concordância do autor.

Outro limite ao efetivo aproveitamento da consultoria antropológica é o seu parco acesso às informações sobre o conjunto do empreendimento de que participa. Não apenas deveria dispor de todas as informações sobre a obra que atinge uma comunidade indígena, mas sobre o conjunto do sistema elétrico regional e nacional em que está inserida, única forma de discutir com eficiência as alternativas possíveis e esgotá-las.

O uso inadequado destes pareceres de consultoria antropológica, indevidamente resumidos em contextos paralelos aos con-

tratuais, desvirtua a indispensável participação destes consultores. Transforma-os em simples caução à obra já decidida, dispensando-se o consultor de participação avaliadora na decisão e execução, quando não o transforma em figura decorativa.

Para que estas consultorias tornem-se efetivamente úteis há que reequacioná-las, oferecer-lhes garantias de respeito profissional, participação nas decisões e na busca de alternativas.

Acrescente-se que a existência do Conama é puramente fictícia, sua pesada estrutura, com uma composição de mais de 70 representantes, não o permite reunir-se. Para os índios trata-se de órgão ineficaz, uma vez que nele não estão representados, nem diretamente, nem através de entidades de apoio ou da comunidade científica para indispensável assessoria técnica e participação nas decisões.

Ação Civil Pública

A segunda via pela qual o meio ambiente pode fazer-se presente no setor elétrico é a Lei nº 7.347, de 24.07.1985, que faculta o recurso à justiça contra danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio social. No entanto, as associações ambientalistas vêm mostrando o caráter puramente simbólico deste dispositivo, uma vez que é moroso e apenas intervem a posteriori. Além disto, o proponente da ação poderá ver-se em onerosa situação caso perca a ação como "manifestamente infundada" ou por "litigância de má-fé", sendo condenados às custas e até mesmo ao seu décuplo em caso de má-fé.

Apesar dos seus limites, representa esta lei a entrada da possibilidade de recurso na defesa do meio ambiente, através do Judiciário, o que é um passo positivo.

As Assessorias de Meio-Ambiente

Desde a promulgação dos Estatutos da Eletrobrás, (pag.3-Capítulo II, i), em 1978, há referências à sua obrigação de "colaborar para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades". Tanto para esta holding, centralizadora e repassadora de fundos públicos ao setor, quanto para as demais empresas, apenas nos últimos três anos a preservação do meio ambiente começa deixar de ser um vago bom propósito, mas está longe

de estruturar-se de forma adequada à finalidade, de implementar um efetivo compromisso.

Nos estados do Centro-Leste e Sul, como por exemplo a Cesp e a Eletrosul, devido a maior organização das populações atingidas, as assessorias de meio-ambiente foram afirmando-se nas empresas. Estão longe de poderem acompanhar, assim mesmo, o conjunto do planejamento e execução dos empreendimentos do setor.

Nota-se, em toda a estrutura do setor, a ausência quase completa de profissionais das ciências sociais e humanas. Na verdade relega-se o estudo do impacto social a subcontratados das consultoras privadas, algumas ligadas às próprias construtoras. E as empresas semi-estatais do setor elétrico, nem mesmo a Eletrobrás, não estão equipadas para a análise do material produzido pelas subcontratadas em termos de quadros técnicos, nem entre seus funcionários, nem via consultores externos. Há apenas uma psicóloga social e um geógrafo na Eletrobrás, e uma socióloga na Cesp, entre as dezenas de milhares de funcionários diretos ou indiretos do setor elétrico. Nenhum só especialista na especificidade da condição indígena.

O resultado é um lamentável e pouco produtivo tratamento estanque e compartimentado entre especialistas e especialidades. A ausência de integração das equipes descaracteriza o objetivo multidisciplinar dos estudos. Há ainda uma nítida ênfase aos estudos relativos ao meio físico, sem a sua indispensável contrapartida em trabalhos sócio-econômicos. Tudo é feito mais como, uma obrigação burocrática e menos como uma necessidade.

No caso dos índios, em particular os de floresta da região Amazônica, a falta de integração destes estudos é flagrante. Primeiro por tratarem-se de milenares conhecedores da avifauna, fauna terrestre e aquática, e flora. Depois porque as populações indígenas são extremamente dependentes destes recursos para sua sobrevivência, ligada à coleta, caça, pesca e agricultura.

Manual de Meio-Ambiente

A Eletrobrás preparou um "Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos" (maio/1985). É um grande passo em termos de organização do trabalho, uma vez que orienta os

dados a serem recolhidos nas diferentes fases, estimativa de potencial, inventário, viabilidade, projeto básico, construção/projeto executivo e operação. O manual recomenda a localização e o estudo das comunidades indígenas, mas a partir da fase de inventário, e não na própria estimativa do potencial hidrelétrico da bacia.

Apesar de sua relevante importância, o manual não chega a introduzir a presença indígena como uma condicionante impeditiva do aproveitamento, que, legalmente, como se verá, obriga a provar a ausência de alternativas. É indispensável introduzir o direito indígena já na fase de estimativa e como seu determinante de opção.

O manual é recente e ainda não há experiência de estudos prevendo outras formas de impacto que não o alagamento direto de áreas indígenas. Até agora, na maioria das empresas do setor, os índios são tratados apenas pelos serviços jurídicos e de patrimônio, nas fases de execução, para realocar ou, raras vezes, indenizar ou corrigir efeitos. O próprio manual, ao referir-se aos índios na fase já adiantada do projeto básico, em que os estudos serão adequação para execução, recomenda apenas um "Programa de Reassentamento de Populações Indígenas", em flagrante confronto com a legislação em vigor, como adiante se verá.

É urgente, assim, o aperfeiçoamento do manual no que se refere às populações indígenas, e talvez a elaboração de um manual específico, por especialistas.

Quanto às usinas do PRS, seus estudos preliminares foram feitos pelo anterior governo, e são, portanto anteriores à existência do citado manual. Esta situação obriga a um plano emergencial de estudos de alternativas. Todas estas usinas não foram antecedidas por estudos de meio ambiente e muito menos nos seus aspectos sociais, menos ainda relativamente aos índios.

Para algumas precisou-se apenas as cotas de alagamento direto, mas não os demais impactos, e menos ainda os efeitos sobre os índios habitantes do mesmo rio a jusante ou montante da barragem. O mesmo ocorre, em muitos casos, com as populações ribeirinhas, comunidades de pescadores, seringueiros ou outros agrupamentos humanos com menor capacidade de auto-defesa, em particular na Amazônia. Não houve também até hoje rigorosos estudos relativamente aos efeitos sobre os índios de outras obras, do setor, como sub-estações e linhas de transmissão.

Até as projeções de alagamento, reconhecem os técnicos, constituem apenas estimativas. Na verdade não há condições téc-

nicas de uma previsão segura, e erros possíveis poderão levar a -
mais graves consequências aos índios do que o oficialmente conside-
rado. Nada foi previsto para as barragens com menos de 100 MW.

Enfim, é indispensável a intervenção de especialistas-
na questão indígena desde a fase de estimativa de potencial. E es-
ta recomendação vale para o conjunto da intervenção das Assesso-
rias de Meio Ambiente, aqui entendido particularmente em seus as-
pectos sócio-econômicos.

A Funai e o setor elétrico

As repetidas interferências do setor elétrico sobre as
áreas indígenas são atribuídas pelas empresas à conta do órgão o-
ficial de tutela e proteção, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
A Eletrobrás, Eletronorte, e as demais, descarregam suas responsa-
bilidades nesta instituição federal, que, como é público, no País
e fora dele, está muito aquém de suas funções.

O que caracteriza a ação da Funai em face do impacto -
das obras do setor elétrico sobre a terra e o modo de vida da mi-
noría indígena é a omissão colaborante. Embora a Constituição e
a legislação em vigor assegurem às comunidades indígenas o pleno-
usufruto de suas terras ancestrais e imemoriais, e responsabilize
a Funai por garanti-las, esta agência comporta-se como mera admi-
nistradora de conflitos entre índios e não-índios, quase sempre -
em prejuízo de ambos.

Desde 1972, a Funai encontra-se na mais flagrante ile-
galidade. De fato, o Artigo 65 da Lei nº 6001-19/12/1973 diz: "O
poder executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das
terras indígenas, ainda não demarcadas".

A instituição indigenista oficial tem sido um dos raros
órgãos do governo federal a resistir impermeabilizada às mudanças
democráticas da Nova República e da fase Constituinte, proíbe a
participação indígena em seu processo decisório, e teme a colabora-
ção da comunidade científica e das entidades da sociedade civil -
solidárias com os direitos indígenas. Esta resistência à abertura
deve-se a sua vulnerabilidade: toda colaboração externa termina -
por revelar seu lamentável desfecho, por isto a evita e combate.
Confunde tutela, prevista na Lei como defesa do índio, com inter-
ferência indevida na vida tribal e uso administrativo dos bens in-
dígenas.

Sua ótica "integracionista" camufla, na verdade, o viés tomado pelo colonialismo interno que sobrevive na política indigenista. Atualmente sua crise institucional permanente agravou-se com o processo de "descentralização" administrativa que esconde uma maior interferência de forças políticas e interesses econômicos locais e regionais nos mecanismos de decisão sobre a demarcação das terras ocupadas pelos índios. Ao liquidar toda planificação centralizada, e desmembrar e até destruir a documentação e os processos de regularização de terras, pretendeu-se diminuir ainda mais o poder de resposta da instituição. Há dois anos atrás uma equipe iniciou, com competência, estudos de inventário da situação das terras indígenas e acelerou os processos administrativos. Foi substituída e afastada do departamento de terras.

Hoje a Funai encontra-se incapacitada de responder a qualquer plano de desenvolvimento regional ou setorial, do setor público ou privado, inclusive porque navega à vista, sem nenhum planejamento. Sua estrutura está emperrada pelo caráter personalista e autoritário de sua administração. Tal realidade pode ser comprovada pelos impactos negativos sobre as comunidades indígenas em quase todos os projetos de desenvolvimento regional, atuais e do passado recente, como as estradas, extração mineral, projetos de colonização, etc...

Um plano da envergadura do PPS, sob o ponto de vista do direito da minoria indígena, apenas seria viável com a criação de um centro de planejamento de projetos especiais extremamente competente, habilitado a monitorar a Funai para uma alteração qualitativa em seu desempenho. Este centro precisaria ser acompanhado por uma avaliação independente, presente na própria política de alocação de recursos, e contando com a participação dos próprios índios, de antropólogos, indigenistas e advogados, inclusive nos mecanismos de decisão.

Caso contrário repetir-se-á o fraco desempenho, omissos e colaborantes, a que assistimos no passado. A análise caso a caso do papel da Funai e nas já muitas e nocivas interferências do setor elétrico junto aos índios, anexa a este estudo, o demonstra. Apenas para consolidar as recomendações aqui apresentadas, retomemos alguns casos:

1º UHE-BILLINGS: construída no início do século para fornecer energia a São Paulo, inundou terras de índios Guarani.

da Aldeia Morro da Saudade. Até hoje os índios lutam pelos seus direitos, cerca de 130 sobreviventes, tendo obtido ganho de causa parcial, em 1985 na Justiça, graças a advogados voluntários, sendo que a Funai jamais os assistiu (Folha de São Paulo de 4/5/1985).

2º UHE-Salto Santiago: Outro grupo Guarani, no Sudoeste do Paraná, na Área Indígena Mangueirinha, teve sua área inundada em 306 hectares, ademais de outras graves consequências. - Obtiveram indenização parcial, após a mobilização de três mil índios, do sul do País, que bloquearam uma estrada interestadual. O principal líder foi assassinado em 1980 (Correio Brasiliense 7/6/1985). A Funai ausente, salvou alguns funcionários, hoje afastados do órgão.

3º Barragem Ibirama (DNOS): Foi feita para controle de cheias e uso múltiplo, atingindo os Xokleng, da reserva Duque de Caxias, no Vale do Itajaí, que perderam cerca de 714 hectares. Apenas após vários movimentos, inclusive interrompendo a construção, obtiveram ridícula indenização em dinheiro. Os índios foram assistidos por advogados voluntários e antropólogos exteriores à Funai. Terminaram espoliados e divididos.

4º UHE Itaipu Binacional: Os índios Avá-Guarani, 25-famílias, perderam 1.500 hectares, da Área Indígena Ocoi-Sacutinga. Apenas quatro famílias foram indenizadas com 250 hectares e os demais abandonados à sua sorte. A Funai chegou a dividir os índios e a aplicar critérios racistas de "grau de indianidade genética". No Paraguai o reassentamento dos índios, com perda de território, foi feita pelo Projeto Guarani, com o apoio financeiro de organizações humanitárias européias, sem qualquer ação do INDI, ou da Itaipu Binacional. /
/ J

5º UHE Balbina: A Funai liberou terras dos Waimiri Atroari para a construção de hidrelétrica, para uma estrada cortando a área no meio, e para mineração privada, com outra hidrelétrica de menor porte. Jamais demarcou a área. Desocupou a região a ser inundada previamente, sem nunca propor indenização - ou qualquer outra medida, salvo a ação isolada de alguns funcionários, hoje demitidos do órgão.

6º UHE-Cachoeira Porteira: A Funai liberou as terras, colaborou para o assalariamento dos índios nas obras da pista de pouso para inventário, e jamais tomou qualquer providência favorável aos grupos da área, ao contrário, retirou-os do local sem maiores delongas (Ver detalhes em anexo).

A barragem atinge os índios da Bacia do Mapuera e do médio e alto Nhamundá. Estes concentram-se basicamente em duas aldeias: a de Cassauá, no Nhamundá, onde o povo majoritário são os Hixkaryana e na aldeia de Mapuer onde os Maiwai são majoritários.

Há grupos sem contato nos vales dos rios Trombetas, Nhamundá e Jatapu.

As áreas não estão demarcadas. A Funai não tomou qualquer atitude de defesa dos índios, ao contrário, limitou-se a facilitar o trabalho das empresas sub-contratadas.

7º UHE-Tucuruí: A Funai acelera a pacificação dos Parakanã, os muda várias vezes de local, os lança em confronto com colonos, entrega suas terras ao desmatamento, envolve-se em corrupção, promete outra área, e se indenizações ocorreram (Gavião), deve-se a consultores externos à Funai e a grupos de apoio aos índios da sociedade civil, além de alguns funcionários, hoje afastados (Ver dados anexos).

8º UHE-Ji-Paraná: A Funai libera a pesquisa da consultora na área, sem contra-medidas. Apesar das reconhecções da equipe de avaliação do Polo Nordeste, nem mesmo pergunta à Eletronorte os seus planos. A Eletronorte, por sua vez, negou mentirosamente à Sudeco que preparava a construção de uma barragem no local. Os índios revoltaram-se contra a presença dos técnicos no local e a omissão da Funai.

Deverá atingir diretamente os Gavião e Arara do PI - Lourdes e a A.I. Tenháim. Não há estudos de qualquer ordem por parte da Funai para defender os interesses indígenas.

9º UHE-Itaparica: Atinge cerca de 700 índios, Tuxá, - Truka, Pankararé. Apesar do adiantado estágio de construção da barragem a questão dos índios e dos reassentados ainda continua mal resolvida. Os colonos foram novamente empurrados contra os índios.

10º Complexo de Altamira-Bacia do Xingu: Há anos estudam-se dezenas de barragens na área, atingindo numerosos grupos indígenas, sem qualquer ação da Funai, nem mesmo no sentido de regularizar suas terras (Ver anexo).

Pode-se elevar estes dez exemplos a cinquenta, apenas se comprova, a cada vez mais, a absoluta incompetência da Funai, em responder ao avanço das fronteiras agrícolas, da exploração de minérios e das obras públicas no sentido da defesa dos interesses da minoria indígena. A Funai não planeja, apenas responde a fatos consumados e intervem quando os conflitos estão exacerbados, em caso de mortes, onde saem perdedores os índios.

Nunca houve na Funai uma estrutura central de planejamento prévio sobre os impactos das políticas públicas de desenvolvimento regional ou setorial. Pode-se admitir que se pretende uma Funai incompetente e incapacitada de demarcar previamente as terras indígenas, de maneira deliberada, com o objetivo de permitir o avanço da colonização e a diminuição dos territórios da minoria étnica.

A postura da Funai em face das obras do setor elétrico em nada difere de seu procedimento nos demais setores, como estradas, agropecuários, colonização, mineração e madeireiras-predatórias. Ao contrário, o setor elétrico virá apenas a agravar um quadro já extremamente ameaçador às comunidades indígenas.

AMAZONIA

Na Amazonia concentra-se a maioria dos sobreviventes indígenas no Brasil. Não apenas os ainda comparativamente grandes povos, como os Yanomami, Macuxi, Tukano, Tikuna, mais centenas de pequenos grupos, imensas nações do passado reduzidas a centenas de pessoas. Prepara-se "cerca de oitenta aproveitamentos hidrelétricos de médio e grande portes, totalizando cerca de cem milhões de quilowatts instalados ao longo dos rios - da Amazonia legal nas próximas décadas" (Cagnin-RET-1966 p.15).

"A maioria dessas obras fica localizada em áreas remotas, distantes das cidades tradicionais da Amazonia", acrescenta Cagnin. Ou seja, longe da Bacia Sedimentar da Amazonia, lon

ge dos centros tradicionais de ocupação colonial, das cidades e dos trechos navegáveis dos rios.

O potencial hidrelétrico já conhecido é de 100.000 MW, mas sua utilização incalculada pode trazer prejuízos aos 25 mil Kms de rios navegáveis e ao conjunto das potencialidades de uso múltiplo. A inexistência, em muitos casos, de desníveis topográficos inviabiliza, certos aproveitamentos, ou serão apenas viáveis com alagamentos impensáveis em face das potencialidades, como é o caso da UHE Palbina.

Com suas graves distorções o setor energético, por sua capacidade financeira, e conseqüentemente de empreender, termina por tomar a dianteira do próprio desenvolvimento regional. O caráter desigual do desenvolvimento econômico brasileiro irá reaparecer, na unilateralidade desta concepção de "progresso". Na verdade o setor elétrico volta-se mais, em seu planejamento, para oferecer resposta aos projetos de mineração para exportação, sem tratamento, ainda bastante discutíveis na sociedade. Através dos grandes projetos hidrelétricos, ademais de minérios, pretende a mentalidade dominante no setor, transformar a Amazonia em exportadora de energia ao Nordeste, carente de recursos hídricos, e ao Centro-Sul, através dos sistemas integrados.

Dada a ausência de resistência aos grandes aproveitamentos na Amazônia, devido à carência populacional, é mais cômodo ali construir, do que nas regiões populosas, onde a consciência dos efeitos e a mobilização é maior. Tal fato não autoriza o setor energético, ao contrário, a planejar à margem dos interesses da sociedade, em prejuízo do meio-ambiente e do futuro da humanidade. Não apenas estão mal debatidas e estudadas as possibilidades energéticas alternativas na Amazonia, como a adequação destes grandes projetos com os interesses regionais. É necessário reanalisar os critérios de definição das obras, e quacioná-las com sua localização e os verdadeiros centros de demanda.

Na década de 70 a população brasileira cresceu em 28% e a da Amazonia em 55%. Grande Carajás, Polonoroeste, estradas, mineradoras, todo um complexo de obras públicas de envergadura foram dirigidos para a Amazonia. Os índios, ao contrário, ficaram entregues à sua sorte, o orçamento da Funai reduzido ao ridículo, entregues à incompetência e ao autoritarismo.

Nunca houve, por parte do governo nacional, sequer uma só tentativa de planejamento prévio do efeito destes empreendimentos sobre os grupos indígenas, sabidamente mais vulneráveis, e muito menos, avaliação posterior ou, pelo menos, medidas corretivas. Resiste o governo à sua responsabilidade mínima: um plano de demarcação das terras indígenas que viabilizasse a garantia aos índios no desenvolvimento. As hidrelétricas vêm agravar este quadro de invasões, desmatamentos, estradas e contatopromíscuo com a frente colonizatória. Representam, quase sempre, polos de desenvolvimento e passam a ser estudados desta forma. Mas, mesmo neste caso, cujo exemplo é o Complexo Altamira e o plano integrado regional que o acompanha, os índios estão ausentes.

As obras portentosas do setor elétrico tendem assim a herdar um quadro já delicado de intromissões nas áreas indígenas e de omissão do poder público, e tendem a agravá-lo, salvo grandes soluções, como exigem os grandes e seculares problemas. Recentemente, ademais das pressões conhecidas, como mineradoras, estradas, madeireiras, colonização, os índios vêm enfrentando a resistência do Exército em demarcar as áreas indígenas com alegações de segurança nacional. Tal argumento não resiste a qualquer análise. Nunca se viu índios traficando, nem drogas, nem eletrodomésticos, e muito menos espionando para países vizinhos. São práticas estranhas à sua cultura, uma vez que autossobrevivem em regime de trocas apenas simbólicas e praticamente internas ao seu grupo, e estão pouco familiarizados com o mercado ou a política. A vigilância da faixa fronteiriça poderá perfeitamente exercer-se por unidades e postos, com a colaboração da Funai, IBCF e SEMA, sem nenhum inconveniente, desde que o Exército evite interferências descabidas na vida tribal e desista de promover a colonização em flagrante desrespeito aos direitos indígenas. Ao contrário, melhor caberia como função social às forças armadas, promover a proteção e a demarcação das terras indígenas, contra brasileiros e países vizinhos, a exemplo do Marechal Cândido Mariano Rondon, na primeira metade deste século.

Para o aceleração das obras do setor elétrico na Amazônia, é urgente um planejamento paralelo de igual envergadura, relativamente à questão indígena. Para torná-lo possível é indispensável reformar profundamente o comportamento da Funai,

viesado pela prática de agência do colonialismo interno, inter-
vindo para "limpar terreno" e facilitar o avanço das frentes de
expansão. Medidas de igual peso deverão ser tomadas para o ree-
quacionamento dos métodos de decisão, adequação a usos múltiplos
proteção ambiental e em particular às populações tradicionais -
da Amazonia e os ribeirinhos.

Apesar de o PRS reduzir as hidrelétricas previstas para
a Amazonia no Plano 2000 da Eletrobras, há coisas ainda lamenta-
velmente mal esclarecidas. Um dos maiores comentaristas da polí-
tica pública da Amazonia, o jornalista Lucio Flavio Pinto, escre-
via em O Liberal de Belém (5/5/1985), sob o título "A História
recomeça", as seguintes informações: "É assim que a Eletronorte
está partindo para quatro novas hidroelétricas. A de Santa Isa-
bel, em 22 meses. As duas do Complexo de Altamira (Babaquara e
Kakarao) em 30 meses: e, em seguida, as do Trombetas".

Tais obras são também ameaçadoras aos índios e não se
encontram incluídas no PRS. O que houve? Mudança de planos? Ou
estas barragens não passaram na "limpeza de gavetas" de projetos
de barragem ou em construção planejadas pelo anterior governo?
O fato é que todas elas continuam sendo estudadas pelas consul-
toras privadas via Eletronorte, como é o caso, também lamentá-
vel, da UHE Ji-Paraná, como se verá em detalhe nos anexos.

Mais grave o anunciado pelo jornalista: "Na consulta -
às instituições de pesquisa, a Eletronorte parte de uma decisão
categórica: a de construir as hidrelétricas nos locais já esco-
lhidos e com as características técnicas já definidas. É certo-
que estabelecer esses parâmetros constitui sua competência espe-
cífica, mas, sob aparência de uma prerrogativa técnica, esconde
se um poder político que a sociedade brasileira, sobretudo nes-
ta fase de transição, não pode mais ignorar. É o poder de esco-
lher um determinado modelo de geração e fornecimento de energia,
associado ao modelo mais amplo que amolda a vida econômica do
país".

Vale reafirmar que tudo que atinge os índios, não deixa
de ter efeitos iguais sobre a sociedade majoritária.

Direito, Hidrelétricas e Terras Indígenas

"As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas minerais e de todas as utilidades nelas existentes", é o que prescreve o Artigo 198 da Constituição Federal, declarando em seu parágrafo 1º nulos os títulos sobre elas emitidos, e no 2º, retirando dos invasores qualquer direito a indenização.

Trata-se de uma tradição jurídica e de um consenso social majoritário consolidado. Não estão, assim, disponíveis as terras indígenas a qualquer plano do poder público, ou da iniciativa privada.

O Brasil é, também, co-signatário da Convenção nº-107, da 40a. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, -OIT - (26/6/1957, ratificada em 14/7/1966). Em sua parte II, Artigo 11, a Convenção explica: "O direito de propriedade, coletivo ou individual, será reconhecido aos membros das populações interessadas sobre as terras que ocupem tradicionalmente". E acrescenta em seu artigo 13, parágrafo 2: "Serão tomadas medidas para evitar que pessoas estranhas a essas populações possam prevalecer-se de seus costumes, ou da ignorância dos interessados em relação à lei, com o objetivo de adquirir a propriedade ou o uso de terras pertencentes a essas populações".

Resumindo, "a posse tem caráter permanente e o usufruto é exclusivo" (Paiva e Junqueira, 1985 p.14). Ou ainda: "Na verdade, o que determina o direito à posse das terras é a "posse imemorial dos indígenas" e o direito ao seu habitat natural, o que sempre foi considerado como um direito congênito dos primitivos donos da terra".

"Mesmo sendo as terras indígenas, bens da União - explica o especialista Paulo Guimarães (1986, p.1) - possuem um status Jurídico no contexto fundiário brasileiro altamente qualificado, excepcionando-as e atribuindo-lhes uma distinção especial, ao ponto de seu proprietário, a União, não deter sua posse, não poder usufruir das riquezas nelas existentes e não poder aliená-las".

A singularidade da posse indígena, que dá origem à sua inalienabilidade, advém de seu caráter imemorial, "e do fato -

que o indigenato é a fonte primária e congênita da posse territorial, reconhecido expressamente em várias leis coloniais, e em particular no Alvará de 1º de Abril de 1688, que declara os índios "primários e naturais senhores (das terras)". (Cunha, - 1986). É, assim um direito congênito, de ocupação primitiva, e portanto, histórico.

Assim, as dezenas de barragens, já executadas ou programadas, são inconstitucionais e ilegais, no quadro da legislação, das convenções de que é signatário o Brasil, e da vontade da maioria dos cidadãos. É a omissão conivente da Funai, e o volume de recursos e poder político unilateralmente permitidos ao setor elétrico, que vem possibilitando sua construção.

É bem verdade que a Funai escuda-se em um dispositivo da Lei 6001, de 19.12.73, que, em seu Artigo 20, abre precedentes contraditórios com o texto Constitucional: "Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República." E em seu parágrafo 1º autoriza a intervenção, na alínea "d", "para a realização de obras públicas que interessam ao desenvolvimento nacional".

Por este atalho é que a Funai vem ludibriando o explícito no preceito Constitucional. "Mas, admitindo, ainda que por absurdo, a implementação das UHEs sobre terras indígenas, deverão ser respeitadas todas as exigências constantes no art. 20 da Lei 6001/73", afirma Guimarães (1986, p.2).

Muito embora a Lei não se sobreponha à Constituição, mesmo na hipótese da excepcionalidade, afirma Guimarães, deverá estar demonstrada por parecer técnico, a ausência de outras alternativas; o caráter excepcional das obras; o porquê da definição de tal ou qual lugar; "via decreto presidencial, estipulando as condições de sua execução, "sempre por meios suasórios".

Em caso de remoção dos grupos indígenas, tanto a lei 6001/73, quanto a Convenção 107, são claras em indicar a atribuição de área equivalente à anterior, em sua integralidade, sem prejuízo de outras formas de indenização pelo distúrbio, como a financeira, desde que mantido o princípio mínimo de paridade, inclusive quanto às condições ecológicas, e de qualidade de vida. Acrescente-se que a área atribuída deverá permitir aos ín

dios a manutenção de seu modo de vida específico, além de serem integralmente ressarcidos dos prejuízos decorrentes da remoção, conforme prevêem os parágrafos 3º e 4º, do artigo 20 da Lei 6001/73.

Mesmo utilizando-se a brecha aberta pela Lei 6001/73 - no preceito do parágrafo 198 da Constituição Federal, a verdade é que o setor energético, comprovadamente, em nenhum caso, respeitou a obrigatoriedade da comprovação da ausência de demais alternativas, e a ser coerente com a Constituição em vigor, deve abster-se de alagar terras indígenas, em qualquer caso, mesmo quando conta com a tolerância, ou conivência, da Funai.

Para tal objetivo, é indispensável discriminar e condicionar qualquer apoio ao setor elétrico, à obrigatoriedade de rigorosa e competente comprovação técnica, neutra e independente, da ausência de outras alternativas. Simultaneamente, dada a incompetência sistemática da Funai, é indispensável a participação direta dos índios, convenientemente assessorados por antropólogos, advogados e outros técnicos quando necessário, inclusive em casos de "realocação" ou "indenização", aqui admitidas "por absurdo".

A prática do setor elétrico, ao se comprovar o descaso com as terras indígenas, permite identificar o raciocínio disseminado e subjacente que a acompanha; o de que as terras indígenas apresentar menos obstáculos, por terem os índios maior espaço não edificado, e menor capacidade de resistência.

Não compreende o setor que o espaço destinado aos sobreviventes indígenas, o é para a especificidade da sua condição de povo, com unidade cultural própria e singular, e visa garantir seu direito à diferença cultural, e à sua reprodução a longo prazo e em caráter permanente.

Erra também ao supor que lhe sai mais barato, ou com menos problemas. Os índios podem, e devem, continuar disputando o reestabelecimento de seus direitos, e o têm feito, o que obrigará a sociedade a assumir mais tarde os compromissos que o imediatismo desenvolvimentista pretendeu evitar. Além disto, o fortalecimento do movimento indígena, das entidades da sociedade civil solidários, demonstram que, a prosseguir nesta prática, o setor elétrico apenas estará provocando conflitos, como os contornados com dificuldade, nos casos das UMEs Tucuruí, Mangueira

nha, Ibirama, Kayabi, Juína, Balbina, etc. Incapaz de responder aos apelos éticos referentes à convivência entre povos; incapaz de respeito ao privilégio do convívio com minorias detentoras de culturas milenares; conturbando o direito e compromissos internacionais; ainda lhe resta, ao setor elétrico, a possibilidade, ao menos, de evitar surpresas.

O CONCEITO DE IMPACTO

As barragens, se trazem inconvenientes de monta às populações a serem reassentadas, aos ribeirinhos e dependentes dos rios, aos índios lhes trazem uma verdadeira hecatombe. A população vem cada vez mais resistindo à forma como são tomadas decisões que interferem em sua qualidade de vida. O próprio setor elétrico admite o crescendo das resistências que vem encontrando.

A especificidade do modo de vida indígena é o que falta ser compreendido. Não se pode, para culturas diferentes da nossa, fazer avaliações de impacto por simples sobreposição. Trata-se de valores diferentes. Uma terra não se troca, nem por outra terra, ou um rio, por outro, uma cachoeira não vale outra. Na verdade, o espaço em que vivem, os demais seres existentes, as plantas, animais e peixes, são parte do seu ser, e o seu retalia^omento, é algo tão impossível, quanto equivalente, ao desaparecimento e à morte, à desintegração.

Os critérios de impacto já são difíceis de estabelecer, habitualmente para fins indenizatórios, para os reassentamentos de produtores rurais, seringueiros ou pescadores ribeirinhos. Imagine-se para grupos humanos singulares, cujo modo de vida, na maioria dos casos, é absolutamente desconhecido e intransmissível.

Assim, os conceitos de impacto com que se vem trabalhando no setor elétrico e na Funai, são, no mínimo, perfeitamente arbitrários e inaplicáveis à condição indígena, e deveriam ser revistos, com a participação dos índios, dos antropólogos e dos especialistas em direito indígena.

A interferência dos alagamentos é mais frequentemente admitida. Mas há que se considerar que a terra para os índios é ine-

gocíavel, e faz parte do modo de vida, e sua posse é inerente à diferença cultural. Há ainda que se levar em conta tudo o que foi destruído com o alagamento: as plantas e sua diversificada-função, os peixes e animais essenciais à sobrevivência, os locais de valor religioso e ritual, enfim tudo o que não pertence aos nossos valores culturais, e a ser identificado caso a caso.

No mínimo, há que se admitir que uma usina, dentro ou nas proximidades de uma área ou rio indígena, leva consigo, não apenas sua ameaça direta, mas o conjunto das implicações do desenvolvimento regional que passa a estimular. A valorização das terras, e o conseqüente aumento das invasões, é imediato, como se vê na UHE-Juína. Com a colonização, vêm as estradas, o roubo de madeira, a corrupção, a desintegração da vida tribal, a prostituição etc. Nem falemos das doenças, fatais para os grupos da Amazonia, além da arrogância missionária etnocêntrica, do autoritarismo da Funai, e dos mineradores e garimpeiros que já vêm disputando palmo a palmo as terras indígenas.

É urgente e indispensável o aprofundamento conceitual do impacto ou interferência das hidrelétricas na vida indígena, em termos preventivos, corretivos e no aumento da auto-resistência. Em duas vias: pelo estudo caso a caso e pela revisão do que já ocorreu com a análise detalhada dos efeitos, a anteriori e a posteriori. Há que se admitir que o setor elétrico parte hoje de um ponderável passivo anti-indígena. Além das usinas, os linhões de transmissão e subestações deverão ser reconsiderados.

O SETOR ELÉTRICO E AS AGÊNCIAS FINANCEIRAS MULTILATERAIS

Há uma tentativa, por parte do setor elétrico, de restringir a discussão sobre o papel dos bancos e agências multilaterais aos projetos parciais por eles financiados. Tal obscurantismo não resiste à primeira abordagem. Por três razões: há anos consecutivos o setor vem recebendo financiamentos diversos, mesmo quando parciais; o FRS é um financiamento para o conjunto do setor e, finalmente, ao investir em partes, inevitavelmente liberam-se recursos para o todo.

Acrescente-se que o atual empréstimo do Banco Mundial é vital ao setor; programadamente bianual, complementa outros empréstimos e, seguramente, não sofrerá solução de continuidade. Pretender parcelar responsabilidades é, portanto, um exercício inútil. As agências financeiras multilaterais estão comprometidas com o conjunto de ação do setor elétrico, e é indispensável que as medidas corretivas sejam discutidas amplamente, e em particular, pela sociedade nacional, através de seus mecanismos democráticos. Inclui-se porque a proteção ao meio ambiente e à minoria indígena interessa a toda a humanidade, e está prevista em diversos acordos internacionais.

Apenas para recapitular, nos últimos cinco anos, os empréstimos do Banco Mundial ao governo brasileiro destinaram-se - em 25% ao setor elétrico, totalizando, de 1980 a 1985, US\$ 1.786,6 milhões de dólares. Os do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), foram em 29% destinados a diferentes projetos do setor elétrico de 1980 a 1984, num total de US\$ 536,5 milhões de dólares. De um total de US\$ 8.796,35 milhões de dólares de financiamentos ao Brasil, do Banco Mundial de 1980 a 1985, somados - aos do BID de 1980 a 1984, 26,4% foram destinados ao setor elétrico.

Nos próximos dois anos prevê-se um aumento qualitativo do peso do setor elétrico nos financiamentos multilaterais destinados ao governo brasileiro. A diferença do passado, não se destinam apenas a projetos específicos ou parciais, mas ao conjunto de um programa de recuperação setorial, parte do Plano 2010, a ser concluído antes do final do ano pela Eletrobrás, subsidiária e coligadas.

Programa de tal envergadura, exige, por parte do governo brasileiro e dos bancos multilaterais, um planejamento simultâneo no sentido da defesa do meio-ambiente, em sentido amplo, do aprimoramento dos planos de reassentamento e da defesa das populações ribeirinhas. Mas, em particular, é indispensável fixar um conjunto de medidas e compromissos consensuais entre o governo brasileiro e as agências multilaterais, para garantir a terra e a vida aos sobreviventes indígenas.

Recomenda-se, pelas razões antes apontadas, e pelo estudo de caso a caso que se segue, ao governo brasileiro, e ao Banco Mundial, as seguintes medidas, como indispensáveis à proteção da minoria indígena diante do PPS e do Plano 2010 do setor energético:

- 1º - Planejamento e viabilização de um programa nacional de regularização dos territórios indígenas através de sua demarcação e homologação pela Presidência da República, num prazo máximo de três anos. Tal programa deve prever a desintrusão da área retirando os invasores, a defesa das áreas e o reassentamento dos realmente desfavorecidos no quadro do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).
- 2º - Alocação extraordinária de 0,5% do orçamento da União, durante este período, para o aceleramento das demarcações.
- 3º - Criação de um grupo de trabalho extraordinário, responsabilizado pelo planejamento e alocação de recursos para a execução do programa nacional, e dos projetos especiais, setoriais ou regionais do programa nacional. Esta estrutura deve contar com o acompanhamento de antropólogos, advogados, engenheiros, topógrafos e representações indígenas. De preferência, deve estar localizado na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ou, em qualquer caso, em posição de autonomia em face do Ministério do Interior e/ou da Funai.
- 4º - Diante do PRS, e do plano 2010, é indispensável a alocação de pelo menos 5% dos recursos envolvidos em planos de impacto social e ao meio-ambiente, prevendo-se 2% para o atendimento à minoria indígena.
- 5º - Os recursos do componente indígena do PRS, devem ser repassados a este centro extraordinário de planejamento, ou GT-Extraordinário a ser criado na SEPLAN, ou através do IFCA, que, por sua vez, o realocará à Funai, a consultores, outras entidades envolvidas e aos próprios índios. Este centro ou GT deve acompanhar todos os projetos especiais de desenvolvimento setorial ou regional, com incidências em áreas indígenas.
- 6º - Todos os aproveitamentos em estudo no PRS, e no plano 2010, devem ser plotados no mapa das áreas indígenas, permitindo o estudo de efeitos no raio de 300 a 500 Km.

- 7º - Convênio com o IUDF, SEMA, Funai e Polícia Federal, para a defesa das áreas indígenas, contra invasões e desmatamentos.
- 8º - Convênio com o Departamento Geográfico do Exército-DGO para a demarcação de terras indígenas, com prioridade às próximas de barragens existentes ou planejadas, num raio a definir.
- 9º - Construir uma Comissão Nacional dos Rios Indígenas (CNRI), - composta por advogados, especialistas em direito indígena, - indicados pela DA; antropólogos indigenistas indicados pela ABA; representantes dos conselhos tribais, e das comunidades atingidas e dos movimentos indígenas, para o acompanhamento dos processos decisórios relativamente aos efeitos de barragens em terras indígenas ou em suas proximidades.
- 10º - Parecer técnico encomendado pela CNRI, confirmando a ausência de alternativas, no caso de barragens incidentes sobre Terra Indígena.
- 11º - Garantir o acesso das entidades não governamentais de apoio aos índios ao CNRI, CONAMA, e a toda ou qualquer informação sobre barragens incidentes em área indígena.
- 12º - Livre acesso dos índios, seus assessores, consultores ou representantes a toda informação relativa a aproveitamentos susceptíveis de atingirem área indígena, desde a fase inicial dos levantamentos de recursos hídricos de uma bacia.
- 13º - Prever assessoria técnica especializada na questão indígena no CONAMA, DNARE, Eletrobrás, Eletronorte, Furnas, Chesf, - Eletrosul, Cemig e em todas as empresas estatais coligadas ou subsidiárias, através da contratação de pelo menos um - assessor para cada uma destas instituições, acompanhando o processo desde a fase de levantamento do potencial das ba cias.
- 14º - Retirar as consultorias relativas às questões de meio-ambien te, reassentamentos, e índios em particular, das consultoras privadas de engenharia, como CNEC, THEMAC, Engevix, Hidrosserviço, ou semelhantes.

- 15º - Os estudos de consultoria relativos a impactos ou interferências das obras do setor elétrico nas áreas indígenas, devem ser feitos por equipes de advogados e antropólogos (de preferência que já conheçam os índios), por cursos de pós-graduação em antropologia (USP, FUC-SP, Museu Nacional, Museu Goeldi, Universidades Federais, etc...), de preferência acompanhados e assistidos por entidades científicas como a AEA, ANPOCS, SBPC, Associação dos Sociólogos, mesmo no caso de centros de pesquisas sociais renomados, como CEBRAP, IDESP SP, CEDEC, FIPE etc. - Poderão ser contratados consultores independentes de instituições, mas acompanhados pela CNRI e AEA, e desde o levantamento do potencial dos recursos da bacia.
- 16º - Deves ser previstos recursos para a consultoria e apoio jurídico das comunidades indígenas possíveis de serem atingidas por barragens, do PRS ou do Plano 2010, e desde o primeiro momento dos estudos de engenharia.
- 17º - As comunidades indígenas atingidas, ou ameaçadas, deverão contar com recursos, via CNRI, e/ou Centro ou GT de planejamento, para contatarem assessores ou recolher informações.
- 18º - Contatar o Conselho Nacional da OAB para, em convênio com a AEA, CNRI e o centro de planejamento, promoverem cursos e seminários de direito indígena, para atualização e formação de especialistas.
Atualmente contam-se nos dedos os juristas dedicados aos índios, como Dulno Dallari, Eunice Alves, Carlos Frederico Mares, Paulo Guimarães, Julio Geiger, Marco Antonio Barbosa.
- 19º - Fortalecer os estudos técnicos visando aumentar o grau de precisão das previsões de alagamento.
- 20º - Alocar recursos para o INESC no sentido de aumentar sua capacidade de assessoria ao Congresso Nacional nas questões de meio ambiente e dos índios aumentando a vigilância do Legislativo.
- 21º - Prioridade para a demarcação das áreas indígenas em torno de

barragens, num raio de 300 a 500 Km., e ser definido pelo -
CMRI e-pelo centro de planejamento ou GT dos componentes in-
dígenas de projetos especiais.

- 22º - Convênio com o INCRA e MIRAD para reassentamento dos invaso-
res desfavorecidos.
- 23º - Estímulo via CNPQ, e ABA, a cursos de Pós-Graduação, sobre -
índios e os mecanismos de decisão do setor elétrico, sobre o
papel das consultoras e construtoras, visando maior partici-
pação e controle democráticos, e maior acesso à informação-
por parte dos índios.
- 24º - Estímulos aos estudos técnicos das alternativas para cada-
barragem, e ao conjunto do sistema, e para alternativas ener-
géticas.
- 25º - Promover seminários de antropólogos, advogados, técnicos -
especializados e índios atingidos por barragens, para a -
discussão do conceito de impacto e formulação de recomenda-
ções. Tais seminários seriam promovidos pela ABA e OAB, com
financiamento via CMRI ou/e GT-Extraordinário.
- 26º - Criação de assessorias especializadas em direito indígena, -
na Procuradoria Geral da República e Ministério da Justiça,
e estímulo à Pós-Graduação na matéria.
- 27º - Garantias contratuais de independência crítica aos consulto-
res, advogados, antropólogos ou outros técnicos.
Formação de uma equipe de consultores, advogados e antropólo-
gos, para cada barragem que atinge área indígena.
- 28º - Tratamento prioritário à localização e interdição de áreas-
de índios "arredios" ou autônomos (UNE-Santa Isabel, Bata-
quã, Kakarao, Cachocira Porteira, Saltina, Serra da Mesa etc).
- 29º - Ampliação da equipe de Assessoria de Ação Articulada da Eletro-
brás para 10 pessoas, sendo um pelo menos especializado em
questões indígenas.

- 30ª - Duas viagens anuais dos consultores às áreas, com duração de dois meses, e mais dois meses de relatórios, no mínimo, com viagens extraordinárias sempre que necessário.
- 31ª - Remuneração compatível aos consultores, com porcentagem administrativa de 10% à instituição que o acompanha e assiste.
- 32ª - Revisão dos acordos feitos com os índios nas barragens já construídas, solucionando situações mal resolvidas como a UHE Balbina, Salto Santiago, Tucuruí etc.
- 33ª - Reavaliação dos critérios de indenização, e estabelecimento de princípios, como: terra por terra igual e contínua; rio, por rio; sem prejuízo de indenizações financeiras ou outras por lucro cessante ou prejuízo ao modo de vida.
- 34ª - Livre circulação e perambulação dos índios nos lagos, e suas margens incidentes na área indígena, em regime de comodato.
- 35ª - Garantir a unicidade dos relatórios e pareceres dos consultores, impedindo resumos, ou outros usos impróprios, sem o seu consentimento. Garantir sua participação nos processos-decisórios e acesso a informações.
- 36ª - Estudar o impacto de outras usinas, como as de lenha e carvão, evitando que se abasteçam com recursos naturais indígenas.
- 37ª - Plotar no mapa linhas de transmissão, distribuição e subestações, evitando que interfiram em áreas indígenas.
- 38ª - Regular o assediamento dos índios por construtoras, construtoras ou subsidiárias do setor elétrico.
- 39ª - Promover maior integração entre os especialistas em meio ambiente e os antropólogos, sobre Fauna, Flora, ictiofauna etc para previsão de cadeia de efeitos sobre os índios.
- 40ª - Precisar os efeitos de cada obra sobre os índios, e informá-los sobre as consequências, completa e previamente.

- 41ª - Rever com consultores, advogados e antropólogos, os estudos dos aproveitamentos ainda não-iniciados, que possam atingir áreas indígenas, como as UHE Ji-Paraná, Paredão/Mucajá, Cachoeira Porteira, Machadinho, Serra da Mesa, Gena Brava, Manso etc, antes mesmo de que venham a ser consideradas "irreversíveis" pelo setor.
- 42ª - Reestudo ou reavaliação da relação oferta/demanda, e sua adequação aos interesses regionais e locais, e ao conjunto PRS e Plano 2010, com os interesses indígenas.
- 43ª - Estudos sobre as possibilidades técnicas de impulsionar os pequenos aproveitamentos, com barragens de menor porte, e eventualmente com empresas de menores dimensões e custos.
- 44ª - Na Amazonia, em particular, estudo de soluções para responder às demandas locais, com decisões caso a caso, compatíveis com o seu ecossistema.
- 45ª - Medidas para estímulo a maior integração com o setor, e participação nas decisões, das instituições afins, como Sudelpa, Portobrás, empresas de saneamento e abastecimento etc., garantindo o uso múltiplo dos rios.
- 46ª - Maior integração e participação nas decisões relativas ao setor elétrico das entidades indispensáveis ao planejamento regional como INCRA, SUCAM, Ministério e Secretarias da Saúde etc.
- 47ª - Reestruturação da Funai, garantindo competência e a participação democrática dos índios através dos conselhos tribais e das representações de seus movimentos, além de livre acesso à documentação e informação, inclusive por parte de seus assessores e entidades de apoio da sociedade civil ou/e da comunidade científica.
- 48ª - Elaboração de um manual específico sobre a interferência do setor elétrico em áreas indígenas, preparado por especialistas, antropólogos e advogados.

49º - Um estudo via consultoria sobre o impacto do alagamento de 19.372.56 Km² pelas hidrelétricas do PRS. Some-se a este número Tucuruí e Itaipu, e as demais barragens já construídas no passado.

É importante uma abordagem global dos efeitos.

50º - Equacionar, via convênio FUNAI-INCRA-MIRAD, os conflitos entre os índios e populações regionais advindos da perda de espaço territorial agravando conflitos inter-étnicos, como nos casos de Itaparica, Mangueirinha e Tucuruí, com vistas à elaboração de planos de reassentamento regional e local.

II - UHEs DO PRS E OS ÍNDIOS

CONSIDERAÇÕES CASO A CASO

USINAS HIDRELÉTRICAS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DO SETOR ENER
GÉTICO E AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Consultoria BM - Mauro Leonel

Estes dados foram recolhidos sem a necessária visita às áreas, através de entrevistas e bibliografia. O setor elétrico tem poucos estudos sobre a questão indígena e, quando os tem, não estão sempre disponíveis.

São Paulo - Abril - 1986

Resumo do Impacto já conhecido das UHEs DO PRS e do Plano 2000 sobre comunidades indígenas.

UHE-TUCURUÍ (PA) ELETRONORTE POPULAÇÃO

- A.I. Parakanã
- A.I. Pucuruí Parakanã (Pucuruí) 344 (cedi 85)
- A.I. Mãe Maria-Gavião (Parakatêjê) 176
- ? -Guajajara (Tenetehara) ? (não estudados)

UHE-BALBINA ELETRONORTE

POPULAÇÃO

- A.I. Waimiri/Atroari 400
- Isolados(diversos (os mesmos da UHE-Viramundo
- 14 Grupos) abaixo)

UHE-VIRAMUNDO/CACHOEIRA PORTEIRA (AM) ELETRONORTE

- Aldeia Mapuera: Wai-Wai
- P.I. Nhamundã - Katuena
- Mapuera - Xereu
- Hixkaryana
- Mawayana
- Tiryô
- Karanhawyana
- Total: cerca de 700 (Cedi-83)

- Aldeira Cassauã

- P.I. Nhamundã - Hixkaryana
- Mapuera - Xowiyana
- Kawarayna
- Karahawyana
- Yukwarayana
- Xereu
- Wai-Wai
- Marawayana
- Karaxana
- Katuena
- Total: cerca de 500 (Cedi 83)

- Arredios: Karafawyana (RR-AM-PA) ? isolados
- Rio Jatapu - Xowiana ? isolados
- Turuwiana ? isolados

- Xereu ? isolados
- Rio Mapuera
- Mawayana-Karafawyana ? isolados
- Akriana - Farokito ? isolados
- Wai-Wai ? isolados
- Rio Cachorro
- Kaxuyana ? isolados
- Katuena ? isolados
- Tykana ? isolados
- Mayfurixana ? isolados
- Txacuntã ? isolados
- Tunaina ? isolados
- Rio Erepecurú
- Faskyana ? isolados
- Koroyana ? isolados
- Aldeia da Porteira
- Kaxuyana 110 (Cedi 83)

UHE-ITAPARICA (BA) CHESF

- A.I. Rodelas - Tuxã 700 (Funai 84)
- A.I. Pankararê-Pankararê cerca de 1.200 (Funai 85 - Anai 84)
- Pankararu cerca de 4000 (Funai-FT-1984)
- Trukã cerca de 400 (CIMI 83)
- Atikum cerca de 2.645 (Funai 84)

UHE-SAMUEL (RO) (Impacto no rio Jamari) ELETRONORTE

- URU-EU-WAU-WAU - cerca de 700 (Polonoroeste)
- Arredios - Isolados ? isolados

UHE-AVILA (RO) - CERON-ELETRONORTE

- A.I. Tubarão/Latundê-Aikana-Latundê 108 (Polonoroeste 84)
- R. Corumbiara-Arredios ? (Polonoroeste)

UHE-JI-PARANÁ (RO) ELETRONORTE

- P.I. Lourdes - Gavião (Iconen-Digut) 236 (Polonoroeste 84)
- Arara (Karo) 98 (Polonoroeste)
- A.I. Tenharin/Ig.Preto Tenharin 249 (Polonoroeste)

UHE-PAREDÃO/MUCAJAI (RR) CER-ELETRENORTE

- Parque Yanomami - Yanomami 9.000
- Várias Áreas - Macuxi 14.497

UHE-SERRA DA MESA - FURNAS (GO)

- Arredios-Avã-Canoeiro ? isolados

UHE-MANSO (MT)

- Ai-Bakairi e Ai Santana-Bakairi 448 (Polonoroeste 83)

UHE-CANA BRAVA (GO) FURNAS

- Arredios Avã-Canoeiros ? isolados

UHE-ITAIPU - Itaipu Binacional (PR-PARAGUAI)

- A.I. Ocóï-Avã-Guarani 97 (Funai 84)
- Paraguai-Guarani/Chiripa 800 ? não estudados

UHE-MACHADINHO (RS) ELETROSUL

- A.I. Ligeiro - Kaingang 840 (Funai 84)

As outras 20 UHEs do PRS não foram suficientemente estudadas, ou não há dados, pelo menos disponíveis. A Usina Nuclear de Angra (I e II) está próxima de várias áreas indígenas Guarani do litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, algumas não demarcadas.

PLANO 2000 - COLIGADAS E ESTADUAIS

Outras hidrelétricas conhecidas, em construção ou estudos, com impactos sobre áreas indígenas. O PRS apenas lista as previstas até 1989. As outras continuarão a ser planejadas ou executadas, no Plano 2010, sendo urgente a defesa dos interesses indígenas. Ressalte-se que há numerosos outros aproveitamentos cujos efeitos sobre os índios ainda não são conhecidos:

UHE-TUCURUI (PA) ELETRENORTE - BARRAGEM DE MARABÁ TOCANTINS.

- A.I. Mãe Maria - Gavião/Parakatêjê População 176

UHE-JUINA (MT) CEMAT - ELETRONORTE

- A.I. Serra Morena - Cinta-Larga - cerca de 1000 (Polonoroeste 85)
- Diversos - Arara do Aripuanã-cerca de 100 (CIMI 85)

UHE-SALDO DOS KAYABI (MT) - CEMAT - ELETRONORTE

- RI-Apiaká - Apiaká 42 (Cedi 85)
- RI-Kayabi-Kayabi 120 (Cedi 85)

RIO SURUMU E RIO COTINGO

UHE-SURUMU

UHE-BACARA

UHE-S.ANTONIO

UHE-COTINGO(RR) ELETRONORTE

POPULAÇÃO

- A.I. Raposa Serra do Sol INGARIKÓ 459
- Colônia São Marcos-Taurepang 220
- Diversos áreas -Macuxi 14.497 (ver UHE Pare-
dão/Macajá)

COMPLEXO NHAMUNDÁ - MAPUERA

UHE-CACHOEIRA DA ÉGUA (AM) ELETRONORTE

Ver UHE - Viramundo/Cachoeira Porteira, atingirá PI Nhamundá/Mapuera e Arredios

UHE-ANANAI (AM) ELETRONORTE

Ver UHE-Viramundo/Cachoeira Porteira, atingirá as mesmas populações indígenas.

UHE-VIRAMUNDO (AM) ELETRONORTE

Ver UHE - Viramundo/Cachoeira Porteira, atingirá as mesmas populações.

UHE-MAPUERA I (AM) ELETRONORTE

Ver UHE - Viramundo/Cachoeira Porteira

UHE-TAJÁ (AM) ELETRONORTE

Ver UHE - Viramundo/Cachoeira Porteira

COMPLEXO DE ALTAMIRA XINGU (MT-PA)

UHE-Babaquara IA - ELETRONORTE

UHE- Babaquara III - Eletronorte (PA)

UHE - Kakarao - Eletronorte (PA)

UHE - Jurua - Eletronorte (PA)

Este conjunto de aproveitamentos, nos rios Xingu, Iriri e Curuá, atingem gravemente numerosas áreas indígenas, a saber:

A.I. - Bacajã - Kayapõ/Xicrin/Bacajã	180	(Cedi 85)
A.I. - Koatinemo-Assurini	56	(Cedi 85)
A.I. - Arawete - Araweté	136	(Cedi 85)
A.I. - Arara - Arara	72	(Cedi 85)
R.I. - Kararao-Kararao/Iriri	26	(Cedi 85)
Arredios - Kayapõ/Kararao	?	isolados
Arredios - Kayapõ/Purõ	?	isolados
Arredios - Kayapõ/Pituiarõ	?	isolados
Arredios - Kayapõ/Mgra Mrari	?	isolados

UHE-Ipixuna (PA) Eletronorte

UHE-Kokraimoro (PA) Eletronorte

UHE-Jarina (PA) Eletronorte

Parque Indígena Kaiapõ - Garotire	593
- Kikretun	272
- Kubenkräkein	198
- Aukre	163
- Kokraimoro	165
- Kaiapõ	? isolados

UHE-IRIRI (PA) Eletronorte

R.I. Bau-Mekranoti - Mekranoti	395	(Cedi 85)
ou Mekranotire-Pukanu	80	(Cedi 85)
Kayapõ - Bau	49	(Cedi 85)
- Xixé	155	(Cedi 85)
- Iriri Novo	160	(Cedi 85)

Bacia do Tocantins/Araguaia

UHE-Santa Isabel (PA) Eletronorte

P.I. Xambioá - Karajã do Norte	102 (Cedi 85)
- Guarani	15 (Cedi 85)

Aproveitamentos programados não estudados relativamente ao impacto sobre populações indígenas, na Bacia Tocantins/Araguaia:

Rio Tocantins - <u>UHE - S. Antonio</u>	viabilidade
- <u>UHE - Carolina</u>	inventário ?
- <u>UHE - Lajeado</u>	inventário ?
- <u>UHE - Ipuciras</u>	inventário ?
Rio Araguaia - <u>UHE - B. Caiapó</u>	inventário ?
- <u>UHE - Torixoren</u>	inventário ?
- <u>UHE - B. Peixe</u>	inventário ?
- <u>UHE - C. Magalhaes</u>	inventário ?
Rio Itacaiunas- <u>UHE - Itacaiunas I</u>	inventário ?
- <u>UHE - Itacaiunas II</u>	inventário ?
Rio das Mortes- <u>UHE - Noidores</u>	inventário ?
Rio do Sono - <u>UHE - Sono I</u>	inventário ?
<u>UHE - Sono II</u>	inventário ?
Rio das Balsas- <u>UHE - Balsas</u>	inventário ?

BACIA DO TAPAJÓS (AM-PA-MT-RO)

Encontra-se em fase de avaliação e o setor elétrico desconsidera a presença indígena nesta fase, o que, como se viu, deve ser corrigido. Trata-se de uma região de tradicional ocupação indígena e os estudos devem acompanhar-se simultaneamente.

Rio Tapajós - <u>UHE - Itaituba</u>	?
- <u>UHE - B.S.Manuela</u>	?
Rio Teles'Pires - <u>UHE - B. Apiaca</u>	?

Juruena UHE - N. Horizonte ?
 UHE - S. Augusto ?

Prevê-se, no entanto, a possibilidade de atingir grupos indígenas nos seguintes rios:

- Rio dos Peixes - R.I. Apiarás ?
- Rio Piau - R.I. Aiafis ?
- Rio Curunu - R.I. Munduruku 2.296.

BACIA DO MADEIRA (RO-AM-PA-MT)

UHE - Madeira I (RO) - Porto Velho - Eletronorte
 dispersos - Parintintin ?
 dispersos - Massacã ?
 Rio Aripuanã - UHE - Aripuanã
 UHE - Aripuanã
 UHE - Aripuanã

Parque Indígena do Aripuanã

- Cinta Larga 1000
- Zoró 172
- Suruí 357
- Dispersos - Arara 100
- Tupi-Madeirinha (isolados) isolados

Rio Roosevelt - UHE - Roosevelt
 - UHE - Roosevelt
 - UHE - Roosevelt

Atinge os mesmos das UHE do Aripuanã

Rio Sincundari- UHE - Sinundari ?
 Rio Ituxi - UHE - Endinaari (Avaliação)
 A.I. Boca do Acre - Apurinã 3000 (Funai 84)
 A.I. Kaxarari - 135 (Polonoro-este 84)

BACIA DO RIO NEGRO - ELETRONORTE

- Rio Negro - UHE - Santa Isabel
- UHE - São Gabriel

Não há informações corretas sobre estes grupos na Funai. Há referências a 78 aldeias na região. Estas UHEs atingiram o Parque Nacional do Pico da Neblina e o Parque Florestal do Rio Negro. Segundo o Cedi (1985) há de 10 a 15 mil índios na região de língua Nheengatu, como os Tukano.

Rio Branco - UHE - CARACARAI

RI, Ajanari- ?

Rio Urariquera - UHE - Maracá

RI, Raimundão - ? (a verificar)

RI, Sucuba ? "

Outros ? "

BACIA DO TROMBETAS

- Rio Trombetas - UHE - Maria José
- UHE - Treze Quedas

Constituem outros aproveitamentos da UHE Viramundo Cachoeira Porteira. Atingem as mesmas áreas e grupos indicados para UHE Viramundo/Porteira, Rio Mapuera UHE Carona.

As mesmas áreas da UHE Viramundo/Porteira

Rio Erpecuru - UHE Carapanã

- UHE Mel

- UHE Armazém

- UHE Paciência

Rio Nhamunda - UHE Nhamunda

Atingem as mesmas áreas da UHE Viramundo/Porteira e os arredios (a verificar) e ainda o Parque Indígena Tumucumaque e outros numerosos índios isolados, "arredios", autônomos ou sem contacto.

BACIA DO UATUMÁ

- Rio Sapata - UHE Fumaça ?
- UHE Onça ?
- UHE Katucna ?
- Rio Curuá - UHE Curuá ?
- Rio Maecuru - UHE Paru I ?
- UHE Paru II ?
- UHE Paru III ?
- Rio Jari - UHE Jari I ?
- UHE Jari II ?
- UHE Jari III ?

Área Indígena Waipi 306 e outros grupos e arredios a verificar.

BACIA DO RIO ARAGUARI

- UHE Paredão ? (em funcionamento)
- UHE Caldeirão ?
- UHE Arrependido?
- UHE Stº Antonio?
- Rio Cuiabá
- UHE Rosário ?
- UHE Guia ?

Como a listagem demonstra, há dezenas de casos a plotar no mapa, estudos a fazer, em acompanhamento, em particular, aos atualmente feitos pelas diversas consultoras de engenharia da Eletronorte. A lista está longe de esgotar, uma vez que os dados referem-se as UHEs até o ano 2000 e são de 1984. Há numerosos outros estudos em curso a serem também verificados, em particular em Furnas, CEMIG e nas estaduais da Amazonia.

As usinas a lenha também constituem grave ameaça e devem ser avaliadas para que não se abasteçam em área indígena. Há assim, um enorme trabalho a ser feito, exigindo competente equipe técnica.

Somando o PRS e o Plano 2000, cerca de 68 UHE, interferem em áreas indígenas.

UHE-TUCURUI (PA) - PARAKANÁ E PARAKATEJÉ (GAVIÃO)

PARAKANÁ

População: 347 Parakaná (em 1984), segundo informações de Antonio Carlos Magalhães (CEDI-1985).

Três mulheres vivem entre povos vizinhos, duas com os Xicrin do Rio Bacajá e uma entre os Xicrin do Rio Cateté. Os demais, encontram-se em três aldeias.

A. Paranati	139
A. Marudjevara	72
IG. Bom Jardim	<u>133</u>
	344

Parakaná: Tronco
Tupi, língua mal conhecida.

Contato

Iniciado por frentes de atração da Funai na década de 70. Segundo depoimento do Sertanista Benamour Fontes, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) fizera contato com os Parakaná no Rio Tukurui em 1953, com cerca de cem índios, por três vezes. A frente de atração foi desmobilizada por falta de recursos. Em 1928 o SPI promovera contatos, também fracassados e esporádicos.

Após o contato estes índios sofreram sucessivas epidemias de gripe e doenças venéreas, contraídas dos funcionários da Funai e das empreiteiras que construíram a Transamazônica. Um segundo grupo foi contatado em 1976 no Rio Anapu.

Um terceiro grupo foi contatado nas cabeceiras do Rio Bacajá, em 1983. No mesmo ano, outro grupo, cerca de 70 Parakaná, foram contatado no Agapapê Bom Jardim. O último grupo entrou em contato com a Funai também em 1983, 32 indivíduos, no Igarapé Paracajzinho. Em 1977 os Parakaná, são massacrados pelos Xicrin, 16 mortos e 09 prisioneiros.

Todas as tentativas do governo Federal em contatar os Parakaná estão ligadas a surtos de expansão das frentes de colonização nas terras destes índios. Em 1928 a ação do SPI deveu-se a Estrada de Ferro Tocantins. A partir dos anos 50, o SPI, e depois a Funai, tentam o contato após a valorização das terras com a localização de reservas minerais na região.

Segundo Magalhães (CEDI-1985) os Parakanã foram mudados onze vezes de lugar nos últimos quinze anos, por razões estranhas à sua vontade, estimuladas pelos funcionários da Funai. A última realocação deveu-se a UHE-Tucuruí.

Finalmente, em 05.03.1985, através do Decreto Presidencial nº 91.028, receberam uma área de 317 mil hectares, nos municípios de Itupiranga e Jacundã. A área ainda não foi demarcada, embora a Usina já esteja operando. A demarcação é parte das indenizações prometidas aos índios devido ao alagamento de suas terras pela Eletronorte.

FUNAI E O PROJETO PARAKANÃ

Os Parakanã não escaparam ao padrão geral que caracteriza a ação de colonialismo interno, em favor das frentes de expansão. Através do Decreto Presidencial nº 68.913 de 13 de julho de 1971, foi criada a Reserva Indígena Parakanã, destinada aos primeiros grupos já contatados. Esta reserva, estimada em 189.681 ha., seria cortada em 25 km pela rodovia Transamazônica, e o Decreto previa a possibilidade de reduzi-la após o contato.

Estas terras, como as em que se encontravam os grupos de contato posterior, tornaram-se disputados devido a valorização decorrente do Projeto Ferro-Carajás, e de outras iniciativas, públicas ou privadas, como a Transamazônica, e os projetos de colonização do GETAT.

Em 1945, o SPI recebera garantias sobre as terras entre os kms 62 e 68 da Estrada de Ferro Tocantins, cedidas pela Fundação Brasil Central, com vistas à atração dos Parakanã. Tais terras, no entanto, poderiam ser usadas pela Estrada de Ferro, caso necessitasse, total ou parcialmente. O segundo grupo de Parakanã, contatado em 1976, seria relocado nesta área denominado PIA Pucuruí, com 28.388,25 ha.

Em 1977 a imprensa previa a inundação total do PIA Pucuruí, e da A.I., Parakanã em cerca de 64 mil ha. Em 1978, chegou-se a previsão de 28 mil ha. alagados do PIA Pucuruí, e da perda de 5 a 10% dos recursos da A.I. Parakanã (Goodland-1978). Em 1977 o antropólogo Antonio Carlos Magalhães (Museu Goeldi/USP) foi contratado para elaborar um plano de prevenção ao impacto da UHE Tucuruí sobre os Parakanã. Foi criado o Projeto Parakanã executado sob a coordenação do mesmo antropólogo, através de um convênio Eletronorte/Funai.

O Projeto-Parakanã caminhou sempre com dificuldades, sobretudo devido à incompetência da Funai. Em 1979 o Presidente da Funai, general Ismarth Araújo de Oliveira, chegou a paralisar o projeto Parakanã, e recusou-se a renovar o contrato do antropólogo, coordenador do Projeto. A transferência dos Parakanã passou a responsabilidade do coronel aposentado da Aeronáutica Ivan Zanoni Hausen, hoje assessor do Presidente da Eletronorte para a modernização do órgão. Durante um seminário sobre os Parakanã, em dezembro de 1980, o DGPC Funai, dirigido pelo citado coronel, propôs a redução da área prevista pelo Projeto Parakanã em 163 mil hectares, redução recusada pelos participantes do seminário (CEDI-1985).

As condições de atendimento médico, saneamento básico e outras medidas de assistência à saúde dos Parakanã foram sempre lastimáveis, descritas com detalhes nos relatórios do Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, que apontavam a malária como a principal ameaça à vida dos Parakanã, com alta taxas de morbidade e mortalidade.

As indecisões sobre o território a ser destinado aos índios tornou-os quase absolutamente dependentes do órgão de assistência, uma vez que temiam plantar e virem a ser transferidos antes da colheita.

Durante o 1º Encontro Parakanã, em que o DGPC - Funai propôs a redução da área de 315 mil ha, para 156 mil, a Eletronorte chegou a oferecer até a ampliação da área, unindo-a ao longo da barragem de Tucuruí. A Funai no entanto, argumentava que havia invasores na área a ser destinada aos índios.

O GETAT, negou que houvesse concedido títulos na área, desmentindo a Funai.

INVASÕES

Na verdade, quando da elaboração da proposta do Projeto-Parakanã, para a área a ser destinada aos Índios em 1978 havia apenas 13 posses tituladas pelo GETAT, e cerca de cinquenta outros ocupantes, facilmente reassentáveis (CEDI-1985).

A partir de 1981, dada a inércia da Funai, as invasões aumentaram na A.I. Parakanã, a partir das imediações da "antiga"-Transamazônica, nas margens do Igarapê Lontra, onde se abriram garimpos de cassiterita, e junto ao Igarapê, onde aproximadamente 50 posseiros, cujos sítios seriam inundados pelas águas do

reservatório de Tucuruí, começaram a abertura de roçados (CEDI-1985).

"No mesmo ano, relata o CEDI, o então delegado da 2ª DR/Funai, Paulo César de Abreu, autorizou a liberação de parte das terras Parakanã, situadas na faixa não inundada da Reserva Indígena Pucuruí, na confluência da BR-422 com a Transamazônica, e na nova variante da mesma" (CEDI-1985).

O delegado, ao ultrapassar suas funções, abusando de prerrogativas da Presidência da República, justificou-se pretendendo facilitar o reassentamento de colonos também atingidos pelo reservatório de Tucuruí.

Cerca de 600 colonos ali se instalaram, entrando em conflito com os índios.

Os Parakanã haviam aceitado a transferência, mas acreditando que a área seria inundada, e revoltaram-se ao saber que boa parte não inundada, seria redistribuída.

O conflito foi acalmado com a construção de uma estrada de acesso da aldeia de Paranati à Transamazônica, com cerca de 10 km, pela Eletronorte, ademais da promessa de indenização.

Finalmente, em 1984, chegou-se a proposta de 317 mil hectares, a mesma feita em 1978 pelo Projeto Parakanã.

Os índios perderam ainda as margens do lago, previstos como área de piscicultura, na proposta de 1978. Os colonos foram colocados na área indígena, e nas margens do lago, porque as melhores terras haviam sido destinadas a fazendeiros.

A comissão dos desapropriados de Tucuruí acusou o GETAT de lançar os colonos contra os índios (CEDI-1985).

Resolveu-se, através do GT - Interministerial, que os índios seriam "ressarcidos", pela área de piscicultura entregue aos colonos. A UHE-Tucuruí, foi inaugurada em 1984, e até hoje não se calculou o montante da indenização aos Parakanã, e as modalidades de pagamento. Os invasores não foram reassentados ou indenizados, e a A.I. Parakanã ainda não foi demarcada.

Em 1983 a Funai fez o levantamento dos invasores:

- 68 ocupantes, sendo 18 moradores efetivos e 50 não-residentes, explorando pastagens e extraíndo madeira. Nenhum dos imóveis conta com titulações definitiva do SETAT ou INCRA.

Some-se aos 68 ocupantes, a tentativa de duas mineradoras, a Atijutinga Minérios Ltda, do grupo Brascan, e a Geometal Mineração Ltda, que pretendem um alvará de pesquisa sobre 30 mil ha. da AI Parakanã (CEDI-85).

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os Parakanã mantêm o modo de vida tradicional dos povos Tupi da Amazônia: caça, pesca, coleta e agricultura.

Nos últimos anos, devido às contínuas transferências, tornaram-se parcialmente dependentes da Funai. Os conflitos com os Xicrin, com os invasores de suas terras, somados às inconvenientes interferências da Funai, desorganizaram seu modo de viver e produzir, assim como as mortes provocadas por sucessivas epidemias.

M. GOELDI e CIMI-NORTE II

Além da Funai, apenas a equipe do Conselho Indigenista - Missionário CIMI - NORTE II, com sede em Belém, vem visitando esporadicamente os Parakanã. Esta entidade, através da imprensa e de folhetos próprios foi importante na defesa dos interesses dos Parakanã. O pesquisador do Museu Goeldi, antropólogo Antonio Carlos Magalhães, é hoje fonte decisiva sobre este povo indígena.

FUNAI E CORRUPÇÃO

O "caso Capemi", como ficou conhecido, constitui um dos grandes escândalos administrativo-financeiros do anterior regime. O envolvimento da Funai é hoje um fato parcialmente esclarecido. A Capemi era uma entidade destinada a gerir fundos de pensão e aposentadoria de militares. Ultrapassando seus objetivos, obteve a concessão de exploração de madeira na parcela das terras Parakanã a ser inundada.

"A Comissão Parlamentar do Inquérito sobre a Capemi, se a bancada do governo não torpedear as investigações, terá também de apurar as razões que levaram o IBDF a acrescentar à área original do Projeto Tucuruí, que era de 65,011 ha., cerca de 93 mil hectares que pertenciam às reservas indígenas de Tucuruí e Parakanã, que não seriam alagadas", afirma a Tribuna da Imprensa de 05.08.1983.

O mesmo jornal, em 31.01.1983, divulga o relatório da Moreira-Audidores Associados, em que se descreve as ligações da Funai com o Grupo Capemi, inclusive o uso do "Armazém Funai, sem qualquer contrato mais rígido, o que possibilita grandes probabilidades de danos ao patrimônio da empresa".

A Capemi ganhou a concorrência para o desmatamento do lago de forma ilegal, uma vez que não estava equipada para fazê-lo. Assumiu vultoso empréstimo com o Banco Nacional Paris

e com o BNCC, Banco Nacional de Crédito ao Cooperativismo, também ilegalmente, uma vez que a Capemi não era uma cooperativa. A falência da CAPEMI terminou por revelar comprometimentos de órgãos de informações do anterior regime com a operação. Ainda hoje investiga-se o assassinato de um jornalista, Alexandre Von Baumgarten, envolvido nos acontecimentos.

A Maison Lazard Frères, que intermediou o empréstimo para a Capemi na França, interessava-se por mogno. Como a área concedida à Capemi não continha grande quantidade desta espécie, "o IBDF concordou em contornar esta primeira dificuldade sem demora (e sem maiores escrúpulos): "acrescentou à área original uma parte do território dos índios..." (CEDI-1985). "Em 1981 - relata Magalhães-mais ou menos na altura do KM 135 da Transamazônica, a reserva Parakanã apresentava um corredor de 15 metros de largura por seis quilômetros de comprimento, totalmente desmatados próximo à Aldeia do Lontra. Os índios foram forçados a abandonar o local".

Apesar das recomendações, o desmatamento prosseguiu, antes mesmo da transferência dos índios ao local de reassentamento, e sabe-se o quanto dependem os índios de fauna e flora, assim como todos os seres vivos.

Com a falência da Capemi, soube-se que a empresa usava desfolhantes químicos o "agente laranja", e ali os abandonou, inclusive na área a ser inundada. No acampamento da Funai encontram-se 50 sacos de 20 kg de "pó da china", e 20 tambores de pentaclorofenol, condicionados em embalagens de óleo lubrificante. No acampamento-sede da Capemi em Tucuruí havia 51 tambores de 200 litros do mesmo pentaclorofenol, assim por diante. Estas informações foram prestadas pelo síndico da massa falida da Capemi, deputado Carlos Alberto de Carli, ao Juiz Luiz de Souza Gouvêa, e divulgadas pelo Diário Popular (22.05.1984).

IMPACTO

Os fatos aqui relatados são fartamente conhecidos pela Eletronorte, pelo governo brasileiro, pelo Banco Mundial e pela sociedade nacional. É indispensável que voltem à baila, porque o PRS inclui também financiamentos para a complementação de Tucuruí. Ou apenas porque representam uma profunda lição, que não parece ter sido totalmente digerida pelo setor elétrico. E, finalmente, porque as medidas de proteção aos Parakanã, exigi -

das pela relocação e alagamento de suas terras, estão longe de completarem-se.

Embora a Eletronorte tivesse recorrido a especialistas , internacionalmente reconhecidos, como é o caso do diagnóstico elaborado por Robert Goodland (1978), e, posteriormente, contratado o antropólogo Antonio Carlos Magalhães para a elaboração e execução do Projeto Parakanã, as coisas não são, mais uma vez, o que parecem ser. Estas colaborações não chegam a integrar-se aos mecanismos decisórios dos grandes projetos.

A Eletronorte irá descarregar as suas responsabilidades na execução das medidas a órgãos públicos incompetentes diante da importância do impacto da obra a ser realizada. Neste caso existem, pelo menos, a Funai, o IBDF e o GETAT-INCRA. O IBDF demonstrou, mais uma vez, em Tucuruí, a inviabilidade de reunir -se em um mesmo órgão o desenvolvimento florestal, ou seja, a autorização de desmatamento para reflorestamento, e a proteção das florestas virgens existentes. Há que se pensar na unificação da preservação e proteção ambiental, por exemplo em torno da SEMA, desde que reestruturada e fortalecida, em meios e capacitação técnica.

É flagrante também, e mais uma vez, a falta de integração entre as diferentes instituições federais, como ocorreu em Tucuruí, entre colonos e índios, Capemi e índios, em consequência da ação isolada do Getat, Eletronorte, Funai e IBDF.

Quanto à Funai, comporta-se, como se disse antes, em mera agência de colonialismo interno, para "limpar terreno" a obras do setor público e privado. Os diagnósticos prévios permitiram o perfeito equacionamento do impacto de Tucuruí sobre os Parakanã. No entanto, a Funai, não apenas retardou a aplicação das medidas corretivas, como atuou todo o tempo contra o interesse indígena, rechaçando inclusive a colaboração externa, via o "Projeto Parakanã".

Lembre-se que, no caso da UHE Tucuruí, em nenhum momento houve a comprovação da ausência de alternativas, prevista no artigo 20 da lei 6001/73, ela mesma admitida "por absurdo", uma vez que contradiz a prescrição do artigo 198 da Constituição Federal, que exclui a violação das terras indígenas. O Decreto Presidencial que autoriza a entrega da área à Eletronorte, foi assinado sem maiores considerações, ou estudos de opções, e a Funai se fez de mouca.

As barragens, em face dos índios, não podem ser conside-

radas apenas em termos de seu impacto unilateral.

Os Parakanã já vinham sendo vítimas da expansão da frente colonizatória, de estradas e extração mineral.

É indispensável e Tucuruí o comprova, que as medidas preventivas de proteção ao índio sejam tomadas a anteriori, e adiante da construção da obra. A usina inaugurou-se, e funcionou, antes que os direitos indígenas fossem assegurados. É curioso que a Funai tenha obstaculizado a demarcação, entregue a parte das terras indígenas coincidentes com o lago, e protelado as garantias jurídicas, aparentemente contra o parecer da própria Eletronorte.

Está claro que os índios Parakanã saíram perdendo em Tucuruí. Aumentaram as doenças, e tardaram as medidas preventivas e curativas. Foram transferidos, com tudo o que representa a perda de um espaço físico em termos de qualidade de vida. Receberam uma área maior que as duas iniciais, mas como parte de seu território imemorial. Perderam o acesso ao Tocantins, por grave irresponsabilidade da Funai, suas terras não foram demarcadas nem homologadas, e os invasores ainda não foram reassentados. A Eletronorte admite o alagamento de 10.500 ha da área indígena, e calcula em 5.54% da área.

RECOMENDAÇÕES

- 1º) Imediata demarcação da área
- 2º) Estudo da forma e/ou cálculo da quantia devida pela Eletronorte aos índios, devidamente assistidos por advogados e antropólogos.
- 3º) Reassentamento dos invasores.
- 4º) Reavaliação da situação atual dos Parakanã, em termos de qualidade de vida, com medidas de apoio, em particular no que se refere à saúde.
- 5º) Equipe de vigilância para impedir novas invasões na área.

Ressalte-se que a UHE-Tucuruí absolutamente não traz nenhum benefício aos índios, e muito pouco às populações locais. Trata-se da quarta obra deste tipo em importância no mundo, com um custo de cerca de US 8 milhões de dólares. Alagou 2.430 m², e interrompeu a navegabilidade do Tocantins. Oferece uma potência nominal de 3.960 MW e prevê-se, ao final, 7.960 MW com Tucuruí-II.

Deverá atender a projetos de extração mineral e industrialização, como Alunorte (bauxita) e Albrás (alumínio), ao Distrito Industrial de Barcarena, ao Projeto Grande Carajás e a Estrada de Ferro Carajás-Itaqui. Seu excedente será destinado à cidade de Belém, e ao sistema Interligado Norte/Nordeste.

O exemplo de Tucuruí deve ser estudado sob o ponto de vista da possibilidade de outras soluções para cada uma das necessidades que o determinam, tanto através de aproveitamentos menores para atendimentos parciais, quanto outras alternativas.

O lago de Tucuruí representa 13 vezes a Baía da Guanabara, com 45,8 bilhões de m³, e uma cota de alagamento de 66 ms. na 1ª fase, e 72 ms, na 2ª.

PARAKATÉJE (Gavião) - A.I. MÃE MARIA

Município de Marabá

População de - 176 (Iara Ferraz-Cedi - 1985)

Língua Jê do Norte dialeto Timbira Oriental

CONTATOS

Eventuais, desde o início do século, com confrontos com seringueiros e castanheiros.

1937 - O SPI instalou um posto de atração no Rio Ipixina, houve contatos, mas os índios terminaram por interrompê-lo, matando um funcionário.

Na década de 50, veio o contato definitivo, em 1956, através do SPI e de um frei dominicano (Ferraz-Cedi-1985).

SITUAÇÃO DE TERRAS (Iara FERRAZ-CEDI-1985)

Relata que os Gavião dividem-se em três grupos. O sistema de autodenominação desses grupos locais, diz respeito à posição territorial que respectivamente ocupavam no Rio Tocantins, explica Ferraz. Assim, os Gavião de Mãe Maria, são os Parakatêjê, o povo da jusante e os KYIKATÉJE, "o povo dono do Rio Acimã". Um terceiro grupo, "turma da montanha", AKrätikatêjê, ocupavam as cabeceiras do Rio Capim.

As terras do A.I. Mãe Maria, com 62.488 ha., foram legalizadas pelo governo do Estado do Pará, pelo Decreto Estadual nº 4.503, publicado no Diário Oficial nº 14.549, de 30.12.1943. Foi

demarcado com recursos próprios dos índios, em 1968, e corrigida pela Funai e a CVRD em 1982.

Quanto à área da Montanha, dispunha do Decreto Estadual nº 252 de 09.03.1945, destinando uma gleba aos índios da margem direita do Tocantins. A área não foi demarcada e, em 1977, coincidindo com a construção da UHE-Tucuruí, os índios foram transferidos para Mãe Maria. Esta área foi ocupada pela barra-gem de Tucuruí. Ali vivia a família de Pajaré, que se negou a transferir-se a Mãe Maria. As negociações dos Gavião com a Eletronorte, em torno da área de Pajaré, duraram sete anos, sendo que foi negada a indenização em terra equivalente. Em janeiro de 1984 os índios aceitaram 50 milhões de cruzeiros, embora o advogado dos índios calculasse em 70 milhões.

INVASÕES

Pelo Leste houve uma invasão de cerca de 30 alqueires, em 1977, hoje controlada.

Pelo Sudeste várias invasões de posseiros. Ao demarcar, os índios descobriram que cerca de 3 mil hectares, ao norte, estavam ocupados por posseiros.

O Getat, entre 1978 e 1980, assentou 46 famílias no sudeste da área, exatamente na região onde os índios tinham um litígio com a família Queiroz Filho, que ali se julga dono de um castanhal.

Queiroz Filho, em 1981 fizera uma medição em suas terras, avançando sobre a Área Indígena.

Os colonos, em 1985 feriram quatro e mataram um dos dez trabalhadores regionais, contratados pelos Gavião para reavivar e concluir o limite Sul da área. A CVRD aceitou colocar duas guaritas com guardas, mas estes foram desarmados e espancados pelos invasores.

Tanto a Estrada de Ferro Carajás, quanto as linhas de transmissão da Eletronorte, constituem corredores de invasões. Há outras fazendas parcialmente incidentes na área indígena, a leste e a oeste, sendo que ao sul há roçados feitos por posseiros que tentam invadir. Há ainda títulos emitidos pelo INCRA, que aparentemente incidem na área indígena. (Ferraz - Cedi - 1985).

Uma empresa de mineração conseguiu dois alvarás de pesquisas na área, em 1983, mas estes foram revogados em 1984 (Ferraz, Iara - Cedi - nº 8-1985).

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Tradicionalmente os Gaviões são agricultores, caçam e coletam e pescam. Com o contato, as privações e invasões, a caça diminuiu. Até os anos 80, sua principal atividade econômica foi a castanha, chegando a contratar trabalhadores regionais para a coleta. Com os desmatamentos predatórios na região, e as invasões, a castanha diminuiu. Durante algum tempo utilizaram o dinheiro das indenizações da Eletronorte, pela passagem das linhas e pelas terras da área da Montanha, e da CVRD, pela passagem da Estrada de Ferro-Carajás.

Hoje pretendem compensar a perda de rendimentos com a extração de madeira, e instalação de uma serraria.

Tal atividade significa graves riscos a seus recursos naturais. Empreendem grandes roçados de arroz, milho e bananas. Mantêm 200 cabeças de animais em pastagens alugadas nas vizinhanças, uma vez que as abertas pelos Gavião esgotaram-se.

As indenizações permitiram aos Gavião construir uma moderna aldeia circular de alvenaria, famosa em todo o País.

FUNAI

A atuação do extinto SPI, e depois da Funai, junto aos Gavião, centralizou-se no apoio à comercialização de sua importante coleta de castanhas do Pará. Litígios com a Funai terminaram por levar os índios a uma total autonomia, após a realização de projetos independentes de desenvolvimento comunitário, com o apoio da antropóloga Iara Ferraz, que faz uma análise crítica da excessiva interferência da Funai entre os índios. Dirigem-se hoje diretamente à sede central da Funai, em Brasília. Sofrem, para o melhor, e às vezes para o pior forte influência dos colonos e fazendeiros vizinhos à área, cujos valores vêm incorporando parcialmente (Ferraz-Cedi-1985).

MISSIONÁRIOS E NOVAS TRIBOS

Com o tempo, as relações dos Gavião de Mãe Maria com os missionários dominicanos, que os contataram, conjuntamente com o SPI, foram debilitando-se. Os padres foram decisivos para o atendimento médico no início do contato.

Quanto às Novas Tribos (New Tribes), mantinham junto aos grupos do Maranhão, e ao da Montanha, cerca de dez missionários,

em particular dois casais de norte-americanos. Com a unificação dos Gavião em Mãe Maria, os conflitos com os missionários agravaram-se, terminando com sua retirada em 1976. Os índios reclamavam da excessiva interferência dos missionários em seu modo de vida, críticas as chefias, alto falantes barulhentos com cânticos religiosos, e outras práticas que terminaram por irritar os índios. (Ferraz Cedi-1985).

AS INDENIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Desde 1976 os Gavião inteiraram-se dos objetivos da Eletronorte ao surpreenderem uma equipe de topografia fazendo medições para a passagem de linhas de transmissão.

A linha, de 150 m de largura e 19 km de extensão, trouxe enormes prejuízos aos Gavião. Além da perda de castanhais, e madeira de lei, o desmatamento espantou a caça e abriu caminho a invasores e passou sobre uma aldeia e roças dos índios.

Os cálculos para indenização foram feitos sobre a produção de castanha, e não sobre o conjunto dos transtornos à qualidade de vida dos Gavião. Ficaram também os índios com o resultado da venda da madeira derrubada. A Funai pressionava os índios e aceitaram qualquer acordo. A indenização fora calculada em 87 milhões de cruzeiros, dos quais os Gavião receberam apenas 10.

Quanto a área da montanha, o jurista Dalmo Dallari e vários antropólogos, recomendaram que fossem indenizados em terra. A mesma recomendação havia sido feita para a linha de transmissão, e a Estrada de Ferro. Os índios resistiram à medida, argumentando com a dificuldade em proteger a área - uma obrigação da Funai - e de encontrar espaços disponíveis sem ocupantes nas imediações.

A família que se encontrava na montanha foi transferida sob pressão, conforme afirmou o líder Parajé, no Cartório de Marabá. A forte mobilização dos Gavião obrigou a Eletronorte a uma indenização de 50 milhões de cruzeiros em 1984, embora o advogado a houvesse calculado em um mínimo de 72 milhões.

Sem prejuízo de indenizações financeiras pelos distúrbios, é indispensável que o setor elétrico volte ao princípio da indenização terra por terra. Os Gavião com fama de ricos entre os regionais e na grande imprensa, mal conseguiram terminar a aldeia com o conjunto das indenizações da Eletronorte e da Estrada de Ferro Carajás.

Terão que suportar permanentemente os linhões e os trens circulando em suas terras.

Com a inflação, as somas corroeram-se em cadernetas de poupança, e aquisições estimuladas pelos regionais. Realmente, não é a forma de resolver-se a questão.

Também no caso dos Gavião, a Eletronorte não fez o estudo de alternativas a que obriga o artigo 20 do Estatuto do Índio. O Decreto Presidencial, autorizando a Eletronorte a violar o usufruto indígena, foi assinado sem maiores considerações.

RECOMENDAÇÕES

- 1º) Revisão das indenizações, por juristas e antropólogos.
- 2º) Ação contra os invasores.
- 3º) Reavaliação da situação atual dos Gavião.

UHE - TUCURUI - SISTEMA INTERLIGADO NORTE NORDESTE
E OS GUAJAJARA/TENETEHARA DO MARANHÃO (CHESF)

Sobre os Guajajara/Tenetehara do Maranhão, não foram ainda recolhidos mais dados do que os relatados por Aspelin e Santos - 1981 (p. 83 a p. 85):

"5.4. The Guajajara/Tenetehara Indians of the State of Maranhão.

This project has also begun to affect other Indian groups besides the Parakanan and Gavioes. Further down the (transmission) line, the Guajajara Indians of the State of Maranhão have proposed different terms for allowing the CHESF to build its section of this same line from Imperatriz, Maranhão, on to the Northeast. The Guajajara, as opposed to the Gavioes, have requested, for the loss of their forest in a 100-meter-wide corridor 22 kilometers long, not money, but the expulsion of 5,000 illegal squatters from one of their reservations and the construction by CHESF of a series of wells and reservoirs to help them through the dry season (which is severe in this area) as well as the construction of schools, clinics, and other infrastructural developments on their various reservation sites. Should these demands not be met, they, like the Gavioes, have threatened to physically block the contractors' access to their respective transmission line sites (Jornal de Santa Catarina, August 24, 1979, p.6).

The Guajajara are the larger of the two sub-groups which together compose the Tupian-speaking Tenetehara, studied in the 1940's by Charles Wagley and Eduardo Galvao (e.g. Wagley and Galvao 1949). According to Kietzman (1967: 37), there were approximately 2,600 Guajajara in 1965. They were scattered in some 35 villages, served by three FUNAI posts, along the middle Pindare, Grajau, and upper Mearim Rivers, in the State of Maranhão. Ribeiro (1957) and Marcher (1964: 213) consider them integrated into the local economy, though

culturally differentiated from the national society. The other Tenetehara sub-group, the Tembe, in 1967 numbered no more than about 200 persons, living between the Gurupi and Acara Rivers in north-eastern Para. They were themselves fully integrated into the regional Brazilian economy and may have contained among them a few of the "lost" Turiwara, discussed below (e.g. Kietzman 1967: 37)

One of the very valuable points which Goodland (1978) made regarding the Gavioes is also applicable to the Guajajara. In contrast to the Parakanan, both the Gavioes and the Guajajara are sufficiently well organized as well-enough informed to press effectively for continued negotiations regarding their own indemnification. The Gavioes and Guajajara have been or have tried to be an integral part of the negotiation process themselves. In the case of the Parakanan, on the other hand, Indian rights have not been represented by the Indians themselves, but by the FUNAI; Indian people have not directly participated, but have merely been "represented" by the FUNAI. The results in each case attest fully to the dangers of leaving such things up to the FUNAI alone and to the necessity for such groups as the Parakanan to be allowed to reconstitute their social and political organization so as to be able to deal effectively with the outside world, once again."

UHE - ITAPARICA - TUXÁ - PANKARARÉ - PANKARARU,
TRUKÁ - ATIKUM

(SHELTON DAVIS fez uma visita à área)

TUXÁ

População

1350 (O Estado de Minas 23/11/84)

800 (Jornal da Bahia 27/2/85)

500 (Carvalho, Maria do R. 1982)

668 (Funai 1984)

Município: Rodelas

- Parte da população encontra-se dispersa em Itacuruba (PE).

Funai - 17ª DR, há um posto na área.

A área não foi identificada pela Funai, não consta a data prevista (Funai 1985). Parte da população mora na cidade, na Rua dos Tuxá. Parte encontra-se dispersa, ou cultiva as margens do Rio São Francisco.

Situação das Terras

A Aldeia Tuxá constitui uma extensão da rua principal da cidade de Rodelas, ocupando o seu extremo noroeste, paralelamente à margem do rio (Carvalho, Maria do Rosário - 1982).

Das trinta ilhas originalmente ocupadas pelos Tuxá conservam apenas a Ilha da Viúva, as demais foram usurpadas pelo colonizador. Ocupam também as margens do rio, para agricultura.

Contato

Os Tuxá mantiveram contatos com as missões católicas desde o século XVII. Em 23 de novembro de 1700, concedeu EL-Rei, em Alvará, uma lêgua de terra em quadra para cada aldeia indígena, pretendendo libertá-los dos colonos e padres (Carvalho, M.R.-1982). A mesma antropóloga, da Universidade Federal da Bahia cita correspondência da Diretoria Geral dos Índios (1858), confirmando pertencerem a estes índios "as ilhas fronteiras à aldeia de Rodelas". Foram progressivamente perdendo suas terras.

FUNAI

Existe em Rodelas um Posto Indígena "desde 1945, presta assistência administrativa e médico-dentária à população" (Carvalho, M.R. 1982). A Funai não alterou a situação. Parece nunca ter-se ocupado de resolver a questão das terras, até surgir negociando arbitrariamente com a CHESF nos últimos anos.

Atividades Econômicas:

Aspelin e Santos (1981) relatam que os Tuxá são exímios pescadores. A "exigüidade (de espaço na Ilha da Viúva) tem provocado, crescentemente, a imposição, como mecanismos alternativos, dos sistemas de arrendamento e "meia", que marcam a dependência do índio frente ao branco, e funcionam como debilitadores da ordem social, na medida em que os mais jovens muito cedo começam a buscar formas de subsistência além dos limites da Aldeia. A agricultura praticada apóia-se, fundamentalmente, no cultivo da cebola e do arroz, produtos orientados para o mercado regional, complementada com itens para sobrevivência. Trata-se de uma agricultura por irrigação, à base de eletro-bombas, e com utilização de fertilizantes - adubos químicos - caracterizando um tipo de economia essencialmente comercial. A pequena criação, principalmente de animais domésticos, e a pesca, complementam as atividades econômicas", são informações de Maria do Rosário Carvalho, da UFBA 1982.

CIMI E ANTROPÓLOGOS:

Os Tuxá vêm contando também com o apoio do CIMI e de Antropólogos independentes da Universidade Federal da Bahia. Orlando Sampaio Silva e Elizabeth e Nascaro Nasser trabalharam como consultores da CHESF para os Tuxá e consideram a situação de difícil solução (Aspelin e Santos 1981).

Quanto ao CIMI, um de seus ativistas no nordeste, José Karajá, afirmou ao Jornal da Bahia (21/08/84) que os Tuxá serão transferidos para uma região de clima oposto e que as terras necessitarão de irrigação.

MEDIDAS EM ESTUDO

A CHESF reconhece (telex 1985), que a Ilha da Viúva, a ser

totalmente inundada, pertence aos Tuxá. Parte dos índios seria reassentada no Município de Ibotitama (BA) onde a CHESF adquiriu 2 mil ha para o efeito. Outros seriam assentados em terras à borda do reservatório.

A Funai tentou resolver a relocação dos índios em contato com a CHESF, sem a participação dos índios, estudando duas alternativas: Riacho do Bento (BA) e Massangana (PE). Nenhuma das soluções parece ter agradado totalmente aos índios (Estado de Minas 23/11/84 e CEDI 1985).

Aspelin e Santos (1981) relatam que entre as soluções "luminosas" aventadas pela Funai esteve a de transferir os índios para a Ilha do Bananal, onde há mais de seis mil posseiros e importantes conflitos.

Nunca houve um estudo global do impacto dos diferentes aproveitamentos do Complexo Paulo Afonso sobre as populações indígenas. A omissão da Funai em definir as terras indígenas é patente ao nível nacional e mais ainda no leste do País onde os conflitos são maiores. A Bahia vem sendo palco de numerosos conflitos violentos por questões fundiárias, frequentemente envolvendo os índios.

A CHESF e a FUNAI vêm deliberadamente adiando a solução aos Tuxá, objetivando esmorecê-los, de tal forma que aceitem qualquer solução quando chegar a altura do alagamento, previsto para 1987. Os líderes Tuxá (O Estado S.C. 23/08/84), há varios anos exigem que a área que lhes foi proposta seja preparada antes da transferência, com infra-estrutura adequada. O líder Manuel Tuxá Afé declarou ao Jornal da Bahia (27/02/85) que a própria reserva prometida pela CHESF, chamada Riacho do Bento, vem sendo invadida por posseiros, embora já adquirida pela CHESF. Afé acusou a CHESF, e os posseiros invasores, de pretenderem dividir a área, de 5 mil ha, embora ela já seja pequena para mais de 100 famílias Tuxá.

As negociações prosseguem, mais como manobra protelatória, do que como mecanismo corretivo. Há acordo de princípio para que uma parte dos Tuxá seja transferida para o Projeto Massangana, às margens do futuro lago, cerca de 90 famílias, indo as demais para o Riacho do Bento (Jornal da Bahia 03/03/85). Afinal os Tuxá, junto com vários outros grupos indígenas da Bahia, invadiram a sede da 17ª DR em Salvador (Jornal do Brasil (20/07/85) exigindo o aceleramento das medidas prévias ao reassentamento, e

protestando, porque há mais de dois anos tentavam obter respostas e garantias da CHESF (Correio Brasiliense 01/05/85), sem qualquer resultado.

A verdade é que a diminuição dos espaços numa região de ocupação antiga, como a Bahia, tende a empurrar índios contra colonos da região. Os índios, há décadas convivendo com os não-índios de Rodelas, ambicionam conservar terras às margens do lago próximo ao local onde será construída a nova Rodelas. Ao mesmo tempo pretendem uma área para agricultura (Riacho do Bento) a ser utilizada à semelhança da Ilha da Viúva. De fato, a perda das margens do lago os privaria de plantações e peixes, indispensáveis à sua alimentação e trocas, assim como a perda da Ilha da Viúva representa grave prejuízo à sua subsistência, única das trinta ilhas que lhes restou.

RECOMENDAÇÕES:

1. Contratação imediata de antropólogos e juristas independentes para estudo da situação e do andamento das negociações.
2. Em nenhum caso, poderão os índios perder as condições de qualidade de vida que ainda mantinham, ao contrário, deveriam melhorá-las. Isso vale para a qualidade do solo, o acesso à água, terras disponíveis, bens, residências e etc., sem prejuízo de indenizações financeiras complementares.
3. As medidas de prevenção devem ser tomadas antes do término das obras, mesmo que isto implique em seu retardamento.
4. Os índios, e os consultores a serem contratados como seus assessores, e com seu acordo, devem participar de todas as negociações e gozar de pleno acesso às informações.
5. Os índios deverão ter prioridade no acesso ao lago, por serem os mais antigos povoadores do São Francisco, incomparavelmente.
6. Impedir conflitos entre posseiros e índios, oferecendo-lhes áreas sem invasões, ou reinstalando os posseiros através da Reforma Agrária.

UHE - ITAPARICA

PANKARARE

População:

1800 (Anaí-BA-Cedi 1985)

982 (Funai 1984)

Município: Nova Glória, próximo a Paulo Afonso
Funai - 17ª DR.

Área Demarcada: 1985, 44.499 ha

Há Invasores (a estudar)

-- Cansados de esperar pela Funai, os próprios índios fizeram a autodemarcação da área, com cinco turmas (uma de mulheres) que voltaram de frentes de trabalho da seca no Sertão da Bahia (Folha da Tarde 19/1/1984). As terras situam-se entre o Povoado de Brejo da Glória e a Estação Ecológica da Sema, no Raso da Catarina. Houve reuniões entre a Funai e o Iterba, para resolver a questão, mas não progrediram (Cedi, 1985).

-- Segundo informações de Shelton Davis, após sua visita à área, os Pankararé, assim como os Tuxá e Pankararu, ressentem-se do avanço dos colonos sobre suas terras, empurrados pela ameaça de perda de espaço com o lago da UHE-Itaparica.

UIII - ITAPARICA

PANKARARU

População:

3.523 (Funai 1984)

4.500 (Folha da Tarde 21/8/84)

A.I. Pankararu - Vargem Alegre = 1000 ha

Municípios: Tacaratú (PE)

Petrolândia (PE)

Água Branca (AL)

Parte da população encontra-se dispersa.

A líder Pankararu Quitéria (Folha da Tarde 21/08/84 Cedi 1985), foi a Brasília pedir a Funai a integração de 400 índios no trabalho das frentes de emergência da seca do Nordeste, argumentando com a miséria em que se encontravam os Pankararu.

Não foram recolhidos, sobre os Pankararu, mais dados que os encontrados no trabalho de Aspelin e Santos (1981: 45 a 48):

"4.3. The Pankararu Indians, Pankararu Post.

The Pankararu have recently been studied by Orlando Sampaio Silva (1978) and Paulo Amorim (1975: 7). They, as with the other Northeastern Brazilian cases mentioned here (the Tuxa, Truka, Atikum, and Pankarare), have adopted a great part of their present culture from the national society, losing in consequence a great part of their own, including their original languages. However, the Pankararu still retain a sufficient amount, especially of ceremonial lore (some of which, actually, may have been only recently invented), to be considered as the masters of "tradition" by still other Northeastern Indian groups, especially the Pankarare, who live (without FUNAI assistance) some fifty kilometers to the southwest and with whom they probably at one time constituted a single mission group (see Soares 1977; Hohenthal 1960a: 47; and Ribeiro 1957: 88). The Pankararu were reported (together with the Pankarare) in this area as early as 1696, when they (like the Tuxa) inhabited several islands

in the Sao Francisco River. The Pankararu probably moved to their present location, still within eyesight of the river, about 1802 (Hohenthal 1960a: 54f.). The present Pankararu, like most of the groups named in this area, probably represent the homogenized remains of several originally diverse groups formed around a mission nucleus three to four hundred years ago (see Lowie, 1946, for further references).

At present, about 2,565 Pankararu, comprising 832 families, live in thirteen separate villages on the Pankararu Indian Post, near the town of Brejo dos Padres, in the municipalities of Tacaratu and Petrolandia, Pernambuco. This post was officially demarcated for the Pankararu by the Brazilian Ministry of Agriculture in 1940. It contains 8,100 hectares, of which approximately one-third are occupied by non-Indians who entered presumably either as renters (from the SPI or the FUNAI) or squatters due to the relatively favorable agricultural characteristics of the post in an otherwise barren area. These non-Indian residents have recently initiated a court action to try to obtain full and permanent title to those Indian lands which they have been occupying for a certain amount of time (Sampaio Silva 1980: 7).

The Pankararu, as with the other Northeastern groups discussed here, live primarily from their own subsistence agriculture. They are apparently more prosperous at this than many of the others. In 1952, Hohenthal (1960b: 78) found them to be one of the few Northeastern Indian groups whose land was sufficiently large and well-watered to allow them to produce enough food for their own needs and still have a sizeable amount left over for sale. The Pankararu also sell handicrafts of straw and ceramics regionally, which the others do only on a much lesser scale. Many of the Pankararu had already worked for the Sao Francisco Hydroelectric Company (CHESF) when Soares (1977: 4) studied them in the mid-1970's and it was generally expected that this source of employment would expand with the construction of Itaparica. Many Pankararu were also looking forward to that possibility.

The Pankararu Post is directly adjacent to the camp of the workers involved in the construction of the Itaparica Dam, although the Pankararu themselves will not be flooded-out by it. The effects on the Pankararu of the concentration of such a large number of people (essentially involving the building of a complete new urban center) within one or two kilometers of their post will be very severe (especially since it now appears very likely that this "workers' camp" is destined to become the new and permanent site of Petrolandia, now located some 15 kilometers away, the largest of the cities in the area to be flooded by the Itaparica Dam). It is also possible that the new route for the major highway linking Petrolandia to Paulo Afonso may pass right through the lands of the Pankararu Post, thus dividing the reservation in two and bringing the effects of their new, direct contact with the national society right into the heart of it. The problem of illegal "squatters" within their reservation would become even more serious, were this to happen. The long-term changes which this project also implies, in terms of increased water and power supplies for increased industrial development, urbanization, and irrigation, all of which will new form of regional society emerges as a result, are also worthy of continued careful study."

UIHE - ITAPARICA

TRUKÁ

População:

375 (CIMI 1983)

? (dispersos, não se sabe quantos)

Área: Ilha da Assunção

Municípios: Cabrobá (PE)

Curuçá (BA)

Recorremos novamente a Aspelin e Santos (1981: 44 e 45).

"4.2. The Truka Indians, Assunção Island.

According to a recent notice in the FUNAI magazine Revista de Atualidade Indígena (no. 2, January/February 1977, p. 55), the Truka number about 418 people. The FUNAI was supposedly trying, at that time, to obtain title from the government of Pernambuco to the 500 hectares on which the Truka lived. (They had previously been without any FUNAI assistance, whatsoever.) Assunção Island is quite large, measuring some seventeen kilometers long by between two and three kilometers wide, for a total of about 5,000 hectares. (Its location is described in the section on the Tuxa, above.) A large part of it, if not all, will certainly be flooded, however. Whether the Truka area would be large enough to accommodate the Tuxa as well, and how much of Assunção Island will actually be flooded, we have not been able to determine at present.

There may be no Truka left there by the time the FUNAI and CHESF get around to resolve those issues, however, since recent information indicates that Assunção Island has been invaded by powerful agribusiness corporations, which are now forcing the Truka out of what little remained of their traditional lands (Sampaio Silva 1980: 6). Once again, FUNAI's efforts on behalf of the Indians are concerned."

UHE - ITAPARICA

ATIKUM

(48-49-50)

"4.4. The Atikum Indians, Atikum Post.

The Atikum or Uamue (also known by several other names; see Malcher 1964: 261 and Ribeiro 1957: 95), who live in and at the foot of the so-called Serra de Uma or Serra do Uruba, slightly to the north of the city of Floresta, in the municipality of Floresta in Pernambuco (just across the river from Rodelas), will also be at least indirectly affected by these projects. In other words, although they will probably not be flooded nor directly encroached upon by the dam's construction, their lives certainly will be affected by the massive social movements which the dams will cause in this area. Furthermore, it is not entirely certain that their official FUNAI post, now known as the Atikum Post and previously known as the Padre Nelson Post, is totally beyond the water's reach, for a large part of the municipality of Floresta will be flooded by the Itaparica Dam (compare HIDROSERVICE/ELETROBRAS 1971: map, "Estudo dos Reservatorios"; and Ribeiro 1977: 461). In 1957, there were reported to be about 1,250 Atikum; their original language had been lost (Ribeiro 1957: 95; see also Amorim 1975: 2). They are known to have inhabited this area since at least 1759 (Hohenthal 1960a:54).

Due to changes in the construction timetable, the Itaparica Dam is now scheduled to begin producing power no sooner than 1984. Construction of the workers' camp and preparation of the site began in 1979. However, although it was given high priority by CHESF, construction was then (again) postponed due to Federal budget cuts designed to control inflation (O Globo, January 30, 1979, p. 35; Jornal do Brasil, August 4, 1979, p. 9).

In the Itaparica Dam area, rising social tensions among and between Indians and non-Indians have already led to bloodshed. The Indian peoples of the São Francisco

area seem to have to fight even to be recognized as Indians by the FUNAI. Their ability to continue to hold on to what is left of their shrinking lands seems increasingly in doubt due to a lack of practical and legal support from the FUNAI. To date, FUNAI hasn't even bothered to undertake an official investigation of the San Francisco/Itaparica Dam - Indian problem. Yet, the timetable for the dam's construction moves slowly ahead, tensions in the area grow increasingly larger, and time to resolve the situation grows ever shorter."

UHE-Balbina - Waimiri-Atroari e arredios

Língua: Carib

Relações antigas com Wai-Wai e Macuxi

Arredios: Entre os Waimiri-Atroari, e o P.I. Nhamundã-Mapuera há os seguintes grupos: Karafawyana, Kowiana, Turuwiana, Xereu, Moayana, Akiriana. Wai-Wai, Kaxuyana, Katucna, Tykana, Mayfurixana, Txacuntã, Tucaiana, Faskyana e Koroyana etc..., segundo informações dos Waimiri-Atroari, e, principalmente, dos índios do P.I. Nhamundã-Mapuera. Não se conhece o seu número nem sua localização exata. Recentemente, ainda surgiram na Mineração Taboca, a leste e ao norte dos Waimiri-Atroari. Estes referem-se aos Pirititi ou Piruititi, (rios Alalao e Pitinga), Tkina (BR-174, -rios Jatapu, Onça, Catuena) e Karakyana (rios Jatapu, Bacaxi, Alalao, Cidade Velha e Branquinho).

População Waimiri-Atroari

Segundo a Prelazia do Itacoatiara, (Marcwa-1983) a estimativa, da população Waimiri-Atroari é a seguinte:

1905	6000	(Hubner, G. e Gruenberg, Theodor Koch)
1968	3000	(Calleri, Pe João- Funai)
1972	3000	(Funai)
1975	600/1000	(Pinto, Gilberto-Funai)
1982	571	(Cavero, Giuseppe-Funai)

A população atual seria:

1984	400	(Codi-Funai-1984)
1985	350	(Ptephen Baines)

Principios: Novo Airão, Itapiranga, Pres. Figueiredo e Caraca -
rai.

Contexto-Histórico:

O folheto da Prelazia de Itacoatiara (1983) "Resistência Waimiri-Atroari", faz uma cronologia de massacres a estes índios em 1873, 1874, 1975, 1976, 1905, 1928 e 1949. Há notícias de massacres desde 1865, através da Diretoria de Índios, e das obras de

João Barbosa Rodrigues, "A pacificação dos KRICHANÁS" (1885), e, mais tarde de Georg Hübner, "Die Jauapery", Berlin, 1907 e Koch-Gruenberg, Theodor, "Vom Roraima Zum Orinoco". Berlin - 1917.

Em 1912, o SPI tenta contatar os Waimiri-Atroari no Rio Jauaperi, e em 1941 instala o P.I.; Camanau Mas o contato apenas seria feito, esporadicamente, em 1972/73. Foram finalmente, contatados pelo sertanista José Apoena Meirelles, em 1975. Em 1968, estes índios matam o Padre João Calleri, da Missão Consolata, vingando-se dos inúmeros massacres que vinham sofrendo. Em 1974, matam o sertanista Gilberto Pinto, que pensara ter feito amizade com eles.

A imprensa da região moveu sempre uma grande campanha contra os Waimiri-Atroari, acusando-os de dificultar a comunicação entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR). Aspelin e Santos (1981) calculam em 62 o número de funcionários do S.P.I. e da Funai mortos a partir de 1946 pelos Waimiri-Atroari.

A atuação da Funai na área Waimiri-Atroari foi descrita com propriedade pelo sertanista José Apoena Soares de Meirelles para o Semanário Opinião (R.J. 17/01/1975): "Os Waimiri-Atroari tombaram no silêncio da mata sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo", ou ainda: "Hoje em dia vamos em missão de paz, de amizade com os índios, mas na verdade estamos trabalhando como pontas de lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão se instalar na área. Para o índio fica difícil acreditar em missão de paz, se atrás de você vem um potencial de destruição ecológica".

Situação de Terras

O território Waimiri-Atroari foi sempre bastante disputado, e muito antes do contato. Em 1945 o S.P.I. pensava contatar os índios e recolocá-los na Ilha do Jacaré, no Rio Negro, inundada a maior parte do ano. O S.P.I. chegou a demarcar 50 km no Jauaperi, nunca respeitados. Os índios parecem ter recusado o contato, e a empreitada.

Em 13.07.1971, o Presidente da República General Emílio Garrastazu Medici, interditava a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, com 1.611.900 ha. A presença dos índios fora da área, conflitos, malocas e roças, obrigou a novas interdições através dos Decretos 74.463/74 e 75.310/75 e da Portaria da Presidência da Funai 511/78, acrescentando 704.900 ha.

Schawden (CIMI-1984) considera que estes primeiros decretos já restringiam o território dos Waimiri-Atroari e dos grupos autônomos nas vizinhanças. Mas em 1981, pressionado pela Eletronorte e a Mineração Paranapanema, o Presidente João Batista Figueiredo liberou 526 mil hectares, a leste e sudeste da área, em proveito da Mineração Paranapanema - Taboca, e da Eletronorte, através do Decreto 86.430/81.

A antropóloga da Funai, Angela Batista, assim como outros técnicos, opuseram-se às soluções dadas aos Waimiri-Atroari. No Processo BSB/46.381/76, afirma a antropóloga que o Decreto de 1971 reduziu a um quinto o território, onde se encontravam 34 malocas, aldeias e roças. Angela Batista protestou contra o desmembramento da área: "Como dar ou tirar terra de um grupo indígena se não temos conhecimento de sua realidade sócio-econômica, política, cultural, cosmológica...? Como justificar uma área se não sabemos que locais os indígenas utilizam para a caça, pesca, agricultura de subsistência"(Funai 30.07.71). O território terminou reduzido em 70%, interditado apenas provisoriamente, e ainda não demarcado.

Invasões

O principal corredor de invasões foi, sem dúvida, a BR-174, que liga Manaus a Caracarai e Boa Vista. A partir de 1968, com o Plano de Integração Nacional (PIN), acelerou-se. O Exército foi convocado a dar apoio à construção da estrada, e instalou-se, através do 6º BEC, na periferia da área.

A "atração" ou "pacificação" dos Waimiri-Atroari foi, assim, uma operação da guerra colonial, sendo a grande ganhadora a Mineração Paranapanema/Taboca. Mas a Secretaria de Produção do Estado do Amazonas loteou 10 glebas da área ao norte, e o Incra concedeu mais dois lotes ao sul, e discriminou outros 32, ocupados por posseiros.

A estrada é, até hoje, um perigoso enclave para os índios. É comum ver-se mulheres pedindo bolachas e cigarros aos caminhoneiros. Dezenas morreram por doenças contraídas neste contato promíscuo.

Mineração

A Paranapanema Taboca acumula milhões nas terras dos Waimiri-Atroari. De 516.907 kg de estanho retirados em 1982.

alcançou 10.141.011 kg em 1984 e 6.417.600 kg nos seis primeiros meses de 1985, apenas no Projeto Pitinga. Retira, em média, 1940 toneladas de minério. O ex-Ministro das Minas e Energia - Cesar Cals, previa que o projeto Pitinga exportaria 100 milhões de dólares em 1983.

A mineração Taboca teria ficado com 31% do Território Waimiri-Atroari. Em 1979 a Funai liberaria cinco alvarás de pesquisa mineral na área. Em 31.01.79 o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, DNPM, autoriza a empresa Timbó-Mineração Ltda, hoje Mineração Taboca S.A., a pesquisar nos terrenos "devolutos", dos Waimiri-Atroari.

A mineradora instalou-se exatamente a leste da área, onde os índios buscaram refúgio após o início da construção da BR-174. A Taboca/Paranapanema construiu uma estrada vicinal, de 38 km, particular, com acesso a BR-174. Em 02.04.1980, o DNPM pede a Paranapanema S.A., pelo Diário Oficial da União, que responda formalmente às acusações da Funai de que 80% de sua lavra do Pitinga estavam dentro da área. Nada foi resolvido. Em 1983, o CIMI denunciou a criação de uma outra subsidiária do grupo Paranapanema/Taboca, a Acaraí Mineração Ltda, destinada a pesquisar na área ainda interdita em favor dos Waimiri-Atroari. Denunciou, ainda, a tentativa de mudanças nos nomes dos rios com vistas à diminuição da área por "questões de interpretação".

As explosões de dinamite são contínuas, segundo entrevista com os líderes Waimiri-Atroari, que temem pelos grupos dispersos na mata. Um deles teria à noite estragado as dinamites da Taboca. Os índios temem também que a mineradora inicie lavra de carvão ao sul da área, onde haveria uma reserva natural. Além de cassiterita, a 12 dólares o kg no mercado internacional, a mineradora estaria explorando na área Tautalita, mais valiosa, a 110 dólares U.S. o kg.

Os índios reclamam ainda da presença dos seis mil empregados (?) da mineradora transitando livremente pela área interdita. A empresa manteria duzentos homens armados, como polícia privada, intimidando os índios e atravessando a área, em uma média de 5 (cinco) caminhões diários.

São numerosos as reclamações dos índios por doenças contraídas nos rios, ao leste da área, e pela poeira. Afirmam que a Taboca está garimpando também no interior da área interdita ao longo da estrada, e lançando sobras poluentes nos rios.

Funai

Talvez devido a UHE - Balbina, e a mina explorada pela Taboca, a Funai dedicou aos Waimiri-Atroari um contingente de funcionários nunca vistos. Tinha-se urgência na "pacificação". Foram recrutados cerca de 80 funcionários, entre índios do Amazonas, como os Sateré, Munduruku, Tukano e Macuxi.

Submetidos a grande mortandade, quando, os Waimiri-Atroari tornaram-se apenas 335 indivíduos, os funcionários da Funai eram ainda 59, sendo mais tarde reduzidos a 33. 7a

A interferência deste contingente no modo de vida dos Waimiri-Atroari é total. A redução da área já diminuiu o espaço de caça e a presença destas dezenas de funcionários, além dos militares do 6º BEC e dos empregados da mineradora, quase extinguiu a caça. Os recém-chegados, com armas de fogo, aumentaram sobremaneira as caçadas, competindo com os índios.

Foram inúmeros os conflitos dos Waimiri-Atroari com o contingente de funcionários trazidos pela Funai. O objetivo parecia ser a integração forçada a qualquer preço.

Apesar deste enorme contingente, a situação de saúde dos índios é lastimável, em particular devido à malária, tuberculose e pneumonia. O atendimento dos casos graves, feito durante algum tempo em Pres. Figueiredo, foi interrompido ultimamente.

A Funai mantinha uma média de seis a sete postos na área, e obrigava os índios a instalarem-se nas proximidades, para facilitar a vida dos funcionários.

Atividades Econômicas

Os Waimiri-Atroari ali viviam há dez anos atrás, de caça, pesca, agricultura e coleta, tradicionais entre os índios de floresta. A interferência excessiva da Funai tende a torná-los dependentes. A Funai vem fazendo roças extensivas e adquiriu recentemente 18 cabeças de gado, "para transformá-los em vaqueiros e integrá-los na sociedade", na expressão de um de seus funcionários. Apenas uma aldeia continua distanciada dos postos.

Eletronorte e a UHE-Balbina

Desde a década de 60 a Eletronorte vem pesquisando na área. Após o contato, a Funai encarregou-se de retirar os índios da parte sul da área, com vistas a diminuir as indeniza-

ções. Através deste mecanismo, obteve-se a redução da área em 1981.

O PI Camanãu foi retirado para o norte, transformado no PI Marê, e mais tarde no P.I. Curinau. O PI Abonari foi relocado para os PIs Tacupuna e PI Taquari. As aldeias das proximidades foram removidas.

Eis o que permitiu a redução da área inicialmente (1971) reconhecida como de ocupação Waimiri-Atroari. Hoje a Eletronorte pode informar, em um de seus relatórios, que atingirá apenas 42 km², ou seja 0,33% do território dos índios, em área de perambulação.

Numerosos são as testemunhas de que a Funai removia e proibia a instalação de aldeamentos indígenas no Sudeste da área, onde foi construída a UHE-Balbina. Chegou-se a colocar uma grade de ferro embaixo da ponte da BR-174 no Santo Antônio do Abonari, para que os índios não descessem em canoas.

No Processo BSB/4638/76 (Funai) um documento da Eletro-norte explica este objetivo: "Seria muito conveniente para a Eletronorte que a Funai, ao fixar tais limites em decreto, optasse pelo limite Sul coincidindo com os rios Sto Antonio do Abonari e Pitinga, considerando desde logo o perímetro de inundação caracterizado no acima considerado desenho". Nada mais claro.

São numerosas as dúvidas sobre a UHE-Balbina entre os próprios especialistas do setor elétrico. Frequentemente esta hidrelétrica é chamada de "desastre", e no próprio interior das estatais responsáveis pelo empreendimento.

O Físico José Goldemberg, Ex-Presidente da CESP e Reitor da Universidade de São Paulo, escreveu um editorial à revista São Paulo Energia, Ano II nº 17, onde explica que os cortes nos investimentos da Eletrobrás "se chocam com os interesses das próprias empresas e de grupos econômicos que se formaram em torno das grandes obras, programadas por elas, o que deu origem a um debate aprofundado sobre o que é realmente prioritário ou não, à luz do interesse nacional".

Goldemberg argumenta que "a região Norte, com cerca de 50 milhões de KW não utilizados (área de concessão da Eletronorte) é, evidentemente a região onde ocorrerão os investimentos do setor elétrico". Mas lembra as ressalvas feitas na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, de que, no Nordeste tem-se 75 km/ha inundado, ocor-

rendo o mesmo com Itaipu, enquanto, "em Balbina, a inundação de 1 ha permite a geração de apenas 2,2kw. Com isso, Balbina, que tem uma potência aproximadamente 20 vezes menor que Tucuruí, inundará uma área equivalente a de Tucuruí". Recomenda cuidado no aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, pois implicaria em "ter que inundar cerca de 50 a 100 mil km²".

No mesmo editorial, o conhecido físico recomenda o estudo de alternativas, mesmo "postergando a conclusão da hidrelétrica de Balbina", enquanto se utiliza na região a termelétrica já adquirida, e sugere estudos para a utilização do gás de Juruá, na boca dos poços, ou através de um gasoduto de 500 km até Manaus.

As propostas de Goldemberg encontraram apenas o silêncio, e Balbina continua à toda, vitoriosos fortes interesses econômicos. Itaipu inunda 1.350 km², para produzir 12 mil MW; Tucuruí 2.160 km², para produzir 8 mil MW; e Balbina alaga 4 mil km² para produzir 240 MW.

Nenhuma madeireira interessou-se pelo desmatamento indispensável do lago de Balbina, a não ser a peso de ouro. Os altos funcionários do setor elétrico contra-argumentam dizendo que a obra já consumiu os 400 milhões de dólares, "e já é irreversível", e ficará sempre o cidadão a perguntar-se até quando pode um erro puxar outro.

Foram imaginados paliativos que estão longe de resolver o problema, como o alagamento em duas fases.

Quanto aos estudos ambientais e sociais do impacto da UHE-Balbina, o que se pode saber não é animador. O INPA de Manaus parece, segundo os jornais do Amazonas, ter sido o grande perdedor. Além de conflitos que culminaram em demissões, o Instituto vem recebendo críticas da comunidade científica, e em relatórios do próprio Conselho Nacional de Pesquisa Científica - (CNPq) (A crítica, Manaus, 30.03.86).

Raramente o que atinge os índios, o faz, sem trazer também grandes ônus ao conjunto da sociedade nacional. Sem dúvida, diante de May Island e Chernobyl, as hidrelétricas voltam à atualidade. A dúvida reside na escolha dos aproveitamentos, do seu porte e no estudo de outras alternativas. Ademais da área alagada, incluindo as aldeias e postos removidos pelos bons oficiais da Funai, há que se estudar todo o conjunto do impacto desta obra sobre os índios. Por exemplo, as cerca de 8 mil pessoas já envolvidas na construção, e o grave risco de invasão e inter

ferências que representam, instalados na vizinhança da área indígena.

Recomendações:

As observações abaixo, em grande parte, foram discutidas com os líderes Waimiri-Atroari, de passagem por Brasília.

1. Reestudo técnico do aproveitamento da UHE-Balbina, e análise da possibilidade de interrompê-la ou retardá-la.
2. Precisar a quota de alagamento.
3. Assegurar-se de qual será realmente o impacto sobre o índios.
4. Remarcar a área Waimiri-Atroari.
5. Interditar as áreas ocupadas pelos grupos isolados.
6. Desviar a BR-174 para fora da área Waimiri-Atroari, pelo Leste ou Oeste, dando passagem à mineração, interditando a vicinal da Taboca em área indígena.
7. Retirar os demais invasores da área.
8. Contratar consultores, advogados, antropólogos e indigenistas para assessorar os índios, em particular recorrendo aos que já os conhecem, como Ezequias Hoering, Stephen Baines, Paulo Monte, Nelmo Roque Schau, Adolfo Kesselring e outros.
9. Atendimento a grave situação de saúde.
10. Fornecer balsa e motor inter-aldeias aos índios.
11. Garantir o acesso ao lago aos índios.
12. Estudo do montante de indenizações, de preferência, em bens, como caminhões, barcos, animais, medicamentos, etc...
13. Estudar as consequências sobre a dieta dos índios com o desaparecimento de animais, peixes e fauna.
14. Defender o território dos Waimiri-Atroari e dos arredios contra a ação de mineradores.
15. Estudar os efeitos da barragem particular construída pela Taboca na área espoliada aos índios, com vistas a interdição, ou a indenizações.
16. Assessorar juridicamente os índios para que recuperem o que perderam para os mineradores.

UIIE - ÁVILA - CERON/ELETRONORTE

A.I. Tubarão/Latundê
Isolados

População:

108 (Polonoroeste 1984)

? Isolados

Na Área Indígena Tubarão-Latundê, encontram-se sobreviventes de três grupos indígenas: os Latundê e Sabanê, subgrupos Nambiquara, e os Aikanã, de língua isolada, e ainda não completamente estudada.

HISTÓRICO:

Os índios da margem direita do Guaporé mantêm contatos eventuais com os colonizadores desde as missões jesuíticas no século XVIII. Nesta altura, exatamente nas proximidades do Corumbiara, descobriu-se vestígios de ouro de aluvião, dando-se origem ao mito das minas de Urucumacuã, um Eldorado, mas impenetrável, devido à resistência dos índios.

De fato: os índios conseguiram impedir a entrada no interior do Guaporé e, sistematicamente, atacavam as embarcações que ali atracavam. A região foi abandonada, e apenas se navegava pelos grandes rios.

Os Nambiquara foram finalmente pacificados pela Missão Rondon, no início deste século, nas nascentes do Guaporé.

Quanto aos grupos do Corumbiara, entraram em contato com Seringueiros e o SPI, a partir dos anos 40. Em 1930 a Missão Rondon encarrega o Tenente Estanislao Zach de um levantamento de minérios na região do Corumbiara. O tenente encontra as minas Urucumacuã esgotadas. Faz contato com numerosos grupos indígenas na região do Corumbiara. Baseado em seus relatórios, o SPI, em 1945, cria no Corumbiara, no local chamado Cascata, um posto indígena denominado Ministro Pedro de Toledo. Vários grupos foram pacificados na altura.

O difícil acesso à região, por terra e barco, às vezes levando mais de 40 dias, somado à falta de recursos do SPI, terminam com o abandono do posto. Alguns índios aceitaram a transferência

rência para a foz do Guaporé, mas a maioria ficou no Corumbiara. Uma parte manteve contato com seringais, mas a maioria voltou para a floresta e mantém-se isolada até os anos 70.

INVASORES:

Na década de 70, o INCRA loteia, em Brasília, sem qualquer estudo profundo no terreno, o Projeto Corumbiara. Um documento do INCRA, de 1976, reconhece que pelo menos três grupos indígenas ocupavam o Corumbiara, um deles arredio.

A Funai termina por interditar 200 mil ha. Após negociações e conflitos jurídicos entre a Funai e o Incra, foram liberados inicialmente 54 mil ha., e os índios, finalmente, conservaram 118 mil hectares, pela Portaria 1.420/E/82, já demarcados, ainda não homologados. Os índios foram transferidos das terras mais férteis, situadas nos lotes 21 a 28 e 31 a 38 do Projeto Corumbiara, para as de pior qualidade, na gleba 11, por força da pressão de interesses locais.

ISOLADOS:

Pior sorte reservou-se aos índios isolados, varios grupos, provavelmente pequenos, dispersos em meio ao imenso desmatamento predatório desenvolvido por madeireiras e agropecuárias.

Um deles, talvez Nambiquara, atacou a serraria da madeireira Xipinguai^a, em 1984. Uma equipe da Funai visitou a região, descobrindo que várias empresas, em particular a madeireira Novo Oeste, e grandes agropecuárias paulistas, como as de Junqueira e Tavares, haviam destruído roças e aldeias indígenas a trator.

Dois tratoristas foram mortos pelos índios, e trabalham armados os novos empregados. Neste ano a Polícia Federal e a inspeção do Ministério do Trabalho visitaram a área, identificando casos de "escravidão branca" no local. Vários empregados, fugidos destes locais, verdadeiros campos de concentração, relataram à Funai massacres de índios na região.

Em 1980 a Funai havia interditado 37 mil ha com a finalidade de atrair o grupo isolado, cuja localização era conhecida aproximadamente pelo Incra e pela Funai. Em 1986 a Funai, ao saber dos massacres e destruição de aldeias e roças, interdição de uma sede de fazenda já instalada e titulada, permitindo aos fu

zendeiros recorrerem, por mandato de segurança, ao Juiz Federal que lhes concedeu uma liminar, liberando parcialmente a área, em 16 mil ha. A Funai continua omissa e entendeu a liminar como se fosse uma proibição de entrada na área. Alguns funcionários foram barrados pelos jagunços das agropecuárias e madeireiras, e há uma grande campanha de imprensa, e eleitoral, contra os direitos indígenas na região.

A inação deliberada da Funai, em particular ao nível de sua administração central em Brasília, preocupada em descentralizá-la à mercê dos interesses regionais, é bastante grave neste caso. Um dos fugitivos do trabalho escravo na região, situada na área de abrangência do Polonoroeste, relatou ter visto vários cadáveres de índios, transportados por um dos veículos de uma madeireira atuando na área. Um dos índios parecia ainda vivo, com as mãos atadas nas costas. Nenhuma providência foi tomada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Os índios da A.I. Tubarão-Latundê conservam as formas tradicionais de vida na floresta, caça, pesca, agricultura e coleta, combinadas com trabalhos, como a extração de seringa, para receber algum dinheiro e comprar mercadorias ditas "civilizadas".

FUNAI:

A presença da Funai na área restringe-se ao transporte da borracha dos índios, e alguma assistência à saúde. Os índios mantêm uma forte resistência à Funai, por experiência acumulada desde o SPI.

NOVAS TRIBOS:

Através dos Terena (MT) missionários protestantes, americanos e brasileiros, incursionam entre os Latundê, fazendo proselitismo para uma seita ainda não completamente identificada, ligada a conhecida New Tribes.

CERON/ELETRONORTE/FUNAI:

A UHE - Ávila é uma invenção, ou iniciativa, da Empresa

Centrais Elétricas do Rondônia. De fato, o abastecimento energético no novo estado criado com recursos do Polonoroeste, é bastante precário. No entanto, não fica claro o porque da Hidrelétrica de Ávila, de pequeno porte, a ser construída pela Oderbrecht, quando a Eletronorte está construindo usinas de grande porte, como as UHEs Samuel e Ji-Paraná.

Como nos demais casos, não houve estudos prévios de impacto ambiental, e muito menos sócio-econômicos. A Ceron/Eletronorte, em resposta a pedido da Eletrobrás e do Banco Mundial, afirma que "não há aldeamento indígena na área a ser inundada".

Trata-se de uma resposta habilidosa, porque embora não haja aldeamento, o lago da Hidrelétrica, de 10 km², é em grande parte previsto na Área Indígena Tubarão/Latundê. A atitude da Funai é típica: considera que a inundação da área é apenas parcial, numa região de solos fracos, "contribuindo até para os índios", na expressão de um de seus funcionários.

Não foram previstas indenizações, nem garantias contra invasões, e, muito menos, proteção aos índios arredios que vêm sendo dizimados na região. A Eletronorte e a Funai, em nenhum caso, consideram as Hidrelétricas como polos de desenvolvimento que terminam por trazer graves danos às terras indígenas pelas invasões que acarretam e as vias de acesso que abrem.

RECOMENDAÇÕES:

1. Localização, proteção e garantias aos índios arredios da margem direita do Guaporé.
2. Estudo do impacto da UHE-Ávila sobre A.I. Tubarão-Latundê e os grupos isolados.
3. Reavaliação da UHE-Ávila, no quadro do conjunto das iniciativas do Setor energético na região do Polonoroeste e Acre, comprovando sua oportunidade.
4. Assistência jurídica e antropológica aos índios, independente da Funai.
5. Comprovação técnica da ausência de alternativas, nos termos do Artigo 20 do Estatuto do Índio.
6. Caso não se consiga impedir tal obra, neste local, indenização aos índios em terra equivalente, em medidas de proteção con

tra invasores, sem prejuízo de indenizações financeiras ou em bens compatíveis pelo transtorno.

7. Revogação dos Alvarás de pesquisa mineral na A.I. Tubarão-Latundê (Grupo Rondon) e na região dos arredios do Igarapé Omere (grupos Rondon, Bethlehem Antunes e Top Sol).

UIJE - JI-PARANÁ

Áreas Indígenas:

A.I. Tenharin, A.I. Igarapé Preto e *A.I. Lourdes*

Grupos indígenas:

Gavião (Iconen-Digut)	População	236	
Zoró	População	30	
Arara (Karo)	População	98	
Tenharin	População	249	(Polonoroeste 1984)

Grupos indígenas isolados:

Tupi - Rio Madeirinha
Desconhecidos - Nordeste de Rondônia

Grupos indígenas dispersos:

Uruku (Pulsos Vermelhos)-Ji-Paraná

Tronco Lingüístico:

Gavião (RO-Iconen/Digut) = Tupi-Mondé
Arara (Karo) e Uruku = Tupi-Rama-Rama
Tenharin e Tupi (Madeirinha) = Tupi-Kawahib

HISTÓRICO/CONTATO (PI-LOURDES):

Os Gavião e os Arara sempre viveram às margens do Ji-Paraná, não têm outra memória, salvo lendas de um período mítico, em que atravessaram um imenso rio, onde havia imensas piranhas, peixes perigosos como tubarões. Mas isto foi há milênios.

Quando os colonizadores ocuparam o Rio Madeira, foram muitos os confrontos dos Gavião e seus aliados Zoró com os seringalistas. Viviam também em escaramuças com seus parentes longínquos, os Surui (Paiter) e os Cinta-Larga.

O contato deu-se apenas nos anos 50, quando atacaram barcos do seringal do Sr. Barros, situado na outra margem do rio. Num destes ataques, foram ludibriados pelo seringalista, que os surpreendeu por trás. Na verdade atacavam um barco vazio, seguro por uma corrente. Barros conseguiu capturar três jovens, surpreendidos na tocaia. Dois fugiram, um apenas ficou com o Sr. Barros e foi por ele criado, e por sua esposa, D. Orquidêa, muito estimada pelos índios, atualmente funcionária da Funai.

Através do jovem, vários outros índios aproximaram-se do seringal, alguns dos mais jovens tornando-se seringueiros, nas

terras da margem direita, ocupadas pelos Gavião. Ali aprenderam portugueses.

Advertido, o SPI manteve contatos com os índios e para lá enviou a seita Novas Tribos (New Tribes), financiada pelos fundamentalistas do Sul dos Estados Unidos. Durante 17 anos os missionários conviveram com os índios, interferindo em seu modo de vida. No final da década de 70, cansados, os Gavião os expulsaram. Apenas uma família ficou convertida, e seus parentes Zoró.

Todas as tentativas dos seringalistas de instalarem-se na margem direita do Ji-Paraná fracassaram, como os seringais do Sr. Firmino e da Da. Miuda.

Até os anos cinquenta, os confrontos dos Gavião e Zoró com os Arara e Uruku eram frequentes, ocasionando numerosas mortes. Os Arara terminaram também fazendo contato com o seringal do Sr. Barros, embora em conflito com os Gavião. O seringal e os índios sofreram ataques dos Surui.

Em 1976, um falecido funcionário da Funai, Sr. Brígido, preocupado com a promiscuidade do contato dos Arara com os civilizados, aldeou-os acima do Igarapé Prainha. A Funai instalou-se na Aldeia principal dos Gavião, no Igarapé Lourdes, visando "pacificar" os Zoró, que atacavam as empresas agropecuárias que pretendiam ocupar as terras dos índios, entre a Serra da Providência e o Rio Branco.

SITUAÇÃO DAS TERRAS:

A própria cidade de Ji-Paraná foi uma aldeia indígena. Em 1972, criou-se o Parque do Aripuanã, reunindo os grupos Tupi-Mondé, da margem direita do Ji-Paraná ao Roosevelt e Aripuanã. A pressão de vários grupos econômicos levou, em 1975, ao desmembramento dos Gavião e Arara dos Zoró, Surui e Cinta-Larga. Entre os PI-Lourdes e o Parque do Aripuanã, instalaram-se 16 fazendas, e o P.I. Lourdes restringiu-se à faixa de terra entre o Ji-Paraná e a Serra da Providência.

Os índios perderam também a Gleba Tarumã, transformada na Reserva Jarú, do IBDF, onde até hoje mantêm aldeias e perambulações para abastecimento. Curiosamente, por razões até hoje não esclarecidas, a Reserva do IBDF não encosta no Rio Ji-Paraná ou Machado, como seria de se esperar.

INVASÕES:

Há décadas, diferentes ondas de colonos tentam invadir o P.I. Lourdes. A ameaça mais séria ocorreu em 1984. De 1981 a 1984 cerca de 50 famílias instalaram-se ao sul da área, 37 por um erro do Incra, às vésperas da campanha eleitoral de 1982.

Em torno destas invasões, centenas de moradores de Ji-Paraná, inclusive o proprietário da farmácia e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fizeram "marcações" no P.I. Lourdes. Estimulados por políticos, pretenderam a entrega de um terço da área para colonização.

Os índios atacaram os colonos, fazendo 17 reféns. A intervenção da Funai evitou mortes. Após uma custosa e difícil operação, os invasores foram retirados. Recentemente tentaram voltar, sendo impedidos pelos índios, que, advertidos, os esperavam na ponte. Entre os invasores encontravam-se empregados de madeiras. As ameaças sobre o P.I. Lourdes poderão continuar, devido a sua proximidade de Ji-Paraná, e da BR-364, o que valorizou suas terras, situadas parcialmente em uma das raras manchas férteis de Rondônia.

MINERAÇÃO:

Diversas invasões, por garimpeiros, verificaram-se no P. I. Lourdes, sendo a mais importante delas uma lavra aberta ao Sul da área, sem maiores resultados. Há, de fato, uma reserva de magnésio na Serra da Providência, mas não ouro, como supunham os garimpeiros. Assim mesmo, há vários alvarás de pesquisa a serem revogados: um ao próprio CPRM (Conselho de Pesquisas de Recursos Minerais), à Brascan e à empresa Potiguara. A reserva de magnésio, segundo parecer técnico, não é rentável, ao menos no momento.

ELETRONORTE/FUNAI:

Sem maiores considerações, ou porquês, a Funai autorizou a Eletronorte, através de sua consultora CNEC, associada a Carmargo Correa, a realizar pesquisas na área. O helicóptero da consultora foi apreendido pelos índios. Por pressão da Funai, os índios terminaram por permitir as pesquisas, embora sem compreenderem do que se tratava, e em troca do transporte de alguns doen

tes à cidade, de difícil acesso na seca.

A Sudeco, do Ministério do Interior, pediu à Eletronorte que informasse sobre seus propósitos no Rio Machado. Através de um ofício, a Eletronorte negou que planejasse um aproveitamento no Rio Machado.

Segundo a Eletronorte, a barragem, em sua primeira fase, atingiria 10.600 ha, 5,7% do P.I. Lourdes, inundando parcialmente as duas principais aldeias dos Gavião e Arara. O próprio Igarapé Lourdes seria inundado.

Não há estudos convincentes de ausência de alternativas, e tão pouco da inter-relação desta hidrelétrica com as demais previstas na região, como as UHEs Samuel e Ávila.

As pesquisas são feitas a toque de caixa. Uma estrada e vários barracões já foram construídos acima do P.I. Lourdes, na outra margem do Rio Machado ou Ji-Paraná. As pesquisas estão custando milhões de dólares, na mesma tática de torná-las irreversíveis. Serão inundados igualmente projetos de colonização do INCRA, recentemente instalados, e altamente custosos aos cofres públicos.

Nenhum estudo foi feito sobre os impactos sócio-econômicos e antropológicos de um tal empreendimento. Os índios são contrários a obra, inclusive porque o Rio Machado, e o Igarapé Lourdes, têm importância religiosa. Nas margens do Ji-Paraná há seringais e acampamentos de caça, além de ali abastecerem-se, durante a seca, em peixe.

RECOMENDAÇÕES:

1. Suspensão de qualquer atividade da Eletronorte, ou Consultoras, antes do estudo de alternativas, e do estudo do impacto sobre os índios. Impedir o propósito de torná-la irreversível.
2. Contratação de advogados e antropólogos para assessorar os índios em quaisquer negociações.
3. Completa informação aos índios sobre o empreendimento.
4. Defesa da área contra novas invasões.
5. Reagrupamento dos Uruku dispersos na área.
6. A CNEC e Eletronorte estão começando a aceitar discutir o impacto sobre o P.I. Lourdes, mas se esquecem de que a segunda

fase do Projeto atingirá mais duas áreas, Tenharin e Igarapé Preto. Não vêm considerando igualmente os efeitos da obra sobre os grupos arredios na confluência das fronteiras de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, como é o caso dos Tupi do Maideirinha.

UHE - PAREDÃO/MUCAJAI (RR) - CER-ELETRONORTE

Áreas atingidas:

Parque Indígena Yanomami

Várias áreas Macuxi

População:

9.000 (Yanomami)

14.497 (Macuxi) Cedi-85 ou 16.000 (Santilli, Paulo)

Cerca de 40% da população do Território Federal de Roraima é indígena. Trata-se de uma situação bem particular, num País onde, globalmente, os sobreviventes indígenas representam apenas 0,17% da população. As informações deste relatório são da Comissão pela Criação do Parque Yanomami e, para os Macuxi, do antropólogo Paulo Santilli.

YANOMAMI:

Trata-se do maior povo indígena a ter sobrevivido, e até este final do século, sem grandes interferências dos colonizadores na América do Sul.

Não há dúvidas sobre sua ocupação imemorial sobre a região da fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Todos os cronistas, viajantes e as comissões de limites registram sua presença.

No entanto, apenas na década de 50, deste século, missões católicas e protestantes passaram a intensificar o contato, antes esporádico.

A partir dos anos 70 é que realmente os Yanomami passaram a sentir os primeiros surtos da corrente migratória em suas terras, através de agropecuária e garimpeiros. Antes, viram chegar, ou passar, seringueiros, castanheiros e gateiros. A avalanche de ocupação deu-se com a Perimetral Norte, que, na década de 70, ocasionou grandes morticínios por doenças, em particular nas aldeias mais próximas da construção.

A descoberta de cassiterita, na Serra dos Surucucus, trouxe 500 garimpeiros para a área onde vivem 4.000 Yanomami. Além dos conflitos, tuberculose, doenças venéreas, surtos de gripe e morte (CCPY).

Apesar destes conflitos, afirma a comissão proponente do Parque Yanomami, "a maior parte do território está livre de ocupação

permanente, o que torna a regularização como Área Indígena mais fácil do que em outras regiões do País".

SITUAÇÃO DAS TERRAS:

Inicialmente, nos anos 77/78 a Funai delimitou 21 áreas separadas, pelas portarias 477/N, 512/N e 513/N. Em 1980 a Funai propõe a criação de um Parque Indígena Yanomami com 10.095.945 ha. O Ministério do Interior delimitou pela Portaria GM/025/82, 7.700.000 ha, mas deixando dezenas de malocas fora da área.

Apesar de os dados quanto à fertilidade do solo indicarem quase 90% de baixa fertilidade ou inutilizáveis para colonização, e cerca de 10% restantes serem pouco significativos, interesses locais pressionam contra a demarcação do Parque, necessidade urgente, devido a presença indígena e a indispensável preservação permanente. Há pressões também pela abertura de mineração, embora até empresas estatais tenham desaconselhado o seu aproveitamento atual, considerado de baixa rentabilidade.

FUNAI, MISSÕES, CCPY:

"Existem 12 postos da Funai e 10 de missões, 3 católicas e 7 protestantes, espalhados por vários pontos do Território Yanomami" (CCPY).

A maioria dos postos tem acesso por avião, salvo os próximos a Perimetral Norte. A CCPY, organização não religiosa, é hoje o principal núcleo de assistência à saúde e promove campanha internacional pela criação do Parque.

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Sistemas de pequenas roças, no máximo 1,5 ha, combinado com caça, pesca e coleta, como é tradição entre os índios de floresta da Amazônia.

MACUXI:

Os Macuxi, ao contrário dos Yanomami, mantêm contatos regulares há séculos com os colonizadores em Roraima, onde constituem, até hoje, presença indispensável na vida econômica e até

política do Território Federal. São indispensáveis até para o abastecimento da capital, Boa Vista, em gêneros alimentícios. Há oito áreas já definidas. Outras 81 áreas foram estudadas em 1982 mas ainda não garantidas. Os Macuxi pretendem obter uma área contínua na região da A.1. Ponta da Serra, onde se concentram 9.636 pessoas, de um total de 14.947. Cerca de 2.000 Macuxi encontram-se dispersos, em aldeias mistas, cidades ou fazendas.

As conexões políticas das diferentes lideranças Macuxi ao nível local têm impedido a demarcação de pelo menos um território contínuo de maior concentração populacional. Nada menos que sete líderes Macuxi candidataram-se a um mandato de vereador nas eleições de 1982.

Dado o peso da população Macuxi no colégio eleitoral de Roraima, o apoio político destes índios é muito disputado. Há um índio educado nas cidades, praticamente sem vínculos tribais, que é prefeito de Alto Alegre. Um outro índio é vereador, este com laços mais estreitos com seu povo. A tática das forças locais é aproveitar-se das dissensões internas para retardar as demarcações, em particular da área conjunta.

Estas divisões em torno de interesses grupais particulares, exploradas pelas autoridades locais de Roraima, remontam à própria história do contato dos Macuxi, onde não faltaram as reduções religiosas e a escravidão, e a submissão aos primeiros notáveis ocupantes do território. Na verdade, os índios divergem sobre a melhor forma de aproveitar-se das brechas da sociedade majoritária. Sua autonomia enquanto povo, e minoria étnica, foi quebrada pelo esfacelamento de seu imenso território imemorial em quase uma centena de pequenas áreas em torno das aldeias. Estas divergências tribais são manipuladas habilmente pelas forças políticas locais e regionais. Há numerosas agropecuárias, e outros empreendimentos menores, interpostos entre as diferentes áreas Macuxi. Importante reserva de mão-de-obra, e fundamentais ao abastecimento em gêneros alimentícios do território, a manipulação das lideranças Macuxi é fundamental ao sucesso dos grandes empreendimentos econômicos.

FUNAI E MISSÕES CATÓLICAS:

Conjuntamente com a Funai, os missionários católicos apresentam um grande apoio aos Macuxi. Em razão das relações en

tre os índios, e o governo do território, o conflito das autoridades com a Igreja Católica, majoritária, é particularmente forte. O governo do território, nomeado pelo governo federal, é estreitamente vinculado aos interesses ligados a mineradoras e agropecuárias.

ELETRONORTE, CER E FUNAI:

As interferências das obras nas populações indígenas de Roraima já começaram. Um consórcio, Constram/Mendes Jr., já construiu uma estrada e mais de 200 empregados foram engajados no local das pesquisas, escolhido já como futuro canteiro de obras, no Rio Mucajaí, em frente à Ilha do Paredão.

Não cabe dúvida de que o próprio local da barragem é território imemorial no limite das áreas Yanomami e Macuxi. No entanto, é verdade que o local da construção está fora das áreas administrativamente delimitadas para os Yanomami e os Macuxi. Prevê-se um segundo aproveitamento que atingirá a área Yanomami. Quanto à barragem de Paredão, não está ainda esclarecida quais serão as suas consequências. Dizem os técnicos que talvez não inunde fisicamente a área Yanomami, mas, possivelmente algumas das pequenas áreas Macuxi das imediações. Inevitavelmente atingirá o Rio Mucajaí, utilizado pelos Yanomami e trará graves consequências aos dois povos indígenas.

Recentemente, um grupo de vinte índios Yanomami da região do Rio Apiaú, do P.I. Ajarani, após conflitos internos, mudou-se para as proximidades do canteiro de obras de Paredão. Foram convencidos a instalar-se na outra margem. Alguns funcionários da Funai, e a CCPY, advertem sobre o risco de a barragem tornar-se um polo de atração, devido ao nomadismo Yanomami. A principal consequência será o importante centro de contágio que este polo apresentará disseminando malária, sarampo, gripe, tuberculose e doenças venéreas ao interior da área, com consequências imprevisíveis.

Antes deste grupo de vinte, um outro grupo, que vivia nas imediações, foi levado pelo Polícia Militar para Alto Alegre, não se sabendo seu destino. Temos assim que cerca de 50 índios já passaram pelo acampamento, e isto ocorrerá a cada vez com maior frequência. Dentre os vinte índios do último grupo, 12 estavam doentes, provavelmente com malária e desintéria. Um outro

grupo de índios, do P.I. Mucajaí, também apareceu na área do acampamento, não se sabendo se ali instalou-se, ou se por simples curiosidade. Há um grupo que pretende construir uma maloca na região.

É seguro que, além de atingir área de perambulação indígena, a barragem já representa hoje um perigoso centro de contágio. A assistência à saúde dos Yanomami está longe de ser algo resolvido. Além da precária assistência da Funai, há algum trabalho das missões católicas e protestantes. Sabe-se que o índice de mortalidade é bastante alto e, justamente, devido ao contato promíscuo e indiscriminado e as indecisões governamentais quanto à demarcação e proteção da área. Acrescente-se a isto que "há necessidade de evitar a propagação de doenças existentes entre os indígenas, que poderão se difundir a outros segmentos da população nacional, como é o caso da oncocercose (90% da população de várias áreas da Serra dos Surucucus está afetada)", segundo informações da CCPY.

Os índios, há muito, vêm estabelecendo-se na Ilha de Paredão, e poderão fazê-lo novamente, agravando o problema, pois a UHE Paredão/Mucajaí deverá alagar totalmente esta Ilha. Há cerca de 400 Yanomami nas imediações do Mucajaí.

Cabe a advertência de que nenhum estudo foi feito sobre os prováveis impactos desta obra nas terras e no modo de vida dos 9 mil Yanomami, 14 mil Macuxi e 3 mil Wapixana que ocupam o norte de Roraima.

UHE-PAREDÃO/MUCAJAÍ E OS MACUXI:

Os riscos da construção da UHE Paredão/Mucajaí, embora de natureza diferente do que aos Yanomami, são também extremamente graves para os Macuxi, segundo informações do antropólogo Paulo Santilli.

É quase certo que o lago inundará aldeias e até mesmo antigas áreas demarcadas dos Macuxi. A plotagem no mapa e verificação no terreno é indispensável.

Há numerosos Macuxi em áreas de concentração urbana, funcionando como reserva de mão-de-obra. Este numeroso grupo vem sendo submetido a acirrada disputa pelo seu controle clientelístico por parte da Funai, das missões religiosas e dos interesses político-eleitorais locais e regionais, e por fortes interesses econômicos.

A construção da barragem representará um polo de atração para os Macuxi a dois níveis: uma parte deles procurará trabalhar na obra, pensando na oportunidade de ganhar dinheiro para a aquisição de produtos industrializados. Os outros, produtores agrícolas em torno do núcleo familiar, são fundamentais ao abastecimento alimentar da região.

A promiscuidade das relações inter-étnicas numa obra destas proporções, anunciam grandes conflitos. Numerosos serão os trabalhadores a serem recrutados e, em grande parte, originários de outras regiões do País. Irão frequentemente sem família. Antes, durante e após a construção da obra representam um grave risco de invasão das áreas Macuxi não demarcadas, além de riscos de contágio e prostituição.

A contratação da mão-de-obra Macuxi traz uma questão delicada: não há possibilidades de proibir sua contratação e geralmente, nestas obras, empreiteiras sub-contratadas pagam salários miseráveis, para regimes de trabalho ilegais, às vezes de quase 12 horas diárias. É indispensável que os índios, caso se lhes permita trabalhar na obra, contem com a indispensável assistência jurídica, trabalhista e em particular, assistência à saúde. Paulo Santilli considera difícil impedir que os índios trabalhem na obra, uma vez que insistirão, e entenderiam uma medida deste tipo como discriminação, em uma oportunidade de receber dinheiro.

RECOMENDAÇÕES:

1. Estudo de alternativas.
2. Avaliação do impacto sobre os índios.
3. Demarcação do Parque Indígena Yanomami e das áreas Macuxi e Wapixana e de todas as áreas de Roraima.
4. Assistência à saúde.
5. Instalação de um posto de vigilância no rio Mucajaí.
6. Defesa da área contra a invasão de garimpeiros do Rio Novo, cerca de doze. Revogação dos alvarás de pesquisas concedidos na área Yanomami, às empresas: Best, Pompéia, Crusa, Acarati, Cia. Min. Participações Mequimbrás, Vila do Príncipe, N.J. Sculabrin, Pegmina, Vale do S. João, Montes de Roraima, Tratex, Codesaima, Brumadinho, Paranapanema, Rio Vivenda, Brascan,

CPRM, Mutum, Bozzano Simonsen, Minesal, Parima, CVRD, Mearim e Itacuaá.

7. Campanha de vacinação Yanomami/Macuxi, com apoio de helicóptero, no quadro do convênio Funai/CCPY.
8. Interrupção dos trabalhos até a demarcação das áreas indígenas e demais contra-medidas.
9. Eliminar intermediários e proteger os Macuxi eventualmente contratados pela construtora.
10. Controlar o comércio com os índios, protegendo os seus interesses.
11. Valorizar as lideranças tribais nas negociações de qualquer tipo.
12. Contratar consultores, advogados e antropólogos, para assistirem os índios nas negociações. Os indigenistas e antropólogos que melhor conhecem os Yanomami: Cláudia Andujar, Carlos Aquini, Bruce Albert, Alcida Ramos etc.. Entre os Macuxi esteve o antropólogo Paulo Santilli.
13. Segundo a CER, a barragem estaria sendo iniciada (ou pesquisas, é pouco claro) a 71 km do Parque Yanomami, mas, segundo a Funai a 38 km.
14. Revisão dos critérios de análise do crescimento da demanda que embasaram a construção da UHE-Paredão/Mucajaí. Num documento da CER, apresentado já como "estudo de viabilidade", lê-se que serão vários aproveitamentos, e não há previsão dos alagamentos, e a construção seria feita em apenas três anos. As obras atingirão a Floresta Nacional de Roraima. Há estudos previstos de impacto ambiental, mas o INPA estaria com receio de envolver-se. Quanto ao estudo de mercado, não parece ser profundo, o objetivo seria substituir termelétricas e "atrair empresários de outras áreas". Não há estudos de impacto sócio-econômico previstos.
15. Segundo o Jornal "O Roraima" de 14/02/85 o BNDES, em convênio com o Banco Mundial, estaria financiando estradas vicinais e asfaltamentos em Roraima. Há que se verificar onde, o seu impacto sobre áreas indígenas, e promover sua demarcação.

ESCLARECIMENTO:

O desejável é que os índios não sejam chamados a trabalhar nunca em obras hidrelétricas, ou outras estranhas a seu modo de vida. Quando se diz que os Macuxi poderão querer trabalhar na obra, o objetivo é, em primeiro lugar, buscar que não o façam. Como não será fácil evitar, e é impossível impedi-los, deve-se protegê-los das selvagens relações de trabalho que mantemos em nossa sociedade dita civilizada, em particular nestas grandes obras, onde não há outra coisa que a ilusão do "emprego", sem garantias de estabilidade ou outras, nem mesmo as previstas na já insuficiente legislação trabalhista brasileira. A construção civil brasileira é campeã mundial de acidentes de trabalho. O caso dos Macuxi poderá tornar-se uma exceção, caso os índios se apresentem como empregados. Neste caso, como em qualquer outro, aliciá-los para tal tipo de trabalho, em particular grupos de recente contato, constitui ato etnocêntrico e etnocida, que convém evitar por todos os meios ao alcance dos democratas.

UHE - SERRA DA MESA (GO) FURNAS

UHE - CANA BRAVA (GO) FURNAS

AVÃ - CANOEIRO

Atinge um grupo Avã-Canoeiro, arredios, isolados, sem contato e vivendo autonomamente. Não se sabe sua população atual.

Em telex-resposta a pedido da Eletrobrás e do Banco Mundial, Furnas nega a presença de índios nas proximidades (Eletrobrás 1986). Em contato telefônico, um dos técnicos admitiria a presença de "uma família".

Nenhuma das UHEs de Furnas previstas no PRS ou no plano 2000 contou com estudos de impacto sobre populações indígenas.

O caso das UHEs Cana Brava e Serra da Mesa constituem mais um exemplo acabado da prepotência exacerbada do setor elétrico. Em 06/05/1985 o diretor de Planejamento de Furnas, Benjamim Mário Batista, escreve a Funai: "informamos que nossos estudos de finiram na região em questão, as Usinas Hidrelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava, cujas áreas de reservatório, salvo melhor juízo, devem ser excluídas da reserva indígena pretendida. Interessa-nos ainda preservar as faixas de passagem de linhas de transmissão, que ainda não estão perfeitamente definidas, e que serão oportunamente informados". E ainda: "conforme se verifica pelo exame deste mapa, está ocorrendo interferências nas respectivas áreas de interesse, requerendo por parte de Furnas e Funai conversações mais detalhadas visando compatibilizar o uso das referidas áreas".

Não há dúvida que Furnas é parcialmente vítima da ineficiência da Funai em demarcar, garantir e localizar os grupos isolados, ainda mais no Rio Tocantins, hoje bastante conhecido. Em 06/05/1981, o Presidente da República autoriza Furnas a estudar aproveitamentos no Tocantins, antes área da Eletronorte. No entanto, o decreto não autoriza a fazer aproveitamentos em áreas indígenas.

Este incidente, é, mais uma vez, resultado da ausência de estudos de impacto sócio-econômico desde a fase de inventário de uma bacia. Os índios sempre lá estiveram, e não são responsáveis pelos desentendimentos e desacertos da Funai ou Furnas, agências desconhecidas pelos Avã-Canociros que recusam contato com os colonizadores.

Os índios estão nas imediações do local onde Furnas vem instalando-se. O uso de explosivos na área vem dificultando o trabalho de contato com os Avã-Canoeiro. No passado houve contatos fracassados com este grupo, talvez menos de uma centena, não se sabe. Para agravar este quadro, recentemente, a Funai simplesmente demitiu o antropólogo André Toral, que fora contratado para tentar o contato com estes índios que perambulam a menos de 300 km de Brasília, atacados por fazendeiros.

RECOMENDAÇÕES:

1. Interrupção dos trabalhos na área.
2. Localização da área ocupada pelos Avã-Canoeiros, interdição e garantias contra invasores.
3. Estudo de impacto sócio-econômico e ambiental sobre as terras dos índios da região, inclusive das linhas de transmissão e sub-estações.
4. Contratação de consultores independentes, antropólogos e advogados.

UIJE - VJRAMUNDO/CACHOEIRA PORTEIRA

P.I. Nhamundã-Mapuera

(Wai-Wai, Hixkariana, Kaxuyana e Isolados)

Tronco: Carib

(Vários dialetos, dominante Wai-Wai ou Parukoto-Charurmã)

População

1.000 a 1.200 (Cedi 1983)

(Mapuera) 705 (Miceb 1982)

Nas aldeias: 658 (Mello-Funai 1981)

(Cassauã) 500

110 (Cedi 1983)

(Porteira)

Grupos na Aldeia Cassauã:

Grupos no Mapuera: Wai-Wai, Katuena, Hixkariana, Xereu, Mawayana, Tiriyô, Karahawyana, Wapixana, Tunayana e outros.

Grupos na Aldeia da Porteira: Kuxuyana

(Cedi 1985) Wai-Wai 705 - A.Mapuera

Hixkariana 308 - A.Cassauã

Kaxuyana 24 - A.Porteira

Isolados:

Rio Jatapu - Xowiana, Turuwiana, Xereu.

Rio Mapuera - Mawayana, Akriana, Wai-wai, Karafawyana, Farikotô.

Rio Cachorro - Kaxuyana, Katuena, Tykyana, Mayfurixana, Txacuntã, Tunaiana.

Rio Erepecuru - Faskyana e Koroyana (Gallois-Cedi 1983)

Relação de aldeias Wai-Wai Isoladas (Mello-Funai 1981) nos rios Jatapu e Bracuxi:

Uaruã - Rio Marawanotu

Iuã - Ig. Karafatere

Maranaifô - Rio Marawamiti

Tiuitire - Rio Marawamiti

Iafu - Rio Tufurumen

Uarutire - Rio Tchequerere

Não há estimativas para estes numerosos grupos isolados, na junção dos Estados do Amazonas, Pará, T.F. de Roraima e nas vizinhanças do P.I. Nhamundã-Mapuera.

Estes grupos ainda não estão suficientemente conhecidos. Há o excelente trabalho de Dominique Gallois (Cedi 1983) e, atualmente, uma antropóloga ali realiza pesquisas: Catherine Howard.

LOCALIZAÇÃO:

O acesso é bastante difícil. Há três aldeias: Porteira, Mapuera e Cassauã, localizadas no Município de Oriximiná (PA), próximo à fronteira com a Guiana. Os índios ocupam o médio Mapuera e seus afluentes. A aldeia de Cassauã fica na margem direita do Nhamundã, já no Amazonas. Há uma outra aldeia, Hixkaryana na Cachoeira da Fumaça. E dezenas de grupos sem contato, como se viu.

HISTÓRICO DO CONTATO:

Há notícias sobre estes grupos desde os séculos XVII e XVIII, inclusive com a transferência de alguns para missões católicas.

No século XIX há referências de viajantes, como Coudreau, Henry, como "Voyage ou Yamundã" (1899-Paris); "Chez nos indiens" (1893-Paris); "Études sur les Guyanes et l'Amazonie" (1893-Paris).

Coudreau estimou os Wai-wai em três mil pessoas no final do século passado, quando sofreram forte depopulação, por epidemias e doenças contraídas em contatos eventuais com os colonizadores.

Apesar das frequentes invasões em seu território, os índios da região do Nhamundã-Mapuera conseguiram manter grande autonomia, embora dizimados pelas doenças.

CONTATO E MISSIONÁRIOS FUNDAMENTALISTAS:

As grandes modificações vieram na década de 50, com os missionários etnocêntricos da Cruzada de Evangelização Mundial. Primeiramente estabeleceram-se na Guiana Inglesa, na missão Kana shen, para onde atraíam numerosos índios, a partir dos Wai-wai, cuja língua estimularam como língua geral na região. O contato deu-se, assim, mais com expedições de reconhecimento, etnólogos, e, particularmente, com missionários.

Os índios contam (Mello-Lunai 1981) como os missionários

atraíram inicialmente um grupo de cinco jovens, através de brindes. Aprenderam a língua e voltaram um ano depois. Em 1971, a missão Kanashen foi expulsa da Guiana, e uma parte dos índios voltou ao Mapuera.

Na aldeia de Cassuã, a principal interferência é do Summer Institut of Linguistics (SIL). Ambas as seitas protestantes promovem grande esforço para unificar os índios em torno das aldeias onde se instalam. A partir de 1976, a MICEB veio instalar-se no Mapuera.

A influência das missões vem modificando o modo de vida dos índios do Nhamundã-Mapuera. Verifica-se o abandono da casa comunal e interferências nos sistemas tradicionais de liderança. As missões pretendem impor seus convertidos como lideranças religiosas, pastores "crentes". Há rituais protestantes várias vezes durante a semana.

FUNAI:

A presença da Funai na área é puramente figurativa. Na verdade, os índios são manipulados pelos missionários. Os funcionários da Funai apenas proibiram a interferência das missões na comercialização do artesanato, que seria um monopólio da agência do governo. Há alguma assistência à saúde, dividida com os missionários, mas não a altura das doenças disseminadas pelos invasores, e da pouca resistência dos índios.

A Funai apenas começou a interessar-se pelo P.I. Nhamundã-Mapuera, quando se iniciaram os estudos da Eletronorte, e consultoras, para o gigantesco complexo de barragens previsto para esta bacia.

SITUAÇÃO DE TERRAS:

A área não está demarcada, nem legalmente assegurada. Há duas propostas de definição, ambas precárias. Nunca houve um estudo aprofundado sobre a situação dos índios. Ambas propõem um território contínuo com as três aldeias, mas deixam de fora os numerosos grupos isolados das imediações, no entanto, bem conhecidos pelos índios já contatados, com os quais os isolados chegam a manter laços de parentesco. Deixam de fora, também, vários acampamentos de caça e roças antigas dos índios, forçados a al

deixarem-se em volta dos norte-americanos. Entre as áreas não incluídas, encontra-se, por exemplo, a antiga aldeia dos Karafawya atraídos para o Mapuera, e que viviam na foz do Baracuxi, onde há outros grupos sem contato, encontrados por uma expedição da Funai em 1982 que, ao percorrer pequena parte do vale dos rios Trombetas e Jatapu, encontrou numerosas aldeias e roças.

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

São as tradicionais dos povos indígenas da Amazônia, caça, pesca, agricultura e coleta. Com o advento dos missionários, e da Funai, passaram a comercializar artesanato e conseguir algum dinheiro com trabalhos remunerados para as missões, a Funai e, nos últimos anos, para mineradoras e a Eletronorte. Evidentemente, em nenhum caso, estas remunerações respeitam leis trabalhistas ou qualquer outra obrigação de respeito humano. Alguns índios andaram servindo também a castanheiros na região.

INVASÕES:

São inúmeras, e jamais houve estudos sérios por parte da Funai. Em particular na região da Aldeia da Cachoeira Porteira, há notícias de invasões por garimpeiros, castanheiros e seringueiros. Fala-se em projetos de colonização e agropecuárias, mas não há estudos utilizáveis.

MINERAÇÃO:

A Docegeo iniciou lavra de cassiterita acima de aldeia do Mapuera. Há pelo menos duas autorizações de pesquisa em áreas de grupos isolados.

Foram concedidos 23 alvarás de pesquisa na área, sobre mais de 600 mil hectares dos cerca de 1 milhão interditados para uso indígena.

ELETRONORTE:

O impacto sobre os índios já começou. Sem maiores delongas foram abertas, em 1981, 35 clareiras, de um total de 120 previstas. A Funai colaborou sem maiores discussões sobre suas obri

gações ou os direitos indígenas. Instalou-se no local uma base de apoio para as pesquisas, clareiras para helicóptero etc., em plena área interdita.

A equipe da Funai que acompanhou a Eletronorte elaborou um relatório "exemplar" sobre a ação do órgão nestes casos. Assinado pela antropóloga do órgão, Lúcia Helena Soares de Mello (1981), diz que "a receptividade do grupo face a presença da sociedade nacional foi total" (Sic).

A Funai simplesmente escolheu o culto protestante dominical para falar aos índios. A tudo que diziam os funcionários, os índios respondiam: "Kiruani", bom, belo, bonito. É óbvio que os índios não estavam entendendo nada. A equipe da Funai, literalmente, colocou os índios para trabalhar para a EngeRio, uma consultora da Eletronorte, em troca de camisas e outras bugigangas. A mesma autora explica, com clareza, diga-se, o porquê da subserviência dos índios à invasão de suas terras:

"De acordo com uma abordagem êmica (?) verifica-se que a receptividade Wai-wai se justifica, à medida que o intenso contato com os missionários, serviu de preparo a presença do homem branco, especialmente, por meio da difusão dos princípios básicos da crença protestante, como, por exemplo, a divulgação de que todos somos irmãos perante Deus" (Sic-Funai 1981).

Amaciados pelos missionários, sem nenhuma dificuldade, pôs-se a Funai a dispor de seus braços e terras a serviço da Eletronorte. Na segunda expedição a Funai constata a presença de 40 índios trabalhando por salários de fome, para a abertura de uma pista de pouso. O relatório da Funai considera o alagamento benéfico para os índios, por "eliminar trechos ençachoeirados" (Sic).

Ainda: "Uma abordagem êmica (Sic) revela que dificilmente o grupo aceitará a idéia de dar continuidade a atual localização da aldeia a beira do lago, que embora piscoso (?), representará uma mudança significativa na adaptação do grupo face ao ecossistema" (Funai 1981).

O caso Nhamundá-Mapuera constitui um exemplo da "ação conjunta" Funai/Eletronorte contra os interesses indígenas. Pelo menos, desde 1981, a Funai e a Eletronorte sabiam, e pretendiam, inundar a área indígena. Nunca foi discutida a questão jurídica das garantias legais e constitucionais, sobre o usufruto pleno dos índios.

As terras não estavam, e não foram, demarcadas. Nem se

pensou em indenização ou reparação de qualquer tipo aos Índios, embora os alagamentos previstos serão importantes, e deverão chegar até a aldeia do Mapuera, não se sabendo seu efeito sobre as outras aldeias. Não se estudou os demais aproveitamentos e os efeitos sobre os grupos isolados.

RECOMENDAÇÕES PREVENTIVAS:

1. Imediata indenização pelas clareiras e outros prejuízos trazidos aos Índios nos trabalhos de pesquisa da Eletronorte/EnergRio inclusive pelo uso da mão-de-obra com remuneração incompatível, e em desacordo com a lei 6001/73.
2. Imediata interrupção de qualquer utilização do trabalho indígena em suas próprias terras.
3. Reavaliação técnica do complexo de Hidrelétricas nas bacias próximas ao P.I. Nhumundá-Mapuera.
4. Interrupção dos trabalhos até a localização e garantia de pleno usufruto às terras dos grupos isolados e sem contato da região.
5. Contratação de uma equipe de antropólogos e advogados para reestudo das áreas de ocupação indígena com vistas à sua demarcação e homologação.
6. Caso insista-se em ali construir, comprovação da ausência de alternativas, nos termos do Artigo 20 do Estatuto do Índio (Lei 6001/73).
7. Substituição da assistência de caráter privado das seitas missionárias etnocêntricas, por uma política indigenista respeitosa do ser humano, das diferenças culturais, em acordo com a legislação em vigor, e os acordos internacionais de que o Brasil é cosignatário.
8. Revogação dos alvarás de mineração nas áreas de presença indígena, e indenização pelos prejuízos já causados.
9. Equipe permanente de vigilância contra invasões nas áreas dos Índios isolados, e do P.I. Nhamundá-Mapuera.
10. Equipe de consultoria, composta por advogados e antropólogos para assessorar os Índios em negociações com a Funai e a Eletronorte.

ADENDO:

Para que se tenha uma idéia da irresponsabilidade da Eletronorte, é suficiente ver-se o telegrama de resposta ao pedido de informações da Eletrobrás, sobre o impacto social da UHE-Viramundo/Porteira. No citado documento, de abril de 1986, via telex, a pedido do Banco Mundial, a Eletronorte responde: "População humana atingida, urbana, rural, ou indígena: não há." Como se viu acima, desde 1981, a Eletronorte/EngerRio está em contato direto com os índios, com a benevolência da Funai.

UHE - SAMUEL (RO) - ELETRONORTE

A.I. Urucu-Wau-Wau e Parque Indígena Pakáa-Nova.
Grupos Isolados e Desaldeiados.

População:

500 a 1.000 (Polonoroeste 1984)

Urucu-Wau-Wau-língua Tupi-Kawahib, próxima aos Parintintim e Tenharin.

Isolados:

Há pelo menos três grupos isolados e sem contato nas imediações da UHE-Samuel: um grupo Karitiana ou Ariken, entre o Jamari e o Candeias; um grupo denominado pela Funai Urupa-in, e um terceiro, chamado Miguelenos.

Desaldeiados ou dispersos:

A partir dos anos 1930 houve numerosos postos do S.P.I. na região do rio Jamari, várias vezes interditado devido a presença indígena. O mais importante deles foi o Posto Indígena Rodolfo Miranda, que deu origem à cidade de Ariquemes. Lá foram reunidos vários grupos ou sobreviventes, entre eles os Ariken. Com o desaparecimento do posto, os índios dispersaram-se pela região, hoje ocupada pelas maiores mineradoras de cassiterita do País, como a Brumadinho, Paranapanema e a Brascan. Nunca foi feito, sequer uma tentativa, nas últimas décadas, de recontatá-los ou garantir-lhes a porção de terra a que têm direito.

HISTÓRICO:

Desde o início da colonização da Amazônia, todos os viajantes relatam as numerosas aldeias indígenas existentes no Madeira, e em seus afluentes, como o Jamari e o Ji-Paraná. A partir do século XVIII, o Madeira foi utilizado como via de navegação ao Amazonas.

A colonização, no entanto, deu-se mais pelas margens dos grandes rios. O Jamari, por exemplo, foi sempre evitado, devido às cachoeiras que dificultavam a navegação. Estes grupos resistiram bravamente às incursões dos colonizadores, inclusive à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no final do século passado.

Terminaram por refugiar-se nas nascentes dos rios, em torno da Serra de Pakaas-Novas e Uopianes, no centro de Rondônia. No início deste século travaram violentas batalhas com seringalistas. A missão Rondon, nas primeiras décadas do século, ao fazer o levantamento dos rios, foi várias vezes atacada por estes índios.

Na décadas de 40 e 50 o S.P.I. conseguiu "pacificar" algumas aldeias. Todos os que aceitaram o contato, foram dizimados pela doença e perderam suas terras, como os Arara do Jaci-Paraná e Mutum-Paraná, e os Boca-Preta, contatados nos rios Anari e Machado. Um dos grupos Boca-Preta, foi contatado exatamente na Cachoeira de Samuel e no Igarapé Nova Floresta. Outros tiveram ainda pior sorte, como os massacrados pelas expedições punitivas, como a do Seringalista Chaves, em 1956, que matou 120 índios, segundo declarou à imprensa, além de Manuel Lucino, processado pelo assassinato de 38 índios, e preamento de dezenas de mulheres e crianças.

De Cachoeira de Montenegro, para as nascentes, jamais alguém conseguiu instalar-se no alto e médio Jamari. O filho do Marechal Rondon, Benjamin Rondon, escreveu em 1945 ao S.P.I. informando sobre a presença de numerosos grupos indígenas em torno da Serra de Pakaas-Novas. Na década de 60 o seringalista Flodoal do Pinto tentou instalar uma fazenda no planalto de Alta Lídia: os índios mataram o gado, e mataram e feriram os vaqueiros.

CONTATO:

Afinal, a partir de 1981, uma equipe de "atração" da Funai, conseguiu o contato com um dos grupos Urueu-Wau-Wau, também chamados de Oro-in, Boca-Preta, Onça, Jaguar, Acanga-Piranga, Parintintin e etc.

Os Urueu-Wau-Wau carregam imenso ódio ao colonizador, e estão longe de estar "pacificados", uma vez que não conseguem pacificar o colonizador. Nestes últimos dois anos, a Polícia Federal recebeu notícias da morte de pelo menos dois índios, nas proximidades do Rio São Miguel. Por inércia da Funai, nada foi feito.

Os Urucu-Wau-Wau, vingando antigos massacres, mataram um geólogo e feriram seus acompanhantes em novembro de 1984. Neste ano de 1986, mataram dois garimpeiros e apreenderam seu barco. No mês de abril, mataram ou feriram, ainda se investiga, dois colo

nos que invadiram suas terras a partir das linhas 635 e 84 do Projeto Jaru do INCRA. De 1979 até hoje, pelo menos quatro invasores foram mortos na região do Projeto Burareiro, na altura do Igarapê Nova Floresta, na Bacia do Jamari. A Funai mantém, hoje, contato com uma aldeia, e contatos esporádicos com quatro outras, cerca de 300 índios.

SITUAÇÃO DAS TERRAS:

Levantamentos feitos pelo Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura e a Embrapa, atestam que a baixa qualidade dos solos na região ocupada pelos Urueu-Wau-Wau as torna impraticáveis à colonização. Apesar disto, os interesses eleitorais e econômicos insistiam em colonizar a região. Vários são os projetos do INCRA, alguns financiados pelo Polonoroeste, que entraram em terras dos Urueu-Wau-Wau, devido a omissão e falta de recursos e quadros da Funai. É o caso, pelo menos, dos projetos Burareiro, Adolfo Rhol, Jaru, Ouro Preto, Bom Princípio, Samauma e Soldados da Borracha.

Após vários conflitos, houve uma interdição da área, administrativamente, pela Portaria 5081/1979, da Presidência da Funai. Em 1984, um Decreto Presidencial interditou 1.800.000 ha para os Urueu-Wau-Wau, coincidentes em 800.000 ha. Com o Parque Nacional de Pacaas-Novos, do IBDF. A citada área seria, através de convênio, protegida e administrada pela Funai e IBDF, e demarcada pelo Exército. Este ainda não concluiu a demarcação, e o convênio existe apenas no papel.

No entanto, além da presença indígena, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (IMPA-Manaus), fez vários estudos advertindo sobre os riscos de desmatamento nas nascentes dos principais afluentes dos grandes rios de Rondônia, como o Guaporé, Mamoré e Madeira, em sua maioria saindo da Serra de Pacas Novas. Por essa razão, em 1979, a Presidência da República havia criado o Parque Nacional de Pacaas-Novos, hoje coincidente com a área indígena Urueu-Wau-Wau. Apesar de ser de interesse nacional, são numerosos os desmatamentos na área.

INVASORES:

A demarcação iniciou, mas são numerosos os prolongamentos

dos diversos projetos do INCRA na área da Funai e do IBDF. Some-se a isto a ação das mineradoras, que prolongam suas lavras sobre as áreas indígenas, em particular no norte da área, exatamente nas proximidades da UHE Samuel. A Brumadinho, por exemplo, chegou a abrir uma estrada de 20 km, prolongando uma de suas lavras dentro da área indígena.

Some-se ainda as grandes empresas, as pequenas, e grupos de garimpeiros, ou subcontratadas como a Mineração Pompéia, que tentam pesquisar na área e fazem incursões. Recentemente a Funai descobriu uma pista de pouso, a partir da qual um grupo de garimpeiros propunha-se a atrair os índios com brindes, e explorar a área.

Além do INCRA, das mineradoras, mais recentemente os Urueu-Wau-Wau e o IBDF afrontam-se com madeireiras, como a Urupã, que com tratores e caminhões derrubou 7.500 toras de mogno, apreendidas pela Funai nas proximidades do Projeto Jaru do INCRA, cujas linhas estão na origem da maioria das invasões. Rondônia é uma das últimas reservas de mogno do mundo, madeira sem nós, de alta cotação no mercado internacional, medida ao quilo para exportação.

UHE SAMUEL E ELETRONORTE:

Em outubro de 1985, no Seminário para discussão do 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia, no Museu Goeldi, a Funai e a Eletronorte afirmaram, acerca do impacto da UHE-Samuel sobre populações indígenas: "Os grupos indígenas Urupa-in e Urueu-Wau-Wau, embora se localizem às margens do Jamari, desconhece-se o número deles e a localização de suas aldeias, daí não se prever o atingimento de suas áreas" (Relatório Eletronorte 1985).

Neste ano de 1986, em resposta a pedido da Eletrobrás, via telex, a Eletronorte responde: "população indígena: não há", referindo-se à área da UHE-Samuel.

Nenhum levantamento convincente sobre a presença indígena foi feito nas imediações da UHE-Samuel. De fato, tem-se a impressão que os índios, pressionados pelos seringueiros, garimpeiros, e matciros, refugiaram-se para o médio e alto Jamari. É inegável que Samuel se localize em seu território.

Mesmo que passemos por cima deste "detalhe", o que já é grave, é inadmissível, que não foram feitos estudos sobre as con

seqüências de tal empreendimento sobre os índios. Há que ser avaliado, antes de mais, que se prevê dois aproveitamentos: a Cachoeira de Samuel, propriamente dita e a de Monte Cristo. Não há garantias de que os alagamentos não cheguem aos índios.

Mesmo que as terras não fossem alagadas, o impacto continua existindo. Em primeiro lugar, porque a barragem mudará o ciclo dos peixes, essenciais à vida dos índios, que pescam no médio rio e nas nascentes; em segundo lugar, porque a presença, ainda este ano, de mais de 2.500 trabalhadores nas imediações da área indígena não se dará sem distúrbios aos índios; em terceiro lugar, porque os colonos, ao perderem terras, tentarão invadir área indígena ou do IBDF, aliás como vem ocorrendo; em quarto lugar: porque não há estudos aceitáveis de prevenção ao impacto, nem das barragens, nem das linhas de transmissão.

RECOMENDAÇÕES:

1. Reestudo dos aproveitamentos na região Noroeste do País: para que, simultaneamente, Ji-Paraná, Samuel e Ávila? Não há outra alternativa para Rio Branco (Acre)?
2. Avaliação do impacto da UHE-Samuel sobre os índios isolados, dispersos ou em fase de contato.
3. Término da demarcação dos Urueu-Wau-Wau e Parque Nacional de Pacaas-Novos.
4. Aplicação e renovação do convênio Funai-IBDF, com dotação orçamentária específica para defesa da área.
5. Localização dos grupos isolados entre os rios Candeias e Jamarí e nas proximidades da área.
6. Convênio Funai-Incra-IBDF para reinstalação de colonos deslocados com ocupação de mais de um ano, da área Urueu-Wau-Wau.
7. Retirada de madeiras, mineradoras e agropecuárias da área.
8. Defesa Jurídica dos Urueu-Wau-Wau contra o grupo José Arantes, com sede em São Paulo.
9. Postos de Vigilância ao norte da área, prevenindo invasões.
10. Campanha para esclarecimento da população de Rondônia sobre os riscos de desmatamento das nascentes das Serras de Pacaas-Novos e Uopianes.

UHE - MANSO (MT)

A.I. Bakairi
Língua Carib

No relatório final do Seminário para o 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia, afirma-se que a "Usina Manso, em fase de projeto básico, não atingirá áreas ou grupos indígenas conhecidos".

Mais recentemente, no entanto, técnicos da Funai afirmam que poderia atingir os Bakairi. O fato é que não houve plotagem no mapa do alagamento, linhas de transmissão e etc..

Aparentemente, o maior impacto será no A.I. Santana.

Há duas áreas Bakairi: A.I. Bakairi, no Município dos Guimarães, com uma população de 312, e a A.I. Santana, no Município de Nobres, com 136 índios, num total de 448, segundo as pesquisas do antropólogo Reinaldo Vieira de Arruda da avaliação do Pólonoroeste.

HISTÓRICO DO CONTATO:

Há notícias de contatos interminentes com os Bakairi desde o século XVIII na mesma região, com a descoberta de ouro em seu território sofreram várias frentes de invasão e conflitos também com grupos vizinhos como os Kaiabi. No final do século XIX, enfrentaram-se com os seringalistas, que invadiram suas terras nos rios Arinos e Paranatinga. Mais tarde a região foi ocupada por grandes agropecuárias (Arruda 1983). Os índios chegaram a trabalhar, semi-escravizados, para os invasores, depois de submetidos. Mais tarde passaram a ter o SPI, e a South American Indian Mission.

SITUAÇÃO DE TERRAS:

P.I. Santana: 6.323 ha, embora o Decreto Estadual previsse uma demarcação de 9 mil ha (1905).

P.I. Bakairi: 49.989 ha (1981).

Ambas as áreas Bakairi foram demarcada há muitos anos e já não se reconhecem os limites. As marcas desapareceram e as picadas de demarcação necessitam ser refeitas.

INVASÕES:

Há numerosas invasões nas duas áreas Bakairi e indefinição de limites. No P.I. Bakairi, o principal invasor é a Fazenda Elca Flora, que se aproveita da inexistência dos marcos de divisa.

No P.I. Santana, os principais invasores são: Fazenda Santa Clara, Fazenda Morada de Deus e o Projeto Pacoval, da empresa Barra Fértil Colonizadora e Imobiliária Ltda. (Arruda 1983).

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Há três modelos superpostos de organização do trabalho: o tradicional; caça, pesca, coleta e agricultura familiar; trabalho como peões diaristas ou bóias-fria, nas fazendas da região, e, finalmente, nas roças extensivas da Funai. Um dos projetos da Funai de criação de gado, fracassou como trabalho coletivo, e os animais foram redistribuídos entre os núcleos familiares.

Os Bakairi já se habituaram ao consumo de alguns produtos industriais e procuram sempre obter alguma renda monetária para adquiri-los.

IMPACTO POSSÍVEL:

Não houve estudos razoáveis sobre o impacto da UHE - Manso sobre os Bakairi ou outros grupos do Mato Grosso.

No plano de ação conjunta Eletronorte-Funai (1981), admite-se que a UHE-Manso atingirá os Bakairi. No relatório de 1985, diz-se: "A Usina Manso, em fase de projeto básico, não atingirá áreas ou grupos indígenas conhecidos". Em resposta ao telex da Eletrobrás, a Eletronorte responde "população indígena: não há" (1986).

RECOMENDAÇÕES:

1. Plotagem no mapa da UHE - Manso com as áreas indígenas da região para definir o alagamento.
2. Mesmo que não haja alagamento direto, há que se verificar se não atinge os rios.
3. Estudar medida contra invasões, dado ao aumento de migração

que a usina acarretará.

4. Plotar estradas, linhas de transmissão, sub-estações e outras atividades conexas à usina.
5. Proceder a classificação dos limites das duas áreas Bakairi, retirando os invasores.
6. Contratar consultores para assessorar os índios nas negociações com a Elettronorte e a Funai.

UIE - ITAIPU - 50 Hz - 9 x 700MW - 6300MW

UIE - ITAIPU - 60 Hz - 9 x 700MW - 6500MW

ITAIPU BINACIONAL

Grupo Indígena: Avã-Guarani

Área Indígena: Ocoí-Jacutinga

Há numerosos Chiripa e Mbyá Guarani relocados no caso Itaipu, no Paraguai. Não serão estudados aqui por falta de dados atuais. Sabe-se, assim mesmo, que sua situação está longe de solução satisfatória. Foram reassentados com a solidariedade de fundos de Igrejas da Europa. Nem a Itaipu Binacional, nem o Instituto Nacional del Indígena (INDI), do Paraguai, ocuparam-se destes índios, assistidos por indigenistas voluntários do projeto Guarani.

POPULAÇÃO DA A.I. AVÃ-GUARANI:

No Município de São Miguel do Iguacú, 97 índios. No entanto, na área Ocoí-Jacutinga, estes Guarani dispunham de mais de 1.500 ha, alagados pela Itaipu Binacional, sem terem recebido a faixa de terra equivalente, prevista pela Lei 6001/73 e pelas convenções internacionais. Receberam apenas 230 hectares (Funai 1985), demarcados em 1982.

HISTÓRICO DO CONTATO:

Não resta dúvidas sobre a presença dos Guarani na Bacia do Paraná, relatada em diversos estudos. como os de Curt Nimunen daju, Alfred Metraux, Branislava Susnik, Herbert Baldus, Egon Schaden, Hélène Clastres, Bartolomé Meliã, Clovis Lugon, Maria Cecília Helm, Edgard de Assis Carvalho, entre outros.

Depois de passarem pelas missões e reduções jesuíticas desde o século XVII, permaneceram ilhados e dispersos em pequenos grupos, em meio aos colonizadores (Carvalho, 1981). A Funai reconheceu algumas de suas áreas, e deixou grande parte à sua sorte, geralmente realizando trabalhos eventuais como reserva de mão-de-obra, e vivendo de caça, pesca e rocas familiares.

FUNAI:

A Funai apareceu na área do Ocoí-Jacutinga, quando o alargamento de Itaipu era coisa resolvida. Restringiu-se a colaborar com a Itaipu Binacional para reduzir as terras ocupadas pelos índios.

"Malgrado essas características, por si sô atestadoras de sua indianidade - afirma Carvalho, Edgard de Assis (1981) -, esses índios foram alcançados pelo emprego facista de indicadores aplicados por pseudo-antropólogos do órgão tutelar, o que foi noticiado pela "Folha de São Paulo," no mês de setembro último, munidos de um conjunto de itens formais que atestam de alguma a historicidade de qualquer grupo indígena deste País, os Guaraní do Ocoí também receberam o seu diploma de índios. Mas esse diploma foi concedido a apenas cinco, aos quais se pretende outorgar títulos gratuitos, porque índios: Fernando Martinez, com 4 ha (encontra-se no Paraguai); Maximo Vilhelba, 5 ha (atualmente em Rio das Cobras; Salécio Rosa, 6 ha (atualmente no Paraguai).

Os demais foram sumariamente desclassificados".

CIMI E ABA:

Durante todo o episódio da criminosa transferência dos índios, estes foram apoiados pelo CIMI e antropólogos da ABA, conseguindo algum resultado.

IMPACTO:

Como se viu, a área indígena do Ocoí-Jacutinga foi totalmente inundada, em 1.500 ha. Das 27 famílias que ali sobreviviam, apenas 13 permaneceram resistindo (os demais dispersaram-se). Estes últimos foram reassentados na área Avã-Guarani, de 250 ha, criada para o efeito.

RECOMENDAÇÕES:

1. Reavaliação, através de consultores, da situação em que ficaram os índios do Ocoí-Jacutinga, com vistas à correção de sua indenização, em terras e bens equivalentes.
2. Contratação de consultores, antropólogos e advogados, para uma avaliação da situação dos índios do Paraguai, atingidos pela Itaipu Binacional. Estes consultores deverão trabalhar com o Projeto Guarani.

UIIE - MACHADINHO - ELETRÓSUL

Área Indígena Ligeiro: Kaingang

População: 647 (UFSC 1980)
840 (Funai 1984)
896 (Funai 1985)
Rio Grande do Sul/Município de Tapejara.

HISTÓRICO DO CONTATO:

O Sul do País foi colonizado apenas a partir da segunda metade do século XIX. Antes, os índios mantinham contatos com diversas missões jesuítas e resistiam às tentativas de escravização dos Bandeirantes.

Com a chegada dos colonizadores, em sua maioria alemães e italianos, o conflito pela ocupação da terra agrava-se, tentou-se sempre agrupar os índios em reservas, o que nunca foi conseguido. O objetivo da concentração era um maior controle (UFSC 1980).

INVASÕES:

No início deste século, algumas áreas indígenas foram demarcadas, entre elas a A.I. Ligeiro. Mas seus limites não foram respeitados: em 1975, "os intrusos ocupavam 1.495,7 ha, isto é, 39% do total da área" (UFSC 1980). A maioria eram arrendatários. De 1975 a 1978, os índios realizaram, com sucesso, um movimento pela retirada de invasores em várias áreas do Sul do País, obtendo sucesso, inclusive na A.I. Ligeiro.

LIGEIRO DAS TERRAS:

A A.I. Ligeiro encontra-se legalmente assegurada desde 1909 e foi demarcada em 1981, pelo SPI, com 4.552 ha (Funai 1985).

FUNAI:

A presença da Funai, em substituição ao SPI, é permanente na área, com um chefe de posto, professor e enfermeiro, e vários índios assalariados como monitores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Os índios da A.I. ligeiro, como é o caso de numerosos grupos de contato mais antigo, mantêm suas formas tradicionais, como a caça, pesca, coleta e agricultura familiares, combinadas com trabalhos como diaristas para os fazendeiros da região e nas plantações extensivas estimuladas pela Funai.

IMPACTO DA BARRAGEM:

A Eletrosul tem convocado o curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Santa Catarina para levantamento de impacto de suas obras na região. Em 1979, a UFSC participou de um levantamento do impacto de várias barragens previstas para a região da Bacia do Rio Uruguai. Destes, foi dada prioridade para a de Machadinho, cujos estudos, acerca do impacto sobre os índios, foi feito por uma equipe coordenada pelo prof. Sílvio Coelho dos Santos.

A UHE-Machadinho deverá inundar 188 ha, ou seja, 5% do P.I. Ligeiro. Trata-se de uma área rica em árvores e recursos naturais e serão alagadas também duas casas e quatro roças, na região da A.I. Ligeiro conhecida como setor Rondon. Nesse setor moram 45 índios. Uma importante estrada de acesso aos centros urbanos, essencial ao escoamento da produção, também será inundada, assim como duas pontes.

Os índios temem o aumento da pressão dos regionais e vizinhos sobre suas terras, com a diminuição da área agricultável, provocada pela barragem. Durante a visita dos pesquisadores (UFSC 1980) os índios listaram uma série de reivindicações, principalmente veículos, motores e animais. Pedem a entrega do título de propriedade aos índios, direito de pesca na borda do lago, novas residências, luz elétrica gratuita por 15 anos e implementos agrícolas (UFSC 1980).

Apesar de, neste caso, existir um fato positivo, como é o estudo preventivo, as coisas não estão totalmente resolvidas. Em conversa telefônica com a Funai, em Porto Alegre, foi-nos informado que "tudo estava resolvido, uma vez que a Funai já providenciou a remoção de uns barracões existentes na área de inundação".

O argumento da Eletrosul de que, por tratar-se de uma zona de minifúndios, é difícil indenizar os índios, não resiste a

uma análise mais detida. Não se tem, por exemplo, um levantamento das propriedades vizinhas, verificando-se se um deles, ou vários, não estariam dispostos a vender o equivalente ao que perderão os índios. O argumento não procede também quanto à escolha do local, não parece totalmente resolvida a questão do estudo de alternativas, previsto pelo Artigo 20 da Lei 6001/73.

A indenização em terra igual ou equivalente, além das indenizações em bens, previstas pelos índios, parece-nos indispensável. É urgente atualizar os dados colhidos pela UFSC em 1980 sobre as negociações intermediadas pela Funai-Eletrosul, diretamente com os índios, sem o apoio de advogados ou antropólogos, salvo melhor informação.

RECOMENDAÇÕES:

1. Reavaliação das alternativas.
2. Indenização em terra equivalente.
3. Indenização em bens, conforme listados pelos índios, desde que corresponda ao inventário feito por juristas a serviço dos índios, o que poderá aumentar a quantia a ser dispendida pela Eletrosul.
4. Reavaliação das negociações feitas com os índios nos últimos seis anos.
5. Contratação de antropólogos e advogados independentes da Funai ou Eletrosul para assessorar a comunidade.
6. Prevenção ao impacto dos canteiros sobre esta e outras áreas indígenas da região.
7. Avaliação do impacto da UHE-Machadinho nas áreas indígenas vizinhas.
8. Defesa das áreas contra invasões e conflitos com agricultores a serem desalojados pela UHE-Machadinho.
9. Reavaliação das demais UHEs previstas pela Eletrosul, e seu impacto sobre as áreas indígenas; atualização do estudo feito pela UFSC em 1978.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. 1983 - Relatório de Avaliação da Situação Bakairi. FIPE-USP/Avaliação do Polonoroeste. São Paulo.
- ASPELIN, Paul. 1982 - Too Much Light: Hydroelectric Development in Brazil, in Anthropological Resource Center (ARC), p. 9-14, Boston, EUA.
- _____. 1982 - Social Impact Assessment in Hydroelectric Power Development in Southern Brazil, in Indian SIA, Michigan p. 338-370.
- _____. 1982 - Para que colocar barragens em áreas indígenas? in O Índio perante o Direito, Florianópolis, Editora UFSC, p. 99-110.
- _____. 1981 - Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil. IWGIA - Document 44, Copenhagen, Denmark.
- BANCO MUNDIAL. 1984 - Política y Procedimientos Ambientales del Banco Mundial. Washington, EUA.
- _____. 1986 - Management of wildlands as environmentally important areas. BM Washington, EUA.
- _____. 1984 - Environmental requirements of the World Bank. Washington BM (Mimeo).
- BID - INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. 1984 - Annual Report. Washington, EUA.
- CAGNIN, João Urbano. 1985 - Hidrelétricas da Amazônia: uma proposta socialmente eficiente, in Revista Brasileira de Tecnologia, CNPq, Brasília, p. 15-24.
- CARVALHO, Edgard de Assis. 1981 - Avã Guarani do Ocoí-Jacutinga. ABA/CIMI/ANAI-PR/PUC-SP, São Paulo.
- CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. 1982 - Waimiri Atroari - A história que ainda não foi contada. Brasília.
- CARVALHO, Maria do Rosário. 1982 - Um estudo de caso: os índios Tuxá e a construção da Barragem em Itaparica, in O Índio perante o Direito, com DOS SANTOS, Silvio Coelho (organizador) p. 117-129. Editora da UFSC, Florianópolis.
- CEDI - CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. Povos Indígenas no Brasil. 1985 - nº 8 - Sudeste do Pará (Tocantins). CEDI, São Paulo.

CEDI - CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. Povos Indígenas no Brasil. 1983 - nº 3 - Amapá/Norte do Pará. CEDI, São Paulo.

_____. 1981 - nº 5 - Javari. CEDI, São Paulo.

CER - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RORAIMA S.A.. 1984 - Usina Hidrelétrica de Paredão. Estudo de Viabilidade. Boa Vista (Mimeo).

CESP - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO. 1985 - São Paulo/Energia, Revistas nºs 16 a 20.

_____. 1985 - Anexo 2 - Populações Humanas e infra-estrutura regional. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Comissão Técnica de Barragens e meio ambiente. Rio de Janeiro.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. 1981 - Hidrelétrica de Balbina: um acordo genocida entre Brasil e França. CIMI/Itacotiara.

_____. 1980 - Parakanã. CIMI Norte II - Belém.

_____. 1984 - Tucuruí Urgente. CIMI-Norte II - Belém.

CONAGE - COORDENAÇÃO NACIONAL DOS GEÓLOGOS e CEDI. 1986 - Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia. CEDI/CONAGE, São Paulo (Mimeo).

CONSEMA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. 1985 - Áreas Naturais do Estado de São Paulo. Consema.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 1986 - Os índios no direito brasileiro hoje. CPI-SP.

DAVIS, Shelton H. 1984 - Indigenous Peoples, development, planning, and socio-environmental assesment: some lessons from the United States, Canada, and Peru. Washington (Mimeo).

_____. 1985 - Indigenous Peoples, environmental Protection, and instainable development. World Bank, Washington.

DRUCKER, Charles. 1982 - The Chico River Dams: the power of Indigenous peoples, in Global Report, p. 5; ARC, 1(2), Boston, EUA.

DIÁRIO OFICIAL. 1986 - Conselho Nacional do Meio Ambiente: Resolução nº 001 de 23/01/1986.

_____. 1985 - Ação Civil Pública, 24/07/1985.

ELETRONORTE. 1986 - Programa de atividades de meio ambiente para a área da UHE-ISA. Anexo I (Mimeo).

- ELETRONORTE. 1985 - Polit-Kit, II(3), abril. O novo perfil da Amazônia. Brasília.
- _____. 1980 - Usina Hidrelétrica de Balbina. Enge-Rio e Eletronorte.
- _____. 1980 - Aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingú. CNEC/Eletronorte. Brasília.
- _____. 1980 - The Altamira Hydroelectric Complex. CNEC/Eletronorte, Brasília.
- ELETROBRÁS. 1984 - Relatório Anual. Rio de Janeiro
- _____. 1983 - Bibliografia de trabalhos relativos ao meio ambiente realizados pelas empresas do setor elétrico. Rio de Janeiro.
- _____. 1985 - Principais Usinas
- _____. 1985 - Manual de estudos de efeitos ambientais dos sistemas elétricos. Rio de Janeiro, maio (Mimco).
- _____. 1986 - Áreas aproximadas dos reservatórios planejados do PRS. Rio de Janeiro (Documento).
- _____. 1985 - Estatuto. Rio de Janeiro.
- _____. 1986 - Dados sobre as UHEs do PRS. Rio de Janeiro (Telex).
- _____. 1985 - Plano de recuperação do setor de energia elétrica (PRS). Rio de Janeiro.
- _____. 1982 - Plan 2000 - Plan to supply electric energy requirements up to the year 2000. Rio de Janeiro.
- ELETROSUL - CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL e CNEC - Consórcio Nacional. 1981 - Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai. São Paulo.
- FERRAZ, Iara. 1982 - State action and the Gaviões of Pará, in Anthropology Resource Center (ARC), Bulletin 11, p. 17-17, Boston, EUA.
- FUNAI. 1986 - Hidrelétricas em áreas indígenas. Brasília.
- _____. 1981 - Plano de ação conjunta - Eletronorte/Funai. Estudos preliminares. Brasília (Mimco).
- _____. 1984 - DPI - Situação das terras indígenas do Brasil. Dados estimativos. Brasília
- _____. 1985 - Situação das terras indígenas do Brasil. Dados Estimativos. Brasília, DPI/FUNAI.
- _____. 1981-1984 - Aproveitamento hidrelétrico no Rio Cotingo. Documentos.
- _____. 1984 - Terra indígena Yanomami. Documentos. Brasília, Funai (Mimco).

- FUNAI. 1978 - Projeto de ampliação das reservas indígenas Apiakã e Kaiabi. Missão Anchieta/Funai.
- GOLDEMBERG, José. 1979 - Energia no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.
- GOODLAND, Robert. 1982 - Tribal peoples and economic development human ecologic considerations. World Bank, Washington.
- _____. 1983 - Stop the dams - Tucuruí and the hope for change, in Global Reporter, 1(2): 7, Boston, EUA.
- _____. 1986 - Environmental aspects of Amazonian development projects in Brazil, in Interciencia, 11(1), Caracas.
- _____. 1978 - Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, Tio Tocantins, Amazonia, Brazil, Eletronorte, Brasília.
- _____. 1985 - Environmental aspects of hydroelectric power and water storage projects. BM, Washington (Mimeo).
- _____ e IRWIN, Howard. 1975 - A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho? São Paulo, Ed. Itatiaia - USP.
- GUIMARÃES, Paulo Machado. 1976 - Construção de usinas hidroelétricas em áreas da Amazônia Legal. Parecer jurídico. CIMI, Brasília.
- HELM, Cecilia Maria Vieira. 1982 - A terra, a usina e os índios do P.I. Mangueirinha, in O índio perante o direito, com SANTOS, Silvio Coelho dos (organizador), p. 129-142, Editora da UFSC, Florianópolis.
- IBASE. 1986 - Políticas governamentais. Rio de Janeiro, março 1986.
- _____. 1985 - Hidrelétricas e termelétricas. Brasil Divulgação - IBASE.
- INTERNATIONAL DAMS NEWSLETTER. 1985/86 - For Foundation, 1(1 e 2), San Francisco, EUA.
- INTERNATIONAL FINANCE. 1980 - The National Advisory Council on Financial Policies. Annual Report to the President and to the Congress. Washington, 1980/1981/1982/1983/1984.
- JUNQUEIRA, Carmem. 1985 - Área Indígena Aripuanã-Cinta Larga. FIPE-USP, Avaliação do Polonoroeste, São Paulo.
- _____. 1985 - Os Cinta-Larga do PIA, Serra Morena e a Hidrelétrica de Juina. Mato Grosso. FIPE-USP, Avaliação do Polonoroeste, São Paulo.
- JORGENSEN, Joseph G. e outros (ARC). 1978 - Native Americans and Energy Development. Cambridge, EUA, Anthropology Resource Center.

- JORGENSEN, Joseph G. e outros (ARC). 1984 - Native Americans and Energy Development II. Anthropology Resource Center e Seventh Generation Fund, Boston, EUA.
- KACOWICZ, Zeli. 1985 - Convênio Eletronorte/CNPq/INPA. CNPq, Brasília.
- LEONEL JR., Mauro de Mello e LEO, Maria Auxiliadora Cruz de Sá. 1984 - Relatório de Avaliação e para urgente demarcação das terras dos índios Urucu-Wau-Wau. FIPE-USP/Avaliação do Polonoeste, São Paulo.
-
- 1983 - Relatório de avaliação da situação dos Gavião (Digut - Iconen) do P.I. Lourdes. FIPE-USP/Polonoeste, São Paulo.
-
- 1984 - II Relatório sobre as invasões do P.I. Lourdes. FIPE-USP/Polonoeste, São Paulo.
- LIMA, Abel de Barros. 1983 - Relatório de avaliação da situação Tubarão-Latundê. FIPE-USP/Avaliação do Polonoeste, São Paulo.
- LOWALD, Lars. 1983 - On Gavião and Zoró world-view. Some background notes. Copenhagen (Mimeo).
- MELLO, Helena Soares de. 1981 - Wai-Wai e Karafawyana: os primeiros contatos com a construção de uma hidrelétrica I e II. Funai/Eletronorte, Brasília.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. 1984 - Energia, força da natureza, in Interior, Brasília, p. 42.
-
- . 1984 - Sol fornece mais energia que Angra I, in Interior, p. 46, nº 59, Brasília.
-
- . 1983 - Legislação/Jurisprudência-índigenas. Lei 6001/73. Estatuto do Índio.
-
- . 1985 - Portaria Interministerial nº 156-A/85-GT-Minter-Mirad-MME-FUNAI. Usina Hidrelétrica dos Peixes, Brasília.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. 1983 - Fontes Alternativas de Energia, Brasília.
-
- . 1985 - Balanco Energético Nacional. Brasília.
-
- . 1985 - Plano Nacional de Recursos Hídricos, Brasília, DNAEH.
- MOVIMENTO DE APOIO À RESISTÊNCIA WAIMIRI/ATROARI-MAREWA. 1983 - Resistência Waimiri/Atroari, Itacotiara.

- MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI/ELETRONORTE. 1985 - Relatório para o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Belém.
- NAVES, Rubens. 1986 - As grandes Hidrelétricas e seus impactos. CESP, São Paulo.
- PAINE, Robert. 1982 - Dam a river, Damn a People? IWGIA Document, 45, Copenhagen, Denmark.
- PAIVA, Eunice e JUNQUEIRA, Carmen. 1985 - O Estado contra o Índio. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. PUC-SP, São Paulo.
- PINTO, Lucio Flávio. 1985 - História Recomeça 1 e 2, 4 e 5/5/1985, in O Liberal, Belém.
- PMDB. 1984 - Simpósio de Políticas para a Amazônia. Belém.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. 1981 - Política Indigenista, Estrutura Jurídica. Série Documentos Sociais. Gabinete Civil, Brasília.
- _____. 1980 - Política Indigenista. Exposição de motivos interministerial nº 062, Brasília.
- _____. 1985 - I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (Projeto) Secretaria do Planejamento (Seplan), Brasília.
- SANTOS, Silvio Coelho dos (organizador). 1982. Sociedades indígenas e dominação do Estado, in O índio perante o direito. Editora Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 19-24.
- _____. e outros. - Construção de Barragens e os direitos dos povos indígenas, in O índio perante o direito, p. 179.
- _____. e ASPELIN, Paul. 1978 - Projeto Uruguai - os barramentos e os índios. Florianópolis, UFSC/Eletrosul (Mimeo).
- _____. e outros. 1980 - Projeto Uruguai - consequências da construção da Barragem Machadinho para os índios do P.I. Ligeiro (RS). Florianópolis, UFSC/Eletrosul/Funai (Mimeo).
- _____. e MULLER, Salvio. 1981 - As barragens e os grupos indígenas, in Boletim de Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, p. 16.
- SCHWADE, Egidio. 1984 - Balbina ameaça a sobrevivência dos povos Waimiri e Atroari. Marewa/Movimento de Apoio a Resistência Waimiri e Atroari, Brasília (Mimeo).

- SCHWEPFEL, Detlef. 198? - The social impact of large dams in Latin America, in Problems of Large Dams, EUA (cópia).
- STALBAUM, Iwara. 1985 - Os inundáveis. Jornal da Tarde, 23/12/85, São Paulo.
- TORAL, André Amaral. 1983 - Os Karajá do Norte e a UHE Santa Isabel. Engevix S.A., Rio de Janeiro.
- VIDAL, Lux; CASTRO, Eduardo Viveiros de; MULLER, Regina Polo; MAGALHÃES, Antonio Carlos. 1985 - Proposta de demarcação das terras dos índios Assurini do Koatinemo, Araweté, Parakanã do Bom Jardim e Xicrin do Bacajá. FUNAI/CVRD (Mimeo).
- VISÃO. 1985 - Quem é quem na economia brasileira - as 200 maiores empresas do Brasil. Recuperação. 28/8/1985, p. 73, São Paulo.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. 1986 - ABC do Mangue. Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Conselho.
- WALI, Alaka. 1982 - Panama's Dams: consequences for the indian people, in Anthropology Resource Center (ARC). Bulletin 11, p. 6-8, Boston
- _____. 1983 - Hydroelectricity, past and present: problems of social impact assessment, in The Global Reporter, ARC, p. 3, nº 2, Vol. 1, Boston, EUA.
- _____. 1982 - Mexico's Papaloapan Hydroelectric Project: a lesson from the past, in Anthropology Resource Center (ARC), Bulletin 11, Boston, EUA
- WERNER, Dennis Wayne. 1982 - Índios e Barragens - uma perspectiva global, in Boletim de Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, nº 24, p. 26-34.
- WILLIAMS, Philip. 1983 - Third World Dams: faulty planning, global impact, in Global Report, ARC, 1(2): 5, Boston, EUA.